

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Programa Rede Social Leiria: uma análise da coesão social no concelho

Carina Santos Milhinhos

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

Programa Rede Social Leiria: uma análise da coesão social no concelho

Carina Santos Milhinhos

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

*Ao avô Santos, com saudade e
à minha família, com amor*

Agradecimento

Os agradecimentos que tenho a fazer são muitos e a muitos. O trabalho aqui refletido não seria possível e a minha gratidão é eterna. Foi um caminho longo, obrigada a todos vós.

Ao Professor Rogério, por ser uma fonte de inspiração e me motivar a dar o melhor de mim. Agradeço-lhe o tempo, o apoio, a honestidade e todas as críticas e sugestões que levaram esta dissertação a bom porto. O mesmo agradeço à Professora Bárbara que, em conjunto, guiou este percurso, disponibilizou o seu tempo e ajudou até nos detalhes mais pequenos. Sem vós, não teria sido possível.

À minha irmã, pai e mãe, por tudo. Pelos valores, por me deixarem escolher o meu caminho e sonhar. Pela paciência. À mãe o apoio e todo o trabalho acrescido. Ao pai a motivação e as palavras de encorajamento. E à mais pequena, um agradecimento pelo interesse, pela ajuda. São e continuarão a ser a minha força de vontade para fazer sempre melhor e chegar mais longe.

Ao Lúcio, pelas imensas horas perdidas, por me desafiar a fazer sempre melhor, pela insistência no pormenor e na fundamentação. Mais que tudo pelo apoio incondicional, pelo carinho e por acreditar sempre em mim.

Também à minha grande família pela valorização e pelo interesse que demonstraram, em especial às avós pelo carinho e por me incentivarem a lutar pelo futuro melhor. Ao avô Santos.

Uma palavra de agradecimento às parceiras de vida - Bárbara e Margarida - pela partilha, pela motivação, pela força. Ao André pelo estímulo intelectual e interesse. À Maria pela preocupação de sempre.

À minha equipa de trabalho, pela compreensão e pela tolerância.

Por fim, mas não menos importante quero deixar o meu ‘muito obrigada’ a todos os que contribuíram de forma tão direta para a concretização desta dissertação, permitindo que privasse com eles. A todos os que aceitaram conversar comigo e responder às minhas perguntas, pela disponibilidade e por me receberem tão bem nas suas instituições e locais de organização. O vosso trabalho é uma inspiração e sem vós este trabalho não seria possível.

Resumo

O Programa Rede Social, iniciado em 1997, tem presença em todos os municípios do território nacional, promovendo a melhoria do bem-estar social e a diminuição de situações de desigualdade, com particular enfoque na exclusão social e pobreza. A presente investigação analisa, através da metodologia de estudo de caso, o Programa em Leiria, pretendendo compreender *de que maneira o Programa Rede Social de Leiria tem contribuído para o reforço da Coesão Social* neste concelho. Neste sentido, o Programa é analisado à luz dos conceitos de Desenvolvimento Social e Coesão Social, bem como de Desenvolvimento Local e de Governança Local Partilhada e Participativa, no esforço de articulação entre o seu funcionamento prático e respetiva base teórica, o que permitiu compreender que esta relação conceptual não se aplica de forma tão clara na atuação da Rede.

Através da realização de entrevistas a atores privilegiados e de uma análise crítica dos dados recolhidos – estatísticos e documentais – destacou-se a importância de algumas medidas propostas e resultados obtidos nas várias áreas de atuação delineadas pela Rede – idosos, família, habitação, emprego e formação, deficiência e reabilitação, saúde/doença mental e dependências e parcerias. Ao longo do estudo, revelaram-se ainda algumas fragilidades visíveis de um programa que necessita de renovação, maior envolvimento – com a comunidade – e ligação – dos parceiros.

Palavras-chave: Coesão Social, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Social, Governança, Programa Rede Social, Leiria

Abstract

The Social Network Programme, which began in 1997, is present in every municipality of the country, promoting improved well-being and the reduction of inequalities, particularly regarding social exclusion and poverty. This research analyses said Programme in Leiria through a case study methodology, aiming to comprehend *in what way Leiria's Social Network Programme has contributed to the strengthening of social cohesion* in the city. From this perspective, the Programme is analysed in the light of the concepts of social development and cohesion, as well as local development and shared and participatory local governance. This allowed to recognise that this conceptual correlation is less clear in the field work.

The importance of some measures and subsequential results were highlighted through interviews with key actors and critical analysis of the statistical and documental data collected in the several outlined areas of action – elderly people, family, housing, employment and training, disability and rehabilitation, mental health and addictions, as well as partnerships. Throughout the research some weaknesses of the Programme were also revealed, such as the need for its renewal, and the need for more involvement from both the community and partners.

Keywords: Social Cohesion, Local Development, Social Development, Governance, Social Network Programme, Leiria

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de Tabelas	xi
Glossário de Siglas	xii
Introdução	1
PARTE I Enquadramento Conceptual	5
1. Desenvolvimento Social e Coesão Social	5
1.1. Breve enquadramento: Desenvolvimento	6
1.2. Desenvolvimento Social – uma proposta alternativa	7
1.3. Coesão Social	10
1.4. Propostas da Operacionalização da Coesão Social: Dimensões e indicadores	14
2. Desenvolvimento Local	16
2.1. Enquadramento e evolução histórica do conceito	16
2.1.1. O Desenvolvimento Comunitário nas décadas de 50 e 60	17
2.1.2. Paradigma territorialista nos anos 80	18
2.1.3. A importância renovada do conceito no final do séc. XX e início do séc. XXI	19
2.2. Implicações metodológicas	21
2.2.1. Participação	21
2.2.2. Visão Integrada	22
2.2.3. Trabalho em parceria	23
2.2.4. Síntese do conceito	24
3. Governança Local Partilhada e Participativa	24
3.1. Enquadramento e evolução histórica do conceito	24
3.2. Implicações metodológicas	28
PARTE II Enquadramento e abordagem metodológica do Estudo de Caso	29
4. Enquadramento político-institucional do Programa Rede Social	29
4.1. A medida política	29
4.1.1. Princípios da Rede Social	31
4.1.2. Estrutura Orgânica	31
4.1.3. Funcionamento e Planeamento	32
4.2. O Programa piloto e fase de alargamento	33
4.3. Avaliação do Programa Rede Social – Benefícios e limites	34
5. Metodologia	35
5.1. Pergunta de Partida, Objetivos e Hipóteses da investigação	35
5.2. Opções metodológicas e técnicas de investigação	37
6. O Programa Rede Social no Concelho de Leiria	43
6.1. Breve caracterização do concelho de Leiria	43
6.2. O Programa Rede Social – Historial e funcionamento	44
6.3. Diagnóstico Social de 2017	45
6.4. Plano de Desenvolvimento Social 2017-2021	53
PARTE III Apresentação de Resultados	55
7. Análise da informação recolhida	55
7.1. Perceções sobre a Coesão Social	56
7.2. Problemáticas do concelho que afetam a Coesão Social	58

7.3. Análise das medidas adotadas pela Rede Social	65
7.4. Papel das parcerias	71
7.5. Efeitos da pandemia	74
Conclusões	77
Referências Bibliográficas	83
Outras Referências	86
Anexos	89
<i>ANEXO I - Eixo de desenvolvimento, objetivos e respetiva data-limite por problemática</i>	89
<i>ANEXO II – Guião das entrevistas de parceiros</i>	99
<i>ANEXO III – Guião das entrevistas de coletividade de cidadãos</i>	99
<i>ANEXO IV – Ficha de Entrevistas – Vertical</i>	100
<i>ANEXO V – Ficha de Entrevistas – Horizontal</i>	121

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Seleção dos interlocutores privilegiados entrevistados, por problemática e por categoria	40
Tabela 2 - População residente por grupo etário e por sexo	44
Tabela 3 – Idosos: Problemáticas	46
Tabela 4 – Família: Problemáticas	48
Tabela 5 – Habitação: Problemáticas	49
Tabela 6 – Emprego e Formação: Problemáticas	50
Tabela 7 – Deficiência e Reabilitação: Problemáticas	50
Tabela 8 – Saúde/Doença Mental e Dependências: Problemáticas	52
Tabela 9 – Parcerias: Problemáticas	53
Tabela 10 - Grandes Problemáticas que afetam a coesão social do Concelho de Leiria	59
Tabela 11 - Grandes Problemáticas que afetam a Coesão Social do Concelho de Leiria	59
Tabela 12 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite – Idosos	89
Tabela 13 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite – Família	91
Tabela 14 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite – Habitação	92
Tabela 15 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite - Emprego e Formação	93
Tabela 16 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite - Deficiência e Reabilitação	95
Tabela 17 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite - Saúde/Doença mental e dependências	97
Tabela 18 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite – Parcerias	98
Tabela 19 - Entrevista com a Vereadora do Desenvolvimento Social da CML	102
Tabela 20 - Entrevista a Segurança Social	105
Tabela 21 - Entrevista a AMIGrante	106
Tabela 22 - Entrevista a Centro de Acolhimento de Leiria/Centro Social e Paroquial Paulo VI	108
Tabela 23 - Entrevista a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais Equipa. Pinhal Litoral	110
Tabela 24 - Entrevista a CRI	112
Tabela 25 - Entrevista a APPC	114
Tabela 26 - Entrevista a parceiro da temática “Idosos”	116
Tabela 27 - Entrevista a InPulsar	118
Tabela 28 - Entrevista a Associação de Moradores do Bairro Dr. Sá Carneiro	119
Tabela 29 - Entrevista a União de Sindicatos de Leiria	120
Tabela 30 - Quadro comparativo das entrevistas aos parceiros	123
Tabela 31 - Quadro comparativo das entrevistas às coletividades de cidadãos	124

Glossário de Siglas

AMBFSC - Associação dos moradores do bairro Dr. Francisco Sá Carneiro

APPC – Associação Portuguesa Paralisia Cerebral

CAL – Centro de Acolhimento de Leiria

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CLASL - Conselho Local de Ação Social de Leiria

CML – Câmara Municipal de Leiria

CPCJ - Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

CRI – Centro de Respostas Integradas

CS – Coesão Social

CSF – Comissões Sociais de Freguesia

CSPPVI – Centro Social Paroquial Paulo VI

DGRSP – DRRC - Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Delegação Regional de Reinserção do Centro

DL – Desenvolvimento Local

DS – Diagnóstico social

EPII - Equipa para a Pessoa Idosa em Isolamento

GLPP – Governança Local Partilhada e Participativa

IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS – Instituto da Segurança Social

JF – Junta de Freguesia

NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Plano de Ação

PAICD - Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

SI – Sistema de Informação

UE – União Europeia

USL – União de Sindicatos de Leiria

Introdução

“A globalização e o progresso tecnológico trouxeram crescimento económico extraordinário e criaram condições para uma redução da pobreza sem paralelo e uma melhoria generalizada de condições de vida.

Mas o seu carácter desequilibrado levou a uma alta concentração de rendimentos e uma desigualdade extrema e tornou a exclusão ainda mais intolerável. Exclusão, competição sobre a diminuição de recursos e deficiências em governos mina a Coesão Social e a robustez institucional [...]”

António Guterres (United Nations Development Programme, 2020, p. 37)

O séc. XXI é caracterizado pelo paradoxo de uma vivência constante em rede, com uma união tecnológica globalizada que se opõe à realidade do afastamento e da exclusão social. Nas últimas décadas foram realizadas inúmeras cimeiras e fóruns de discussão e criados objetivos para que seja possível trabalhar na mesma direção: um planeta cada vez mais socialmente coeso.

Em Portugal, esta preocupação está refletida nomeadamente na criação do Programa Rede Social, há cerca de 24 anos, com o objetivo último de combate à pobreza e à exclusão social, dando alguma autonomia e responsabilidade aos municípios para agirem (em con)junto das suas comunidades.

Leiria, o caso de estudo a ser analisado, também não é exceção e conta com a presença do Programa no concelho há 19 anos. Ainda assim, a Rede Social continua a apresentar-se enquanto algo discreta, sendo o seu nome desconhecido para muitos.

Nos últimos anos, pensar em ‘Rede Social’ tornou-se sinónimo do online e de Facebook, Instagram ou tantas outras plataformas, passando a significar raramente a rede comunitária e de trabalho em parceria associada ao Programa Rede Social. No entanto, face aos muitos desafios emergentes, são necessárias redes que sejam semelhantes às online na possibilidade de partilha de informação, de forma mais rápida e eficiente, e na democratização que potencialmente permitem, mas que vão mais além e sejam de promoção de solidariedade genuína e procurem um caminho de melhoria do bem-estar das populações, em particular dos grupos mais vulneráveis.

Assim, este Programa, criado em 1997, pela administração central e de aplicação ao nível local, tem na sua base o foco no combate à pobreza e exclusão social em Portugal, e atua em todos os concelhos continentais do País. No presente trabalho será feita uma análise do Programa, e do mesmo no concelho de Leiria, com o intuito de compreender qual o seu impacto para a Coesão Social.

O estudo mostra-se importante, desde logo, pela pertinência do Programa em si, permanecendo um exemplo único de preocupação com a exclusão social e pobreza na União

Europeia, naquela que é a sua estrutura de funcionamento – descentralizado e ancorado em parcerias e numa visão integrada. Mostra-se relevante avaliá-lo na atualidade, prevendo a distância temporal que permite um entendimento mais amplo do seu percurso e do ponto de situação em que se encontra.

Mais ainda, é necessário ter em consideração a sua pertinência social, uma vez que se trata de um programa tão relevante neste âmbito, e por ter igualmente uma utilidade pública iminente visando ser um meio de apoio à comunidade. Tal como é parte da essência do Programa, também a presente investigação segue este propósito de ter um particular cuidado social, visando apresentar ensinamentos e conclusões práticas de aplicação no terreno. É ainda relevante a sua pertinência científica, uma vez que ainda não existe um trabalho extensivo deste âmbito sobre o Programa neste concelho, mas também pela sua visão numa perspetiva do desenvolvimento e não apenas no âmbito das políticas públicas, prevendo uma articulação profunda entre os conceitos apresentados – Desenvolvimento Social, Coesão Social, Desenvolvimento Local e Governança Local Partilhada e Participativa – e o seu impacto real e efetivo naquilo que é o modo de funcionamento e de definição da Rede, em particular no caso de Leiria.

Está também presente a pertinência política – uma vez que o programa deriva de uma política pública – no sentido em que este surgiu no âmbito do governo central, mas cuja atuação e pleno exercício está assente no poder local. Assim, identifica-se enquanto uma medida com duas décadas que está muito alinhada, e pode ser potenciada, com a descentralização de várias políticas sociais que se têm acentuado.

Por fim, reflete ainda uma preocupação pessoal pela temática do desenvolvimento e bem-estar social, naquilo que é a sua articulação com a governação local e com a capacidade de criar melhorias de condições de vida significativas na comunidade. A escolha do estudo de caso – o Concelho de Leiria -, do qual sou natural, adveio também da particular preocupação e da vontade de contribuir para o seu Desenvolvimento Social, que espero conseguir influenciar em parte com este estudo.

A presente investigação utiliza como base metodológica o estudo de caso, significando que, apesar de permitir o estudo mais profundo do tema, acarreta consigo a impossibilidade de generalizar a situação e retirar conclusões gerais, neste caso sobre o estado do Programa Rede Social a um nível nacional. Neste sentido, compreende-se que a realidade analisada é única e que as conclusões relativas ao concelho de Leiria podem não ser aplicáveis a mais nenhum.

Relativamente à recolha de dados – quantitativa, através de dados estatísticos, e qualitativa com análise documental e realização de entrevistas semi-diretivas – faz ainda sentido ressaltar

que houve alguma dificuldade a chegar a alguns dos entrevistados identificados como relevantes – alguns por indisponibilidade, outros por não verem valor acrescido em participarem na investigação.

Ainda relativamente à realização das entrevistas, assume-se também a impossibilidade de triangular algumas das informações recolhidas junto dos entrevistados com dados objetivos, por ausência de dados estatísticos de caracterização de cada um dos temas abordados. Assim, também a recolha destes dados se tornou desafiante uma vez que existe alguma falta de informação à escala concelhia, uma fragilidade que se vê na Rede Social, e refletida também no município de Leiria. Assim, dados como a taxa de pobreza seriam pertinentes e facilitadores da análise, mas não estão disponíveis.

Formalmente, o trabalho encontra-se dividido em três partes centrais: enquadramento conceptual, enquadramento e abordagem metodológica do estudo de caso e apresentação de resultados. O primeiro acomoda a revisão da literatura dos conceitos centrais, pretendendo definir e compreender o Desenvolvimento Social, Coesão Social, Desenvolvimento Local e, por fim, a Governança Local Partilhada e Participativa, numa perspetiva articulada com a relevância de cada um destes face à Rede Social, pretendendo enquadrar qual a sua relação e permitindo uma análise posterior ao que se verifica na Rede Social de Leiria. Neste sentido, é feita uma contextualização histórica dos vários conceitos em função da sua evolução, incluindo também as suas dimensões e respetivas implicações metodológicas.

A parte II, por sua vez, é dedicada à apresentação da Rede Social na sua visão enquanto medida política e institucional, apresentando os fundamentos, método de organização e funcionamento, dando também visibilidade à sua evolução e alargamento ao longo dos anos, permitindo ainda uma observação de pontos fortes e fracos do Programa. O capítulo 5 desta parte dedica-se à apresentação da pergunta de partida e objetivos do trabalho, mas também a uma exploração das hipóteses de investigação que se visam verificar. É ainda apresentada a metodologia – o estudo de caso – e as técnicas de investigação utilizadas. É igualmente realizada uma breve apresentação do concelho em análise e uma contextualização da Rede Social em Leiria e do seu funcionamento. Por fim, são estudados os documentos base – o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social – relativos ao triénio em análise.

A terceira parte – e final –, corresponde à apresentação e análise da informação recolhida, tomando como base a documentação, as entrevistas e o conteúdo quantitativo recolhido, dividido em cinco tópicos: perceções sobre a Coesão Social, problemáticas do concelho que afetam a Coesão Social, análise das medidas adotadas pela Rede Social, papel das parcerias e

efeitos da pandemia, com o intuito principal de dar resposta à pergunta de partida. Nas conclusões são ainda retomadas as hipóteses de investigação, de forma a fazer uma verificação das afirmações.

PARTE I

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Para a compreensão do programa Rede Social na sua aplicação prática fará sentido observar primeiro a sua base teórica e o ponto de partida para a sua construção e funcionamento. Assim, a análise é iniciada com o conceito de Desenvolvimento de forma a enquadrar e permitir a elaboração de dois dos seus conceitos renovados, o Desenvolvimento Social e o Desenvolvimento Local. Será feita a articulação entre este primeiro e a Coesão Social, com a compreensão do Desenvolvimento Social na sua evolução histórica e entendimento da sua relevância e da Coesão Social, pertinente para a resposta à pergunta de partida. Será ainda analisada a sua transformação, bem como realizada a exploração de várias dimensões e indicadores que lhe podem ser associados. Posteriormente são apresentados os conceitos de Desenvolvimento Local e Governança Local Partilhada e Participativa. O Desenvolvimento Local, através de uma comparação do avanço do conceito à luz das várias décadas, não deixando de parte a estabilização de um conceito base, nem as suas várias implicações metodológicas. Ao nível da Governança Local Partilhada e Participativa, um conceito que é na sua agregação mais recente, será realizada uma contextualização das quatro partes constituintes deste, procurando dar igualmente visibilidade às implicações a ele associado.

1. Desenvolvimento Social e Coesão Social

Este primeiro capítulo dedica-se à análise dos conceitos de Desenvolvimento Social e Coesão Social (CS). Dando um enquadramento sobre o conceito que lhe dá origem – o Desenvolvimento na visão mais ampla –, a vertente social é depois explorada apresentando, duas visões: por um lado, a académica e, por outro, a mais institucional e política do mesmo conceito, que, apesar de distintas, apresentam algumas perspetivas complementares. Quanto ao conceito de Coesão Social, um objetivo da própria Rede, é apresentado dando destaque à sua perspetiva histórica e à sua evolução teórica, permitindo também uma análise de alguns organismos internacionais que lhe dão destaque. Por fim, são ainda abordados algumas dimensões e indicadores relativos à CS, com uma relevância particular para a sua operacionalização ao longo do trabalho.

1.1. Breve enquadramento: Desenvolvimento

Com o percurso iniciado na época da Segunda Guerra Mundial (Amaro, 2003), o conceito de desenvolvimento foi, durante muito tempo, tomado por uma visão economicista, associando a riqueza económica dos países a um processo de desenvolvimento (Amaro, 2003). A sua relevância deu-se por um conjunto de fatores que sucederam neste período: o mais proeminente relacionado com a independência das antigas colónias, visto que os primeiros artigos sobre o tema se debruçavam essencialmente sobre o ‘subdesenvolvimento’ destes (Griffin, 1999; Midgley, 1999; Amaro, 2003). Outras circunstâncias permitiram também impulsionar o conceito, das quais vale salientar o *keynesianismo* – teoria económica que propõe a intervenção do Estado na economia, visando o bem-estar e o ‘progresso’ da sociedade – ou, por exemplo, a aplicação do Plano Marshall na Europa destruída do pós-guerra, para que pudesse retomar o caminho do crescimento económico e avanço societal (Amaro, 2003).

A relação modernização-desenvolvimento esteve igualmente presente numa fase inicial do conceito. Lipset (1959) descreve o desenvolvimento socioeconómico – refletido através da educação, riqueza, e de fenómenos como a industrialização e urbanização – enquanto impulsionador para o processo de modernização, que tem consequentemente impacto na democratização dos países. Numa lógica de reforço mútuo, o autor defende que quanto mais desenvolvido economicamente fosse um país, maior a probabilidade deste ser democrático, e vice-versa (Lipset, 1959). No entanto, este não é o único fator necessário para o alcance da democracia, como tem vindo a ser evidenciado com a teoria da dependência, que comprova com o aparecimento de estados ‘burocráticos’ e ditatoriais (O’Donnell, 1973) ou com as democracias com baixos níveis de desenvolvimento económico, nomeadamente durante o séc. XIX na Europa (Rustow, 1970). Ainda assim, a hipótese levantada por Lipset continua a ser tida em conta na atualidade, com autores (Julian e Deutsch, 2009) a continuarem a identificar o desenvolvimento económico dos países enquanto um fator relevante para a democracia, ainda que aliado a outros.

Pela sua abrangência e complexidade, o conceito mobiliza a necessidade de uma abordagem multidimensional e transversal. Compreende-se enquanto historicamente associado a uma conceção eurocêntrica, numa lógica de distinção entre os países ocidentais – considerados desenvolvidos, industrializados e ‘modernos’ – e os ‘países em desenvolvimento’, antigas colónias (Rist, 2002).

Todavia, ao longo dos anos foram apresentadas novas perceções e realidades, pelo que se, por um lado, deve ser objeto de uma observação e utilização crítica, continua, por outro, a ser

atual e necessário, sendo relevante para uma visão global (Rist, 2002; Seers, 2009). Esta constante evolução e transformação levou à sua reinvenção nos últimos anos.

A viragem dá-se fundamentalmente a partir da década de 1970, em parte pelos fracassos de um ‘desenvolvimento económico’. Aconteceu em várias fases: em 1960’s e 1970’s pela falha no cumprimento das promessas de ajuda por parte dos países ‘desenvolvidos’, no rescaldo das crises petrolíferas; com os aumentos da dívida externa e sucessivos Programas de Ajustamento do FMI e Banco Mundial, que foram minando ainda mais as condições dos países ‘terceiro-mundistas’; com a compreensão de um “mal-estar social” nos países ‘desenvolvidos’ (Amaro, 2003, p. 53) resultante de agitação social no final dos anos 60 e nos anos 80, com a evidência de problemas de âmbito social ou familiar, como a solidão dos idosos ou o aumento de taxas de suicídio. É também nesta época que começa a surgir uma consciência sobre os custos ambientais do desenvolvimento industrial. Por isso, em 1972, é realizada a Conferência de Estocolmo, que trouxe reconhecimento à necessidade de preservação do ambiente e aos problemas surgentes ao nível do ambiente (United Nations, 1972), ajudando a uma complexificação do conceito, que se passa a focar em múltiplas variáveis.

De igual modo, as crises cíclicas que foram surgindo no mundo ‘desenvolvido’ provaram que o desenvolvimento não advinha unicamente da ligação com o crescimento económico (Amaro, 2003, p.54 ; Seers, 1969). Assim, influenciado por fatores sociais, políticos e económicos, o conceito procurou evoluir e trazer novas propostas, mais afastadas da visão economicista que o definia nas décadas anteriores (Amaro, 2017). Destas novas propostas são exemplo os conceitos de Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Comunitário ou Desenvolvimento Integrado.

Por tudo isto, faz sentido que sejam analisados, de seguida, dois conceitos renovados do Desenvolvimento: o Desenvolvimento Social e o Desenvolvimento Local. A pertinência da sua análise surge na sua articulação com o Programa Rede Social, que os associa numa lógica de concretização local de uma política pública criada pelo governo central, mas cujo poder se encontra nas autarquias locais, pretendendo fomentar o Desenvolvimento Local (Henriques, 2016), com a materialização do Desenvolvimento Social associada ao intuito primário de combate à pobreza e exclusão social em Portugal.

1.2. Desenvolvimento Social – uma proposta alternativa

O conceito de Desenvolvimento Social mostra-se de relevo, pela componente de intervenção social do Programa e, desde logo, pelo objetivo de “promoção do Desenvolvimento Social”

mencionado no Decreto-Lei 115/2006 (14 de junho de 2006). Deste modo, a sua pertinência está amplamente articulada com o Programa Rede Social no sentido em que a criação deste programa visava o combate à pobreza e exclusão social. Assim, este desenvolvimento é um objetivo do Programa Rede Social, procurando o bem-estar das sociedades onde se aplica.

Surge enquanto intrinsecamente ligado ao conceito de Desenvolvimento Humano, da mesma fileira de direitos humanos e da dignidade humana ou *people-centered* (Amaro, 2003, p. 58), ambos enquanto propostas de desenvolvimento alternativo para dar resposta aos problemas que o conceito de Desenvolvimento não conseguia, colocando as pessoas no centro e com destaque nas políticas sociais e direitos humanos (Stewart, 2019). Numa lógica de complementaridade, o Desenvolvimento Humano tem o seu foco na capacidade de as pessoas alcançarem uma vida saudável e longa, com acesso a recursos necessários para o seu bem-estar. O Desenvolvimento Social, apesar da sua preocupação com direitos humanos, refere-se primeiramente a questões como a irradicação da pobreza ou exclusão social, as relações de poder e criação de uma maior igualdade.

Para Amartya Sen e Dudley Seers, dois autores paradigmáticos da conceptualização de desenvolvimento, houve uma necessidade clara de evolução de um desenvolvimento baseado puramente na economia, e no crescimento económico, para uma perspetiva que incluísse uma visão mais humanista (Nafziger, 2006). Para Seers (1969) isto passava por preocupações como a redução das desigualdades, fossem estas ao nível do desemprego, ou pobreza. Sen (1999) vai mais longe, afirmando que o desenvolvimento se relaciona com a redução de privações ao nível da alimentação, dos cuidados de saúde, falta de acesso a serviços básicos, ou até os sentimentos de insegurança e *powerlessness*. Esta evolução surge para trazer respostas a novos desafios que vão surgindo, e para os quais o crescimento económico não era suficiente, uma vez que acarretava frequentemente um aumento de desigualdades ao invés da sua redução (Streeten, 1978).

Assim, o Desenvolvimento Social veio assumir-se enquanto alternativa a uma visão clássica e economicista do seu parente generalista, abarcando em si uma visão mais clara de melhoria de condições de vida das populações, mas também visando uma distribuição de recursos nas sociedades – reconhecendo relevância à economia, não sendo, no entanto, o foco principal deste conceito – assumindo a complexidade social a estas inerentes (Filgueira e Filgueira, 2001).

É a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas, de 1995, em Copenhaga, que estabelece um primeiro quadro sólido a nível internacional ao conceito, sendo amplamente utilizado na sua visão institucional, e de aplicação no terreno. De igual modo, o

Programa Rede Social utiliza-o na sua conceção da Conferência de Copenhaga, apresentada de seguida. Esta relevou o Desenvolvimento Social e a proteção ambiental, pela importância e necessidade destes para o alcance de qualidade de vida e da necessidade de respostas multidisciplinares e completas (United Nations, 1995, p. 2-5). Apelidada enquanto “Conferência de esperança, compromisso e ação” (United Nations, 1995, p. 3) realizou-se numa época de plena globalização, que havia trazido novos desafios.

O intuito primário passou pelo estabelecimento de objetivos, princípios e metas que colocassem as pessoas no centro (United Nations, 1995, p. 6) e permitissem o entendimento sobre algumas políticas públicas ao nível internacional que incidissem sobre problemas sociais, nomeadamente no combate à pobreza, desemprego e exclusão social (United Nations, 1995, p. 2). Com destaque na dignidade humana, direito à vida, valores como a igualdade e a cooperação e em pilares como a participação, a democracia e a paz, a Conferência de Copenhaga criou metas assentes na promoção da justiça, no progresso social e na melhoria de condições de vida (United Nations, 1995, p. 6, 8, 27). Preocupou-se com a determinação de mínimos sociais para os níveis de bem-estar, quer ao nível da educação ou dos salários, por exemplo, com a ideia de um salário mínimo (Amaro, 2003), visando atribuir ao Estado uma função social mais clara, alinhada com políticas e condições sociais, e no limite, uma preocupação expressa com os direitos humanos.

Foram estabelecidos dez compromissos, em que a responsabilidade recaiu sobre os governos nacionais, tendo em conta a necessidade da promoção de uma interação entre políticas no campo social, económico e ambiental de uma forma sustentada (United Nations, 1995, p. 8). Alguns passaram por objetivos mais *macro* como a erradicação da “pobreza no mundo”, promoção do pleno emprego, da integração social, ou a defesa da dignidade humana, “igualdade de direitos e equidade entre homens e mulheres”, acesso a educação e cuidados de saúde física e psicológica ou a criação de “quadros internacionais, regionais ou sub-regionais de cooperação para o Desenvolvimento Social” (United Nations, 1995, p. 10-22).

Com base no quadro teórico apresentado pela Conferência de Copenhaga é possível ver o conceito enquanto um “processo de garantia de condições sociais mínimas” (Amaro, 2003, p. 18) cujo intuito passa pela erradicação da pobreza e pela inclusão social, visando uma maior equidade entre países e indivíduos, através da melhoria as condições de vida da população, numa articulação de responsabilidade entre países e organizações.

Ainda que maioritariamente analisado no quadro institucional, não deixa de ser relevante a análise numa perspetiva mais académica, desde já, pela frequente ligação dos artigos institucionais a autores que são parte integrante da academia. Ao nível dos Estudos do

Desenvolvimento, James Midgley (1999) escreve sobre a Teoria do Desenvolvimento Social de forma a contrapor a visão institucional que, defende, está demasiado dependente do impacto da economia. Apresenta então o conceito enquanto um “processo de mudança social planeada para promover o bem-estar da população como um todo, em conjunto com um processo dinâmico de desenvolvimento económico” (Midgley, 1999, p. 25). Numa ligação ao “bem-estar social” foca-se na sociedade e comunidade, ao invés do indivíduo *per se*, englobando estruturas amplas e universais, numa tentativa de integrar processos sociais e económicos (Midgley, 1999, p. 23) para um desenvolvimento contínuo e dinâmico.

A sua difusão está ligada às Nações Unidas, nas décadas de 1950-1960, sendo inicialmente semelhante à definição utilizada pela administração colonial inglesa, e utilizada aquando no *New Deal*, nos anos 30 (Midgley, 1999; Aspalter e Singh, 2008) – um Desenvolvimento Social enquanto serviços de trabalho social realizados por membros vulneráveis ou marginalizados da sociedade – mas que evoluindo, passou a dar destaque a questões como a qualidade de vida, a participação das comunidades, sempre bastante ligada aos países designados enquanto ‘terceiro-mundistas’ e às suas dinâmicas.

À medida que o conceito se foi modificando, foi possível notar que as políticas ao nível do Desenvolvimento Social são indispensáveis. A resiliência que se pede das sociedades tem vindo a ser colocada em causa nos últimos anos, com desinvestimentos dos níveis sociais no panorama nacional, bem como a uma escala global, e a pandemia do covid-19 veio mostrar isso mesmo: as desigualdades continuam acentuadas e os mais pobres e marginalizados na sociedade foram os mais atingidos. É necessário que programas como a Rede Social atuem no plano regional enquanto facilitadores e promotores de medidas concretas com o objetivo de redução das desigualdades que se fazem sentir.

1.3.Coesão Social

Depois de analisado o conceito de Desenvolvimento Social é relevante compreender em que se define a Coesão Social, sendo que, se o primeiro é um programa e um objetivo, o segundo mostra-se enquanto a expressão do Desenvolvimento Social. Assim, é crucial para dar resposta à pergunta de partida, definida mais à frente, com o intuito de compreender efetivamente como funcionam as dinâmicas de inclusão e exclusão e se é possível afirmar que a Rede Social tem tido um papel diferenciador no fomento desta ‘coesão’.

De forma semelhante ao Desenvolvimento Social, também o conceito de CS tem vindo, ao longo dos anos, a ser definido por vários organismos internacionais, tornando-o um conceito fortemente institucional e com uma direção à aplicação prática do mesmo e à sua utilização

pelas organizações. No entanto e se, por um lado, o desenvolvimento tem sido uma preocupação e teve impacto na diminuição de pessoas em situação de pobreza, por outro, as desigualdades continuam a ser uma realidade permanente que pode colocar em causa a Coesão Social nos países (OECD, s.d.).

Encapsulando em si várias visões e noções, este torna-se muitas vezes num chavão para a referência aos vários problemas da sociedade, sendo difícil a sua definição (Chan, To e Chan, 2006). No entanto, há alguns tópicos comuns na literatura sobre este tema.

A base da Coesão Social é abordada desde cedo, por autores clássicos como Émile Durkheim (1933), logo no século XIX, com o conceito de ‘solidariedade mecânica’ estabelecido entre pessoas com semelhanças, fossem estas o mesmo trabalho, tipo de habitação, crenças ou emoções. Esta ‘consciência coletiva’ abordada por Durkheim estava relacionada essencialmente, na época, com a identificação de uma religião comum (Larsen, 2013, p. 9). Com os processos de industrialização, democratização e globalização esta coletividade começou a ser alvo de novos desafios, com as mudanças entre os vários indivíduos a tornarem-se mais claras. Para o autor, as sociedades modernas permaneceriam então interligadas por uma ‘solidariedade orgânica’ que adviria da interdependência que existe na atualidade, uma vez que dependem dos que os rodeiam para a sua sobrevivência.

De forma semelhante, Tönnies (1957) relaciona esta individualização que se vem a registar na sociedade moderna com os conceitos de *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade), na qual a comunidade corresponde a uma unidade, em que há uma perfeita coesão entre todos, ligados por um consenso absoluto, agindo para e com a coletividade. Na visão de sociedade, por outro lado, os indivíduos são diferenciados, sendo partes que têm uma ligação, dando prevalência ao individualismo e assumindo entre si sentimentos de separação e até oposição (Tönnies, 1957). No entanto, a existência de uma sociedade não tem de significar que não há qualquer coesão, mas antes que esta é garantida por outros meios, como as leis, ao invés de normas.

A Coesão Social é efetivamente a tentativa de ter a comunidade na sociedade, pretendendo a formação de uma ligação societária coerente, através de apoios e medidas, nomeadamente, com a existência de programas formais como a Rede Social.

Assim, as primeiras escolas de pensamento abordaram a conceptualização da coesão na sua ligação com o indivíduo e com a respetiva integração, bem como no papel da modernização enquanto fator importante na alteração, ou não, de comportamentos e visão da sociedade. Em perspetivas mais contemporâneas, o foco passou a ser maioritariamente a operacionalização e utilização do conceito numa perspetiva política.

O Conselho da Europa é uma das grandes referências e apresenta a Coesão Social enquanto uma utopia, afirmando que “nenhuma sociedade é totalmente coesa” (Council of Europe - European Committee for Social Cohesion, 2004, p. 3), existindo sempre divisões, disparidades ou diferenças - seja ao nível da riqueza, cultura ou etnia, por exemplo. Definem-no enquanto “a capacidade de uma sociedade garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização”, sendo que o alcance disto se traduziria numa “comunidade que se apoia mutuamente, composta por indivíduos livres que perseguem fins comuns por vias democráticas” (Council of Europe - European Committee for Social Cohesion, 2004, p. 3-5). Apresenta a Coesão Social enquanto uma responsabilidade “partilhada por todos” (Council of Europe - European Committee for Social Cohesion, 2004, p. 8), em que o Estado tem responsabilidades concretas – enquanto provedor de direitos humanos e democráticos, e protetor dos grupos vulneráveis e de risco face à exclusão social. Mais ainda, a Coesão Social deve abarcar três componentes essenciais: inclusão social, capital social e mobilidade social (OECD, 2011). Uma sociedade pode ser considerada coesa quando trabalha continuamente para erradicar a pobreza e a exclusão social, para o bem-estar da população, quando há confiança e sentimento de pertença, mas também quando existe a oportunidade de subir socialmente (OECD, 2011).

Frequentemente referida enquanto a ‘cola’ que mantém as sociedades ligadas, a Coesão Social deve ser analisada não só na sua presença, mas igualmente na sua ausência – “erosão social” (Larsen, 2013, p. 6). Esta erosão significa, em parte, a perda da sensação de pertença a uma comunidade de partilha, central na ‘integração’ das sociedades. A falta de coesão tem vindo a ser sentida em várias geografias: dos Estados Unidos a vários países do norte da Europa e tem sido traduzida em tumultos e manifestações de ódio crescentes – com motins iniciados por manifestantes de bairros mais pobres e marginalizados, a ataques terroristas como aconteceram na Suécia, em 2009 e 2010, ou na Noruega, em 2011, motivados por atitudes anti-migratórias e xenófobas (Larsen, 2013). Mais ainda, uma sociedade pode ser vista enquanto não coesa quando é visível “desordem social e conflito, valores morais díspares, desigualdade social extrema, baixos níveis de interação social entre e dentro das comunidades e baixos níveis de fixação nos locais” (Forrest e Kearns, 2001, p. 2128). Os níveis de confiança dentro das sociedades e, conseqüentemente, a sua Coesão Social, têm vindo também a ser estudados e, de acordo com autores como Rothstein e Uslaner (2005), estão bastante interligados com as desigualdades económicas.

Entende-se que existe Coesão Social quando há uma redução das disparidades “entre os indivíduos e os grupos sociais” e quando os mesmos se sentem inseridos enquanto “membros

de corpo inteiro de uma mesma comunidade pacificada” (CERC, 2008, p. 5-6). Pretende-se que a redução destas assimetrias se sinta nos vários “níveis de capacitação das pessoas” (Mateus, 2005, p. 71), nomeadamente em fatores como a esperança média de vida ou acesso a bens e serviços de saúde e educação.

Não fará sentido compreender o conceito enquanto uma visão utópica de igualdade de condições, mas antes enquanto uma redução de assimetrias na sociedade ou combate a situações de pobreza extrema ou exclusão social ao mesmo tempo que existe uma construção coletiva de apoio que seja solidária, nomeadamente, em situações de crise ou risco somada a uma identidade de comunidade e ao sentimento de pertença a esta. É então crucial que, para promover uma Coesão Social, sejam criadas medidas de índole institucional, provindas do Estado Social (neste caso a um nível local), em parceria com as organizações e com a própria sociedade civil, numa ótica de solidariedade e integração pluralista.

Por fim, resta ainda analisar as várias críticas que surgem ao conceito, desde logo, pela sua fraca definição (Chan et al., 2006, p. 274), por ser visto enquanto uma abordagem “de conveniência” (Bernard, 1999, p. 2-3), levando a um aproveitamento ao nível político para o contexto mais benéfico. Mais ainda, para Forrest e Kearns (2001, p. 2137) a sua “excessiva utilização e imprecisão” levaram a um sentido demasiado amplo e cuja possibilidade de aplicação é confusa.

Uma outra crítica surge quanto à necessidade de separar a utilização do conceito por parte da academia ou pelos decisores políticos. Ao nível académico, as maiores críticas relacionam-se com uma análise demasiado abstrata do conceito que não permite uma operacionalização do mesmo. Por outro lado, o discurso político envolvente procurou focar-se na aplicação prática, sendo frequentemente parte das agendas políticas dos partidos, nomeadamente na Europa ou no Canadá, o que tende a levar à adaptação *problem-driven* em que o conceito se pode tornar uma resposta apenas às clivagens sociais mais presente numa determinada altura (Chan, To e Chan, 2006, pp. 277–279) – por exemplo, durante o final da década de 90, no Canadá, significava, em parte, o esforço do governo para promover o multiculturalismo, no entanto, a política de coesão europeia já tem um enfoque muito maior no desemprego.

É ainda um conceito que cria algum desacordo relativamente aos seus elementos ou indicadores chave, como será abordado mais à frente. Por um lado, dimensões como as relações sociais, a participação, os níveis de confiança mostram-se enquanto geralmente aceites, por oposição a dimensões como a homogeneidade étnica (Jenson, 2010), que são fortemente contestados (Delhey *et al.*, 2018).

Apesar das várias críticas analisadas, a sua aplicação permanece relevante, desde logo, porque a Rede Social é considerada enquanto “um processo de articulação entre os recursos e a acção [...] essenciais para uma política eficaz de promoção da Coesão Social” (Instituto da Segurança Social, 2011, p. 33).

1.4. Propostas da Operacionalização da Coesão Social: Dimensões e indicadores

Para uma sociedade ser considerada socialmente coesa deve ter em conta diferentes dimensões, também elas já espelhadas na definição do conceito. Identificadas por autores diferentes, estas dimensões estão relacionadas e podem ser divididas em três grupos: económico, político e sociocultural (Bernard, 1999). Na sua subdivisão é possível considerá-las (1) igualdade e equidade social, ligada à erradicação situações de exclusão, injustiça e desigualdade social, seja esta ao nível de género, etnia, religião, classes sociais; (2) oportunidade económica, pretendendo pôr fim a desigualdades económicas injustificadas e situações de pobreza; (3) participação política e sociocultural, através do apoio à participação ao nível da democracia e cidadania, e de movimentos de entreajuda e solidariedade na comunidade; (4) legitimidade das instituições, traduzida na confiança nas organizações nacionais e democráticas; (5) pluralismo e diversidade, acreditando na importância das diferentes identidades e culturas e no respeito mútuo (Dickes e Valentova, 2013; Jenson, 1998, p. 2-5; Woolley, 1998, p. 15).

As dimensões de Forrest e Kearns (2001, p. 2129), ainda que semelhantes, mostram-se pertinentes por apresentarem uma perspetiva mais micro, ao nível do bairro e da ‘vizinhança’, que permite também uma transposição para o nível concelhio. Estas focam-se nos objetivos e princípios morais comuns, na ordem social, no respeito pela diferença, cooperação, solidariedade social, redistribuição de oportunidades e igualdade de acessos, bem como no envolvimento cívico, resolução de problemas coletivos e no apego ao local traduzido na conjugação da identidade pessoal ao local.

Por ser um conceito multidimensional, e por algumas destas dimensões não terem uma leitura linear, foram criados vários indicadores que devem ser considerados para medir os níveis de Coesão Social de uma comunidade. Os indicadores elaborados por Jenson (2010, p. 21-24), com uma aplicação nacional, tornaram-se os mais comuns na literatura sobre o conceito, e tomam como base documentos internacionais, nomeadamente, da União Europeia (UE). Alguns destes, após adaptados a uma realidade mais micro, servirão enquanto base para medir os níveis de Coesão Social a um nível concelhio, neste caso de Leiria.

Aqui referem-se, nomeadamente indicadores de medição de: (1) inclusão social, traduzido nos recursos financeiros - medido através do coeficiente de Gini ou por indicadores de

distribuição de rendimento e de pobreza; (2) evolução de atividade económica - medido através das taxas de desemprego na sua relação com género, idade, etnia, situação social, nacionalidade e outros; na educação e capital humano, contando taxas de literacia adulta e os vários níveis de escolaridade por faixas etárias, ou na saúde - com média de esperança média de vida à nascença, taxas de mortalidade infantil; e percentagem de nascimentos assistidos por profissionais de saúde, bem como na tecnologia - agregados familiares com acesso a internet de banda larga; na medição (3) da participação e solidariedade, com percentagens de votantes nas eleições nacionais e participação em associações e doações de caridade; (4) compreensão de níveis de confiança, medidos através de questionários sobre confiança em instituições públicas e governamentais. Por fim, surge ainda enquanto indicador (5) a homogeneidade cultural e étnica - medida através da percentagem de população nascida num país estrangeiro, índice de fracionamento étnico e se o país é oficialmente bilíngue ou multilíngue (Jenson, 2010, pp. 21–24).

Assim, e sendo que a definição de Coesão Social incorpora profundamente a ideia de redução de disparidades e o evitar da polarização nas sociedades (Council of Europe - European Committee for Social Cohesion, 2004, p. 3) é desde logo útil compreender como é que indicadores de pobreza, distribuição de rendimentos ou até taxa de desemprego funcionam no contexto em questão e de que modo permitem confirmar, ou não, as desigualdades existentes. Devendo ser “composta por indivíduos livres” que agem através de “vias democráticas” (Council of Europe - European Committee for Social Cohesion, 2004, p. 4-5) é relevante observar o indicador da participação e solidariedade de forma a apreender possíveis níveis de descontentamento. A solidariedade, articulada com o conceito de solidariedade orgânica introduzido por Durkheim, é importante para uma compreensão dos níveis de interligação entre os indivíduos.

No entanto, uma primeira análise crítica surge com a compreensão de que alguns destes indicadores estão desenhados para uma avaliação em sociedades mais ricas – nomeadamente o acesso à tecnologia, que não se aplica em locais com pouco/nenhum uso da internet.

A segunda crítica, já iniciada acima, surge relativamente ao indicador da homogeneidade cultural e étnica, por ser um indicador que na sua terminologia – desde logo pela utilização de ‘homogeneidade’ – e definição se torna amplamente redutora, uma vez que considera *a priori* qualquer país com diversidade étnico-linguística ou cultural enquanto pouco coeso. Esta ideia, como refere Putnam (2007, p. 142), está relacionada a estudos que mostraram uma correlação negativa entre a diversidade e a solidariedade. No entanto, e como defendem Levrau e Loobuyck (2013, p. 103) “não é a diversidade em si, mas antes a segregação e o isolamento

social que causam uma diminuição na confiança e solidariedade” sendo que, o que mostra efetivamente uma erosão social é o eventual afastamento e sentimento de vivência ‘à margem’.

Após a compreensão destas críticas e o entendimento de que é um conceito contestado, com alguns indicadores que o são igualmente, faz sentido recolher, para o presente trabalho, a opinião das pessoas sobre o conceito e sobre a sua visão do mesmo. Mais ainda, para compreender o impacto do programa Rede Social de Leiria na Coesão Social ao nível concelhio, será fundamental a análise destas dimensões, traduzidas na forma de alguns indicadores quantitativos ou caracterizações qualitativas, na forma de recolha de informação das entrevistas realizadas que refletem a realidade local.

Por isso, no âmbito dos indicadores quantitativos, será relevante compreender alguns dados de caracterização - como as percentagens de pessoas em condição de sem-abrigo do concelho, percentagens de população sem condições de habitabilidade, e outras que se mostrem relevantes, sempre que possível na sua relação com género, etnia, religião ou classe social, pretendendo compreender o impacto da rede social na redução de situações de injustiça social, ou também através estatísticas dos rendimentos (ao nível local, com a análise dos rendimentos brutos médios) e das taxas de desemprego. Qualitativamente, a realização de entrevistas semi-diretivas será fundamental para recolher informação complementar e espelhada da realidade local.

2. Desenvolvimento Local

O Desenvolvimento Local (DL), apresenta-se, à semelhança do Desenvolvimento Social, enquanto um dos conceitos renovados do desenvolvimento. Neste sentido, o capítulo pretende percorrer as várias perceções do mesmo ao longo das décadas – da importância do desenvolvimento comunitário a uma visão mais territorial – analisando ainda algumas das suas implicações metodológicas que serão fundamentais para a abordagem do conceito na sua articulação com a Rede.

2.1. Enquadramento e evolução histórica do conceito

A ligação do DL com a Rede Social advém desde o seu início, tendo um papel fundamental por um lado, enquanto filosofia de aplicação – não necessariamente pelo limite geográfico, mas pelos princípios metodológicos do conceito, depois introduzidos no dispositivo legal – e, por outro, enquanto potencialidade, uma vez que podia ser um palco e uma oportunidade para o Desenvolvimento Local. É ainda possível encontrar esta ligação nos princípios teóricos da Rede Social (ver na Parte II) e igualmente enquanto suporte à Coesão Social.

Este emerge, de igual modo, enquanto alternativa à corrente clássica e, correspondendo, por um lado, a uma reinvenção da territorialidade – dando relevo ao local na promoção dos recursos e sinergias e desenvolvimento consequente -, e por outro, a ações com recurso a atores locais, visando responder a problemas globais, ou derivados da globalização, satisfazendo necessidades de melhoria das condições de vida da comunidade local (Amaro, 2003). Assim, não perde a sua relevância com o fenómeno da globalização, ganhando, ao invés, mais um sentido de atuação (Amaro, 2009).

2.1.1. O Desenvolvimento Comunitário nas décadas de 50 e 60

A génese do conceito está desde logo relacionada com o Desenvolvimento Comunitário, seu antecessor, que surgiu nos anos 50, com experiências práticas da ONU no terreno para tentar trazer uma solução para o desenvolvimento das ‘regiões-problema’ (Silva, 1963, 1964).

Para Manuela Silva (1963, p. 7), que trabalhou o conceito numa primeira fase, Desenvolvimento Comunitário pode ser definido enquanto:

“o conjunto de processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral.”

Apresenta-se aqui enquanto um conceito ambicioso, contando com o apoio e envolvimento voluntário da população, mas também com a lógica de governos focados nos interesses de cada local (Silva, 1963). Assim, e apesar de ter tido a sua génese na aplicação prática aos países ditos ‘em desenvolvimento’, tem relevância a uma escala global, tendo oportunidade de ser aplicado para dar ênfase às políticas regionais, nomeadamente no interior ou em zonas mais rurais (Silva, 1964). Não tem o seu enfoque num espaço geográfico, mas ao invés, na promoção da cooperação e fomentando o envolvimento das comunidades, enquanto fundamentais para o desenvolvimento (Silva, 1963).

À semelhança do Desenvolvimento Local, pretende uma melhoria da qualidade de vida ao nível local, no entanto, distingue-se pelos seus métodos de aplicação prática (Montoya, 1998; Matarrita-Cascante, Lee e Nam, 2020). Assim, é possível diferenciar estes dois conceitos na forma de atuação dos ‘atores’ – entre eles a comunidade -, como refere Montoya (1998, p. 51), sendo que no Desenvolvimento Local a participação desta comunidade se faz através da sua representação, por oposição à do Desenvolvimento Comunitário em que as pessoas são os próprios “sujeitos do processo” (Montoya, 1998, p. 51) permitindo a criação de uma realidade

à sua imagem, com um modelo “aberto, inclusivo, diverso e autónomo” (Matarrita-Cascante, Lee e Nam, 2020, p. 15).

Por outro lado, o Desenvolvimento Local dá maior enfoque ao papel da descentralização e da importância e colaborações ao nível das instituições locais e ao potencial crescimento económico (Matarrita-Cascante, Lee e Nam, 2020). O Desenvolvimento Comunitário pretende este impacto positivo na comunidade, dando um maior destaque às condições e as “fatores sociais necessários para uma vida humana digna” (Montoya, 1998, p. 51) e aos resultados das relações sociais e da mobilização e envolvimento dos cidadãos, focando mais nas organizações e nas relações sociais (Matarrita-Cascante, Lee e Nam, 2020). Assim, a grande distinção entre os dois conceitos está relacionada com a maior institucionalização do Desenvolvimento Local, por oposição a um enfoque maior na participação ativa da comunidade em decisões no Desenvolvimento Comunitário.

2.1.2. Paradigma territorialista nos anos 80

Tendo o seu início anos antes, o conceito de Desenvolvimento Local ganha relevo no contexto científico europeu nos anos 1970, no seguimento da identificação dos maus resultados das políticas regionais da mesma década e trazendo propostas de reformulação destas mesmas estratégias, por autores como Stöhr (1984, 1989; Stöhr e Taylor, 1997).

A passagem da conceptualização à prática verifica-se através de vários exemplos empíricos, nomeadamente, pela Federação Cooperativa de Mondragon, em Espanha, onde esta aplicação do DL foi bem sucedida – existe capacidade de produção de bens ou garante de emprego para membros da mesma, para a qual é valorizada a participação ativa dos colaboradores, que são envolvidos nas decisões (Stöhr, 1984). Não sendo exaustivo, este é um dos vários exemplos de movimentos e cooperativas que colocaram em práticas iniciativas de Desenvolvimento Local bem-sucedidas e que se vão replicando por vários países europeus.

Em Portugal, o 25 de abril de 1974 marca também uma abordagem diferente ao nível do DL, enquanto resposta direta à falta de liberdade(s) imposta pelo regime ditatorial. Foi um período forte para as cooperativas – ao nível do emprego, da habitação, da democracia – e para a resolução de problemas generalizados, a um nível local (Albino, 2004).

Ainda numa tentativa de abandonar a ‘pequena escala’ do DL, alguns autores (Pecqueur, 2013) colocaram um enfoque no conceito de Desenvolvimento Territorial, embora sendo na sua génese muito semelhantes. Este último pode ser definido enquanto um “processo de mobilização de atores que leva à criação de uma estratégia de adaptação a limitações externas baseadas numa identificação coletiva com uma cultura ou com um território” (Pecqueur, 2013,

p. 11). Permite, assim, uma organização ‘local’ de atores para uma reorganização económica, de forma a responder à globalização e aos desafios, nomeadamente ao nível da competição mundial existente. Igualmente importante é a capacidade de descobrir novos recursos para o seu aproveitamento (Pecqueur, 2013).

O paradigma ‘de baixo para cima’ – *bottom up* – está também relacionado com a conceptualização do Desenvolvimento Local, fazendo referência a um movimento das periferias para o centro, ou do local para o nacional e com foco nos princípios de igualdade, de participação e com o intuito de satisfazer mais facilmente as necessidades das populações (Stöhr e Taylor, 1997).

O livro branco da Comissão Europeia de 1994 surge, em parte, enquanto expressão do reconhecimento político-institucional das teses defendidas pelos vários autores da época. É um dos documentos que marca esta viragem e dá ênfase à necessidade de “uma economia descentralizada” (European Commission, 1994, p. 14), que por sua vez assenta na governação local – pretende mostrar que a descentralização é fundamental numa sociedade cada vez mais complexa ao nível económico e social. A relação com a competitividade é salientada pela Comissão Europeia (1994), na afirmação de que é nesta territorialidade e ao nível local que podem ser tomadas medidas, facilitadas por ações nacionais, para ajudar à criação de emprego – com as vantagens tecnológicas, industriais e geográficas de cada espaço.

Ainda assim, e apesar de frequentemente utilizado no discurso público, nem sempre é claro – algo que é assinalado logo nas primeiras fases da utilização do conceito (Commission of the European Communities, 1994). A falta de metodologia e organização surge enquanto tendo mais impacto do que, por exemplo, a falta de financiamento. É apontada uma “falha de estratégia e visão integrada” (Commission of the European Communities, 1994, pp. 14–15), bem como uma grande dificuldade ao nível da criação de parcerias completas que envolvam as várias fases dos projetos. Um outro problema associado é a falta de informação e a excessiva burocratização e complexificação dos processos (Commission of the European Communities, 1994).

2.1.3. *A importância renovada do conceito no final do séc. XX e início do séc. XXI*

Por ser um conceito que prevê, desde logo, uma questão factual operacional, e por ser um chavão, – relevante para simbolizar a proximidade entre os decisores políticos e as comunidades locais – tornou-se desde cedo, mais utilizado por instituições muito associada ao discurso público e político. A sua relação com a emergência de um mundo globalizado e necessidade de uma reestruturação do global ajudou a que começasse a compreender o ‘local’ enquanto uma

possibilidade de combate à pobreza e aos problemas sociais agravados pelo global (Henriques, 2006) nomeadamente através de programas como a Rede Social. Passa então a ser refletido no âmbito político-institucional, com vários documentos internacionais a mostrar a necessidade e importância de uma ação ao nível local – a complexidade social e económica do mundo global beneficiariam de uma estrutura de ação local (Henriques, 2006).

Ainda assim, e neste âmbito surge também uma crítica, relacionada com as relações proeminentes com as instituições e na capacidade de estas atraírem e distribuírem recursos, uma vez que não vê na comunidade a capacidade para alcançar o desenvolvimento (Matarrita-Cascante, Lee e Nam, 2020).

Não perdendo foco do nacional na criação de emprego, é então importante compreender a agenda política europeia sobre o DL, no sentido que tem sido esta a potenciar uma mudança no sentido do planeamento de atividades ao nível municipal (European Commission, 1994; Henriques, 2006).

De igual modo, a ‘Estratégia Europeia para o Emprego’ continua a ter em conta as oportunidades locais e a descentralização ao nível do emprego como chave para a redução do desemprego. Este tema tem sido estudado igualmente pela Organização Internacional do Trabalho que criou o programa *Local Employment Development*, e cujo objetivo passa exatamente pelo incentivo da participação e diálogo local, de forma a potenciar o emprego nas regiões e, em última instância, melhores condições de vida (ILO, 2011). Assente numa perspetiva territorialista, veio dar força ao papel das autoridades locais, mas também às contribuições do Terceiro Setor e das parcerias locais. Para fazer face ao global é preciso que o ‘local’ se foque nos seus pontos fortes e que promova as oportunidades existentes ao nível local. E mesmo com um grande relevo na dimensão do emprego, o Desenvolvimento Local vai mais longe, tendo um papel político que passa por iniciativas ligadas à igualdade de género, inclusão social, inovação, entre tantos outros (Commission of the European Communities, 2001).

É neste seguimento, de um Desenvolvimento Local que vai mais longe, que é pedido e elaborado o Relatório BARCA (2009) – *An agenda for a reformed cohesion policy* – elaborado por Fabrizio Barca que traz uma nova atenção para o conceito ao nível europeu. O argumento deste relatório defende a necessidade da União se focar num novo paradigma denominado de um desenvolvimento “*place-based*” (Barca, 2009, p. 4), prevalecendo a importância do ‘espaço’ em que se encontram os vários tipos de recursos, separando assim da terminologia ‘região’ relacionada com a ‘área’ (Barca, 2009, p. 4). Este novo paradigma, assente em dez pilares, daria assim mais força à política de coesão europeia e permitiria a mudança necessária,

com a melhoria de métodos e de avaliação de impacto das medidas, com uma gestão mais eficaz e, ao mesmo tempo, promovendo a mobilização de atores locais.

Depois desta análise conclui-se que é necessário, portanto, um DL que tenha mais recurso à comunidade e à democracia participativa, com o objetivo de envolver mais do que as instituições, sejam estas públicas ou não governamentais. No entanto, como refere Pecqueur (2013) este processo não será espontâneo e é necessária capacitação e capacidade de ação pelos atores. Estas críticas são particularmente relevantes no que concerne o tema em questão uma vez que o Programa é afetado diretamente pelas mesmas.

2.2.Implicações metodológicas

As implicações metodológicas do DL são relevantes para que seja possível uma melhor compreensão do conceito. Estas implicações são várias, passando pela territorialização, participação, visão integrada, trabalho em parceria, avaliação permanente, competências éticas, relacionais, técnicas, entre outras (Amaro, 2018). No entanto, são apenas abordados três destes conceitos, por um lado, por falta de espaço e, por outro, por serem estes os que mais se relacionam com o presente trabalho e, como tal, mais relevantes para a discussão – a participação é a mais decisiva, uma vez que o envolvimento da comunidade é determinante no DL; a visão integrada surge enquanto preâmbulo para que seja possível o trabalho em parceria.

2.2.1. Participação

O conceito de participação, na sua aplicação a este trabalho, pode ser definido enquanto um envolvimento igualitário e ativo na tomada de decisões e na análise das suas necessidades e obstáculos. Compreende-se então que esta participação pretende criar espaço para que toda a comunidade possa estar envolvida e ser ouvida, em todas as fases de ação, – desde o diagnóstico, ao planeamento e acompanhamento, bem como à direção e avaliação da resolução dos temas – principalmente os que tendencialmente não têm espaço para o fazer (Amaro, 2018).

A participação está diretamente ligada com a Democracia Participativa, uma das várias modalidades de democracia, também esta assente numa participação que não se esgota no voto e que pretende o envolvimento da comunidade. Neste seguimento, fará sentido compreender as várias conceções de Democracia, no seu estudo recente feito pelo Instituto V-Dem (2021) em que são analisados seis conceções de Democracia. A mais frequente, e menos exaustiva, é a Democracia Eleitoral, na sua lógica *Schumpeteriana* (Schumpeter, 1942), assente na ideia de que os líderes são escolhidos através de eleições periódicas, livres e justas, com enfoque no método de escolha dos representantes.

A Democracia Liberal vê o seu principal enfoque nas liberdades e garantias dos cidadãos, como o direito de associação ou de expressão, pretendendo que as minorias não sejam oprimidas pela maioria e que os *check and balances* do sistema funcionem. O conceito de Democracia Maioritária tem como modelo o poder concentrado, com partidos políticos fortes que têm capacidade de intervir e impor decisões. Na visão de uma Democracia Deliberativa, presente em autores como Habermas (Habermas, 1996), há uma sociedade civil informada que permite decisões informadas e que promove sessões de esclarecimento à sociedade e preza uma transparência governativa. Na Democracia Igualitária, defendida por Robert Dahl (Dahl, 1991) e inspirada por Karl Marx ou Engels, é exigido mais do que uma igualdade formal de acessos, mas uma igualdade de recursos, podendo estes ser de rendimento, de educação, ou outros.

A Democracia Participativa encerra então este quadro conceptual, focando-se na ideia de que é preciso ouvir a sociedade civil para as várias escolhas, pretendendo uma democratização em esferas que ultrapassam apenas a política, mas incluindo, por exemplo, o trabalho, a cultura ou a educação. É um modelo que se torna mais fácil de implementar em esferas mais pequenas, como comunidades pouco populosas, uma vez que pretende a participação ativa dos cidadãos em todos os processos (Coppedge et al., 2011). Estes tipos de democracia, nomeadamente a Democracia Participativa, não são necessariamente opostos, podendo ser complementares, como acontece entre esta primeira e a Democracia Eleitoral ou Representativa (Coppedge et al., 2011). O bom funcionamento da Rede Social está desde logo ligado com a sua capacidade de fomentar a participação e as reflexões da Democracia Participativa nos concelhos onde atua.

2.2.2. *Visão Integrada*

A visão integrada surge, enquanto uma implicação metodológica do Desenvolvimento Local, pela sua importância na compreensão das necessidades a serem tratadas pelos vários projetos, nomeadamente de âmbito social. É fundamental que para esta análise sejam tomadas em conta as várias dimensões de uma forma multidisciplinar e não setorial.

Por isso, é essencial ter em conta as várias realidades em que se vai atuar, analisando as suas diferentes componentes (Amaro, 2018). O programa Rede Social, bem como qualquer programa de atuação social deve ter como base esta perspectiva holística de visão integrada.

Assim, o trabalho em parceria, abordado de seguida, é uma concretização desta visão integrada, conjugando instituições de tipos diferentes que necessitam de alinhar objetivos e compreender perspetivas diferentes para que possa existir uma forte articulação entre as suas intervenções e perspetivas e a comunidade seja colocada em primeiro lugar.

2.2.3. *Trabalho em parceria*

O trabalho em parceria tem vindo a evoluir, havendo já sido denominado, dependendo do contexto aplicado, como *partenariado* ou *trabalho em rede*. A sua ligação com o conceito de DL veio promover a criação de redes que funcionavam potenciadas por atores locais. Sendo uma “técnica de intervenção social” apresenta-se ainda enquanto “estratégia de política social” (Oliveira, 2004, p. 214) e viu o seu papel crescer com o contexto da luta contra a pobreza e exclusão social em Portugal.

Pode ser definido enquanto a ação conjunta entre instituições ou organizações diferentes que trabalham para o mesmo objetivo, pressupondo uma mutualidade nos vários processos: o diagnóstico, as tarefas e a avaliação (Amaro, 2018). Necessita por isso da relação entre vários atores, que deve funcionar num processo de complementaridade, com o intuito de impulsionar o projeto em causa, e a sua dinâmica, que pode incluir elementos com maior ou menor flexibilidade na negociação entre os atores, implicando a partilha de benefícios e riscos (Carrilho, 2008). Ao nível do seu âmbito social, nomeadamente na Rede Social, estas parcerias têm sido estruturas de ação conjunta com o intuito de responder aos variados problemas sociais (Hespanha, 2008), visando encontrar respostas para a comunidade e tentando solucionar ou mitigar problemas existentes, tendo em primeiro plano o bem-estar da comunidade. O trabalho em parceria torna mais fácil praticar modelos de governança partilhados, ou a um nível participativo (Amaro, 2018).

Para o seu bom funcionamento, é fundamental que esteja alicerçada em múltiplos intervenientes distintos da sociedade, tenha como base a adesão voluntária dos envolvidos e se foque na decisão ativa dos parceiros, contando assim com o investimento partilhado e benefícios mútuos e com o intuito de fazer mais do que individualmente teriam capacidade (Nelson e Zadek, 2000).

Com o aproveitamento das suas potencialidades, o trabalho em parceria permite a partilha de conhecimento e diálogo entre vários parceiros e, por isso, melhores diagnósticos dos territórios e comunidades onde devem atuar, bem como uma alocação de recursos mais eficiente. Possibilita ainda uma maior continuidade de projetos uma vez que os objetivos são atingidos com maior facilidade e as metas tendem a ser mais bem delineadas. Consequentemente, pode levar a melhores avaliações dos projetos e atividades, uma vez que com a discussão entre os parceiros as falhas são colmatadas mais facilmente (Amaro, 2018).

A eficácia e bom funcionamento de uma parceria é também influenciada por fatores como o contexto externo, os objetivos dos projetos, a estrutura organizacional e comunicação, a capacidade de adaptação, os recursos e as capacidades. Não havendo um modelo único para o

seu sucesso e serem necessárias adaptações para cada caso, mostram-se mais eficazes quanto maior for o respeito e a cooperação entre parceiros e têm sido vitais em processos de intervenção (Nelson e Zadek, 2000).

Ainda assim, na sua aplicação prática podem surgir alguns problemas que podem ser devastadores e colocar em causa a parceria (Carrilho, 2008). Isto tende a acontecer, por exemplo, quando os parceiros só têm interesse em estar envolvidos pontualmente nos projetos, o que se traduz no seu pequeno contributo e superficialidade de ação. A parceria fica em causa quando os parceiros se focam nos ganhos próprios e não no que traduzirá para a comunidade. De igual modo, podem surgir problemas quando a legitimidade de uns é tida como diferenciada, deixando de parte a valorização enquanto governança participativa (Amaro, 2018).

2.2.4. Síntese do conceito

Depois de uma análise mais extensiva do conceito, é importante definir qual a referência para o presente trabalho. Assim, o Desenvolvimento Local, que foi evoluindo ao longo das últimas décadas, deverá ser visto enquanto preponderância do envolvimento local, promovendo a representação e atuação da sociedade civil e de instituições não governamentais, difundindo os princípios de igualdade e participação com o objetivo último de satisfazer as necessidades da população. Está mais relacionado, por isso, com a metodologia de intervenção do conceito do que com a sua verificação geográfica.

3. Governança Local Partilhada e Participativa

A articulação das várias preocupações do DL – a parceria, a visão integrada e a participação – vem impactar as formas alternativas de governança, que se focam também na relação com a participação e com a preocupação democrática. Com o intuito de compreender melhor esta relação, é analisado o conceito de Governança nas suas relações com o local, com o envolvimento e com a partilha, pretendendo refletir a relevância do mesmo na atuação prática da Rede Social. Assim, no capítulo será realizado um enquadramento através da sua evolução histórica e abordando, por fim, as implicações metodológicas.

3.1. Enquadramento e evolução histórica do conceito

O conceito de Governança Local Partilhada e Participativa (GLPP) ganha a sua aplicação prática, no presente trabalho, pelo facto do Programa Rede Social assentar numa cogestão entre o Governo Local, representado pelas Câmaras Municipais, e os vários organismos da sociedade

civil. Mais ainda, será de relevo a compreensão deste modelo, baseado numa lógica de parceria, de partilha e entreajuda, para depois confirmar se está, ou não, em funcionamento na Rede Social em Leiria.

Este conceito, no seu modelo agregador, é recente e visa ser uma análise metodológica ligada ao Desenvolvimento Local abordado anteriormente. Pode ser definido enquanto um conceito de proximidade, com a resolução dos problemas a um nível local, e não apenas nacional, pretendendo a mobilização dos vários parceiros – sejam estes serviços públicos, empresas privadas ou organizações da sociedade civil – numa lógica de cooperação entre os mesmos. Prevê-se que esta governança não seja assente nem no mercado, nem unicamente no Estado, envolvendo todos de forma ativa e tendo em conta as suas expressões e a representação, não só na resolução dos problemas, mas na construção de soluções com a comunidade (Amaro, 2018).

Podendo ser utilizada com, pelo menos, seis conotações diferentes, governança é um conceito que se tornou demasiado amplo (Gonçalves, 2005). Por isso, e para o intuito presente, fará sentido um enfoque maior na sua perspetiva de “*self-organizing, interorganizational networks*” (Rhodes, 1996, p. 652), prevendo a interdependência entre o setor público, privado e a sociedade civil, numa interação contínua em lógica de partilha e negociação de recursos e um grau de independência da autoridade estatal, permitindo a sua própria organização (Rhodes, 1996).

“Os governos exercem o domínio; a governança usa o poder” (Czempiel, 2000, p.335)

Fará sentido numa primeira fase distinguir o conceito de *Government*, ou Governação, – referente ao exercício do poder estatal e da sua organização hierárquica e burocrática, numa relação entre os atores (Painter e Goodwin, 1995; Pierre, 2000) – do conceito de *Governance*, ou Governança. Este último, mais recente, surgiu enquanto resposta a alterações sociais e económicas sentidas na sociedade, passando pelo aumento do exercício da autoridade por instituições não governamentais, que se vêm enquanto igualmente legítimas (Painter e Goodwin, 1995).

Não se trata de uma substituição, mas antes de um aumento de importância na horizontalidade e abrangência no processo de tomada de decisão (Gonçalves, 2015). Esta alteração, de reestruturação e de maior relação entre o Estado e Sociedade, apesar de levar frequentemente a uma alteração de poder das entidades nacionais para as locais, deve ser vista enquanto uma capacitação destas últimas, ao invés de uma fragilidade do sistema central

(Pierre, 2000). Para que seja possível alcançar os objetivos e resultados esperados, é importante que exista uma quase concorrência entre o Estado e a sociedade civil, não numa lógica de preenchimento do espaço do primeiro pela tentativa de maior participação e influência, mas enquanto ação conjunta entre os dois na procura de soluções comuns para os problemas que enfrentam (Gonçalves, 2005). Assim, pretendendo uma mudança para um sistema mais pluralista e envolvente, a governança tende a ser um conceito entre a categoria ‘governamental’ e ‘societal’, não pertencendo por completo a nenhuma (Pierre, 2000) e deixando de cair diretamente na dicotomia ‘Estado-Mercado’ (Amaro e Ferreira, no prelo, p. 22), em que não assenta apenas no mercado – isto é, na visão neoliberal de prevalência da vontade de cada um (Amaro e Ferreira, no prelo, p. 22; Jessop, 2002), nem apenas no Estado, passando a estar assente numa mobilização generalizada – e com a inclusão dos tendencialmente mais excluídos (Amaro e Ferreira, no prelo, p. 27).

Esta relação deixou de ser um processo puramente burocrático, mas antes uma relação entre o local-nacional, que engloba não só a capacitação do local, mas a sua participação nas relações a níveis ‘supralocais’ (Stoker, 2000).

Esta lógica de uma Governança ao nível local tem as suas bases na governança territorial que, de forma semelhante ao DL, valoriza a perspetiva e definição de uma gestão territorial e de envolvimento da atores locais e comunidade.

A conceptualização de Governança Partilhada e Participativa tem como base a importância do envolvimento e participação dos vários atores da sociedade civil, sejam estes públicos, privados ou parte da Economia Social e Solidária, assente na premissa de que os vários parceiros têm capacidade de tomada de decisão, uma vez que este modelo partilhado só funciona quando aceites pela maioria (Rosenau, 2000; Bastos, 2014) e enquanto vontade de cooperação ao invés de competição (Amaro, 2018). A lógica participativa surge, por sua vez, para que os cidadãos não organizados possam ser também parte da decisão. Nos últimos anos tem sido possível verificar um crescimento desta horizontalidade da governança, envolvendo cada vez mais organizações e cidadãos (Frey, 2012). Ainda assim, com o envolvimento de diferentes participantes é, por um lado, necessário compreender e tomar medidas para mitigar diferentes níveis de envolvimento dos atores e, por outro, escolher quem irá efetivamente participar (Edwards *et al.*, 2012).

É possível entender que o conceito de Governança Partilhada permite uma articulação horizontal e distribuída entre os vários setores da sociedade, que conseguem negociar entre eles as decisões e que privilegiam a partilha de recursos e de saberes, permitindo a corresponsabilização destes vários membros (Bastos, 2014). Este é um modelo que visa ser de

base comunitária, transferindo maior responsabilidade para a Sociedade Civil e não para o Estado e, por conseguinte, pretende que a participação destes atores seja realizada em todas as fases do processo, numa relação horizontal e igualitária entre os mesmos (Bastos, 2014). No entanto, é importante reconhecer que este é um dos exercícios mais difíceis – a ‘cedência’ do poder de decisão para os cidadãos e a não centralização do mesmo – uma vez que a participação tende a diminuir o sentido de *accountability* dos governos, bem como a dificuldade de gestão de expectativas de ambos os lados (Edwards *et al.*, 2012).

Contando com uma conceptualização recente, é um conceito em que a aplicação prática se antecipou à elaboração teórica e, ainda que com experiências distintas, são várias as situações em que esta Governança Partilhada e Participativa, numa lógica local, foi aplicada (Fung e Wright, 2001). Exemplo disto é, nomeadamente, o orçamento participativo na cidade de Porto Alegre, no Brasil, – nos anos 1996, depois de décadas de orçamentos irregularmente aplicados, a eleição de uma coligação de partidos propôs um Orçamento Participativo, com reuniões ao longo do ano – com um planeamento cuidado e de acordo com prioridades da cidade, numa tentativa de criação de um sistema de responsabilização *bottom-up* e de participação da sociedade civil, no qual participou 8% da população adulta da cidade (cerca de 100 000 pessoas) (Fung e Wright, 2001).

Vale ainda destacar este conceito agregado por funcionar enquanto “um modelo de gestão e de regulação dos problemas e desafios da Dignidade e da Sustentabilidade da Vida” (Amaro, 2018, p. 34) - entenda-se da vida da comunidade e do grupo - e que para além desta perspetiva local, contempla também esta lógica partilhada, pelas várias parcerias que a definem e que funcionam com a colaboração de todos, bem como com a sua participação, de forma mais ou menos formal, mas em todas as fases do processo (Amaro, 2018).

Assim, a conceptualização de uma GLPP visa englobar, por um lado, as potencialidades de um DL na sua pertinência do envolvimento dos parceiros (partilhado), mas incluir conjuntamente o envolvimento democrático entre e da comunidade (participativo) pretendendo ser uma visão menos tecnocrática do anterior conceito de GL Partilhada.

No entanto, e como já foi salientado ao nível do Desenvolvimento Local, este tipo de Governança, na sua lógica partilhada, pode experienciar algumas dificuldades na implementação prática no terreno. Por um lado, pela velocidade da tomada de decisões, que é tendencialmente mais lenta, devido à ampla participação dos membros envolvidos, bem como a possibilidade de este poder ser um processo ‘frágil’ que assenta na força, motivação e participação de uns, mas que pode vir a fragilizar a ação. De igual modo, pode, por um lado, sofrer de um ‘desgaste’ de participação, que advém da necessidade de presença e decisão dos

membros em todos os momentos e, por outro, a corresponsabilização pode, levar à desresponsabilização em alguns momentos, com ‘operacionalizações de ninguém’, uma vez que a decisão é de todos (Bastos, 2014).

A dimensão participativa agregada ao conceito, e mais recente, traz uma maior responsabilização do governo, mas também alguns desafios, nomeadamente a falta de dados concretos sobre a sua eficácia e o seu impacto prático (Speer, 2012).

3.2.Implicações metodológicas

A Rede Social mostra-se desde logo enquanto um modelo que visa a implementação de uma GLPP, mas para poder analisar o conceito é necessário a operacionalização metodológica do mesmo, que se aproxima do Desenvolvimento Local. Por um lado, a Governança, como identificado acima, torna-se demasiado abrangente para ser avaliada. No entanto, se o foco for a sua aplicação prática, é possível verificar a sua relação local uma vez que a aplicação da Rede Social é concelhia, com o caso concreto de Leiria.

É desde logo relevante a análise da *participação* (Participativa) que, como foi definida anteriormente, pretende um envolvimento dos intervenientes em todas as fases do processo de forma ativa e com a implicação da comunidade, de uma forma igualitária.

Por outro, é também perceptível o importante papel da *parceria* (Partilhada), uma vez que no seu funcionamento está previsto o envolvimento não só da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, como das organizações públicas e privadas do concelho e da comunidade, tendo sempre como base o voluntarismo da adesão dos participantes.

Por fim, e apesar de menos direto, faz ainda sentido visitar a *Visão integrada*, na ótica do alinhamento de propósitos e de ação para que as implicações anteriores também sejam executadas e seja possível a concretização de uma GLPP.

Será assim, através destas três implicações, que se pretenderá avaliar a Rede Social enquanto um Programa que se revê nesta GLPP, ou que, apesar de adequável, não está a ser aplicada.

Enquadramento e abordagem metodológica do Estudo de Caso

Depois do entendimento teórico dos conceitos que estão interligados e são a base do funcionamento do Programa Rede Social, faz agora sentido avançar para a análise efetiva do Programa Rede Social no seu todo, compreendendo-o primeiro enquanto medida política, – criação, objetivos, estrutura, funcionamento, e princípios – seguindo-se uma análise histórica do Programa e, por fim, observando principais benefícios e limitações que têm sido sentidas. Num capítulo seguinte, será feita a análise metodológica do trabalho, com a apresentação da pergunta de partida, os vários objetivos e respetivas hipóteses de investigação. Por fim, serão ainda abordadas as opções metodológicas definidas e as técnicas de investigação utilizadas.

4. Enquadramento político-institucional do Programa Rede Social

“A noção de ‘Rede Social’ ganha corpo [...] neste contexto, de desenvolvimento de novas políticas sociais, de transformação dos métodos de desenvolvimento de políticas e de um novo impulso às parcerias.”

(IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2012, p. 9)

O presente capítulo é dedicado à apresentação do Programa Rede Social iniciando pela sua criação enquanto medida política e apresentando a explicação da sua necessidade, dando ainda visibilidade aos seus princípios de funcionamento, estrutura formal e organização, nomeadamente ao nível dos documentos que estão na base da ação. De igual modo, é abordada a fase piloto e, posteriormente, de alargamento pelos municípios. Por fim, é realizada uma breve reflexão sobre a importância do Programa, mas também sobre os limites que são sentidos.

4.1.A medida política

A Rede Social é um Programa com a sua criação a remontar a 1997, com implementação em território continental português, e cujo objetivo visa um desenvolvimento com bases de proteção social e de atuação local, com o propósito último de diminuir as desigualdades sociais e contrariar as situações de pobreza e exclusão social, trabalhando para as erradicar.

Na atualidade, o Programa está presente nos 278 concelhos do território continental (Segurança Social, 2019a). Esta medida de política pública, criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº197/97, surge enquanto uma medida central, mas cuja implementação depende

do nível local – influenciada pelas pressões de descentralização que se fizeram sentir na época (Henriques, 2016). É definida pela Resolução do Conselho de Ministros nº197/97 enquanto:

“Designa-se por rede social o conjunto das diferentes formas de entreatajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da acção social e articulem entre si e com o Governo a respectiva actuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do Desenvolvimento Social” (Presidência do Conselho de Ministros, 1997).

De uma forma concreta organizou-se com a criação de Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), de forma a facilitar o planeamento e a intervenção social, em ambos os níveis: freguesia e concelho (Núcleo da Rede Social, 2001). Incorporando 41 concelhos piloto, o Programa iniciou com uma fase experimental entre os anos de 2000 e 2001 (Núcleo da Rede Social, 2001; Capucha, 2005), passando depois a vários alargamentos nos anos seguintes, com uma “média de cinquenta parceiros por município” (Capucha, 2005, p. 281).

Numa lógica de “coesão territorial” (Henriques, 2016, p. 207) o programa foi relevante para trazer atenção e preocupação com as mudanças existentes nos territórios e nas sociedades, na sua articulação com a criação de políticas públicas, com uma maior organização nas políticas sociais locais (Capucha, 2005, p. 381). Seguindo a importância da “articulação territorial do projeto europeu” que procurava formas de combater a pobreza e exclusão social (Henriques, 2016, p. 207), surge enquanto um projeto único em toda a União Europeia.

Mais ainda, associado a esta lógica de Desenvolvimento Local e regional, tem uma visão social desde a sua criação, – pelo combate à pobreza e exclusão social – sendo crucial o Desenvolvimento Social a este ligado (Henriques, 2016).

Visou agregar numa só estrutura vários atores e órgãos (Capucha, 2005, pp. 280–281) em todos os municípios nacionais, pretendendo a implementação de uma política pública cuja responsabilização é partilhada pelos atores envolvidos: a iniciativa local em conjunto com a entidade estatal (Henriques, 2016), mas também a criação de parcerias nas quais todos são iguais, podendo trazer as suas propostas.

Tendo em conta a estratégia apresentada por Ansell e Gash (2007) sobre uma ‘governança colaborativa’, que inclui as várias partes interessadas no processo para que se possam alcançar decisões através do consenso entre todos. Mais ainda, esta ‘governança colaborativa’ pode ser definida enquanto um entendimento no qual atores públicos interagem com atores não estatais

num processo formal e através de consenso com o objetivo de implementar ou criar políticas, programas ou recursos públicos (Ansell e Gash, 2007, p. 544), o que permite articular este conceito com o funcionamento da Rede Social.

4.1.1. *Princípios da Rede Social*

A Rede Social rege-se por vários princípios, cujo objetivo é o bom funcionamento e manutenção do Programa (Núcleo da Rede Social, 2001; Segurança Social, 2019b):

- a. *Princípio da subsidiariedade* – prevendo que a atuação deve ser para e com a comunidade local, uma vez que apenas assim é possível identificar os seus problemas e necessidades, ter em conta os seus recursos e a realidade para depois se capacitar a ação sobre eles;
- b. *Princípio da integração* – privilegiando intervenções conjuntas e multidisciplinares para fomentar os projetos locais, articulando os vários intervenientes;
- c. *Princípio da articulação* – construindo um modelo de cooperação e entendimento através de parcerias e do trabalho partilhado, sendo este um dos processos mais fundamentais para o seu funcionamento;
- d. *Princípio da participação* – acreditando que o processo participativo é fundamental para o combate à pobreza e à exclusão social, devendo este ser o mais alargado possível (incluindo não só organizações como a comunidade);
- e. *Princípio da inovação* – pela necessidade de adaptação a novos temas e problemáticas que vão surgindo e que têm de ser incorporados nas medidas e nos programas. Mais ainda, porque pretende ser um programa inovador em temas como a descentralização e desburocratização, sendo também fundamental que seja capaz de se adaptar às realidades;
- f. *Princípio da igualdade de género* – incluído em 2006, com o Decreto-Lei nº115/2006, mostra uma preocupação com as desigualdades de género ainda presentes e, como tal, visa enquadrar este cuidado no seu funcionamento e estrutura.

4.1.2. *Estrutura Orgânica*

A materialização da Rede Social dá-se com a criação das CSF e dos CLAS que, apesar de serem autónomos devem estar em articulação constante, de forma a garantir intervenções complementares e corretas. As CSF têm como âmbito o espaço territorial das freguesias (com número de habitantes superior a 500 – neste caso devem ser constituídas Comissões Sociais inter-freguesias) e são constituídas pelo Presidente da Junta de Freguesia, por serviços públicos

da administração central, por entidades sem fins lucrativos, das mais variadas áreas, por grupos comunitários, mas também por membros da comunidade que queiram contribuir (seja por conhecimento técnico ou outro).

Devem ser as CSF a “sinalizar as situações mais graves de pobreza e exclusão social existentes na freguesia e definir propostas de actuação a partir dos seus recursos” (Art. 15º-20º *Decreto-Lei n. 115/2006 de 14 de Junho do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social*, 2006) e posteriormente encaminhar para o CLAS os temas que ultrapassem a sua capacidade de resolução. Os CLAS têm a sua atuação ao nível dos municípios, sendo compostos pelo Presidente da Câmara Municipal, por organismos públicos da administração central das várias áreas, pelas instituições de cariz social com acordos ou em cooperação com o setor público, – ou um representante destas, caso sejam mais do que 10 instituições por área de intervenção – Presidentes das Juntas de Freguesia, – ou cinco representantes eleitos dos Presidentes de JF por 30 freguesias – e possíveis conselheiros locais para a igualdade de género. Podem também fazer parte entidades com ou sem fins lucrativos ou membros da sociedade civil com interesse em contribuir. É neste âmbito que é feita, entre outras competências, a articulação para o trabalho em parceira, de forma a atingir o Desenvolvimento Social local, com a aprovação, ativação do DS e PDS, bem como do Plano de Ação, e avaliação periódica dos dois últimos (Art. 21º-28º do *Decreto-Lei n. 115/2006 de 14 de Junho do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social*, 2006).

4.1.3. *Funcionamento e Planeamento*

Para a articulação e sistematização dos temas para a intervenção social foram criados vários instrumentos – o Diagnóstico Social (DS), o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), o Plano de Ação (PA) e o Sistema de Informação (SI). O DS conta com a participação e conhecimentos dos parceiros sendo um documento atualizado periodicamente, no qual estão refletidos os problemas mais urgentes e as necessidades do concelho, tendo em conta possíveis constrangimentos e potencialidades para a resolução dos mesmos. O PDS é o plano onde se encontram estipulados os eixos e objetivos de atuação, estruturado com base nos objetivos do PNAI, e reflete os problemas identificados no DS, sobre os quais visa atuar. Este Plano é de carácter obrigatório, estando diretamente ligado ao calendário de Estratégia Europeia e tendo em conta prioridades nacionais dos planos estratégicos setoriais. Os Planos de Ação, anuais, são a operacionalização do PDS, definindo os projetos a implementar, os seus responsáveis e orçamento (Art. 33º-37º do *Decreto-Lei n. 115/2006 de 14 de Junho do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social*, 2006). O SI é a sistematização dos dados locais que reúne

informações do Diagnóstico Social e indicadores relevantes do concelho que são partilhados pelos parceiros da Rede (Núcleo da Rede Social, 2001).

4.2.O Programa piloto e fase de alargamento

O arranque deu-se no ano de 2000, com a implementação de um Programa piloto, que contou com a inclusão de 41 concelhos em Portugal Continental. Este desafiava os vários atores a criarem uma rede de envolvimento que abarcasse não só as autarquias, mas também instituições de solidariedade social e outros serviços públicos, numa perspetiva integrada de articulação entre os mesmos e visando uma aplicação de recursos locais de uma forma mais inclusiva e planeada (Instituto da Segurança Social, 2011).

Deste Programa piloto foi possível tirar, desde logo, algumas conclusões relevantes. Por um lado, a constatação de que não existia planeamento estratégico multidimensional ao nível da intervenção social, com poucos técnicos especializados no tema e, por isso, retardamento nos processos. Mesmo quando se verificava esta intervenção social municipal era frequentemente condensada em temas como a habitação social. Mais ainda, havia receio de uma possível politização destes temas, que agora passariam a ser assumidos com alguma relevância pelas autarquias locais (Instituto da Segurança Social, 2011).

Ainda assim, numa apreciação global, a experiência descrita por Jordi Estivilli como um modelo pioneiro “que podia ser seguida noutros países da Europa” (Instituto da Segurança Social, 2011, p. 20), mostrou capacidade de mobilização local e de envolvimento. Em 2001, 80% dos concelhos participantes estavam a desenvolver, ou tinham desenvolvido, os seus DS e tinham constituído os seus CLAS. Notou-se ainda o esforço para a elaboração partilhada e participada dos diagnósticos, o que permitiu uma maior concordância nas atividades e projetos desenvolvidos e, inevitavelmente, em informação mais concreta e prática para os locais (Instituto da Segurança Social, 2011). Compreendeu-se, por exemplo, que os grupos tendencialmente mais afetados por situações de pobreza e exclusão social e, por conseguinte, grupos-alvo do trabalho da Rede Social eram as pessoas mais idosas, pessoas com deficiência e imigrantes.

Depois das aprendizagens do Programa Piloto, iniciou-se de 2001 a 2006, o alargamento da Rede Social. A proposta passou pela entrada de cerca de 50 concelhos na Rede a cada ano, permitindo a criação de condições de apoio para uma implementação mais acompanhada. Foram estabelecidas ainda prioridades consoante a experiência e envolvimento em projetos anteriores, mas tendo também em conta a motivação das autarquias em integrar a rede (Art. 4º *Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de Fevereiro do Ministério do Trabalho e da*

Solidariedade, 2002). Este alargamento foi potenciado pelo, na altura, Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS) e pelo seu Núcleo da Rede Social (Alínea c) do Art. 3º *Decreto-Lei n. 433-A/99 de 26 de Outubro do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social*, 1999), ao qual cabia não só a avaliação e verificação, mas também o acompanhamento do programa, o que permitiu uma grande proximidade entre o IDS e os novos concelhos – que contava com apoio no terreno aos novos CLAS e seus Executivos, ajudando na criação de documentos e de ações concretas, bem como permitindo um contacto mais direto entre as várias Redes Sociais (Instituto da Segurança Social, 2011).

O alargamento da Rede Social potenciou a transição de alguns papéis de intervenção social para as autoridades locais. Com este alargamento verificou-se também a alteração de alguns objetivos do Programa, nomeadamente a inclusão do eixo do Desenvolvimento Social, colocando no centro temas como, por exemplo, o emprego.

4.3. Avaliação do Programa Rede Social – Benefícios e limites

Este foi um processo que decorreu a várias velocidades e com vários níveis de empenho e de capacidade, em que alguns concelhos contavam já com experiência em projetos e com outros que registavam um desconhecimento maior e cuja implementação foi mais lenta.

A avaliação por parte do Centro de Estudos Territoriais (Instituto da Segurança Social, 2011) veio mostrar alguns dos seus maiores benefícios, destacando a capacidade de articulação e de integração de vários parceiros, ordens de funcionamento diferentes cuja ação conjunta permitiu uma “consensualização dos objetivos e [...] concertação das ações desenvolvidas” (Instituto da Segurança Social, 2011, p. 21). Mais ainda, é salientado o trabalho em parceria enquanto fundamental para a construção de uma “cultura de trabalho conjunto” e uma “metodologia de trabalho conjunto, que combina instrumentos *top-down* e *bottom-up*” (IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2012, pp. 169–170).

Não obstante, foram reconhecidos alguns entraves na sua execução, nomeadamente ao nível da organização e dinamização das CSF, do processo burocrático presente nas ações e consequente demora na atuação (Instituto da Segurança Social, 2011), mas também no âmbito da perceção de uma metodologia de trabalho que privilegia a integração de alguns parceiros em detrimento de outros e que é fechado para o núcleo que a constitui (IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2012).

Por fim, foi possível retirar algumas ilações para o futuro, nomeadamente a ‘invisibilidade’ da Rede Social para a comunidade, marcada por um desconhecimento generalizado sobre a mesma e ainda a falta de envolvimento da comunidade enquanto parte integrante participativa

no funcionamento da Rede (IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2012). O desinvestimento público é apresentado igualmente enquanto uma ameaça, uma vez que tem um impacto direto na capacidade de atuação e de alocação de recursos sejam estes humanos ou financeiros (IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2012).

Cerca de dez anos desde a elaboração destes relatórios de avaliação, seria de relevo uma nova avaliação sobre a Rede Social, com o intuito de compreender se existiu, ou não, uma alteração no seu funcionamento e na sua imagem perante a comunidade.

5. Metodologia

A primeira parte do capítulo metodológico inicia-se com a apresentação da pergunta de partida que rege o trabalho, bem como dos objetivos estabelecidos. São ainda apresentadas as hipóteses de investigação, posteriormente revisitadas na Conclusão, de forma a compreender se são, ou não, aplicáveis. A segunda parte dá destaque à opção metodológica utilizada – metodologia qualitativa de estudo de caso - e às técnicas de investigação – como a realização de entrevistas, ou a recolha documental.

5.1. Pergunta de Partida, Objetivos e Hipóteses da investigação

De que maneira o Programa Rede Social de Leiria tem contribuído para o reforço da Coesão Social no Concelho de Leiria? Isto é, até que ponto a Rede Social tem diminuído as desigualdades e combatido as situações de pobreza e exclusão social? Esta é a questão que serve de partida para a discussão e para a qual é procurada uma resposta na dissertação.

Para tal, está ainda definida uma sub-pergunta, mais específica, que pretende compreender se a Rede Social tem promovido a integração dos grupos vulneráveis e de risco em Leiria.

De forma a conseguir responder à mesma, é necessário apoiar o trabalho em alguns objetivos, que podem ser divididos enquanto objetivo geral e objetivos específicos:

Neste sentido, o principal objetivo do trabalho passa por estabelecer um método de análise que permita *compreender o papel da Rede Social no reforço da Coesão Social no concelho*. Por sua vez, dividem-se em vários objetivos específicos: (1) *identificar as principais situações que afetam a Coesão Social do concelho* e, por consequência, (2) *compreender o tipo de medidas que a Rede Social tem adotado para combater esses problemas*, para entender posteriormente (3) *os principais resultados que têm sido obtidos*.

Foram ainda delineados dois objetivos complementares. Um destes para analisar (4) *qual tem sido o papel das parcerias neste processo*. Por fim, e tendo em conta a realidade pandémica vivida, o quinto objetivo visa (5) *compreender se este contexto agravou situações de fragmentação social e que medidas foram tomadas neste sentido*.

Em concordância com estes objetivos foram estabelecidas hipóteses de investigação que irão guiar a pesquisa:

Hipótese a. *As medidas definidas pela Rede Social estão corretamente identificadas, são adequadas para as respetivas problemáticas e estão a ser operacionalizadas.* (referente aos objetivos 1 e 2)

No DS foram estabelecidas sete problemáticas fundamentais que afetam o concelho. É necessário perceber que medidas foram determinadas para fazer face a cada uma destas e quais dessas estão a ser tomadas e operacionalizadas. Num inquérito às Câmaras Municipais realizado pelo IESE (2012) incluído no Relatório de Avaliação do Programa é possível notar que na generalidade das áreas de intervenção relacionadas com grupos vulneráveis e de risco a intervenção encontrava-se muito pouco desenvolvida – a maioria das respostas correspondem ao nível “não foi concebida ou realizada qualquer intervenção na área” (IESE, 2012, p. 41). Fará, portanto, sentido compreender se esta realidade se aplica igualmente ao concelho de Leiria.

Hipótese b. *Os resultados definidos no último PDS estão a ser alcançados nas várias áreas.* (referente ao objetivo 3)

No PDS foram delineados vários objetivos, com limites temporais, que visam a obtenção de resultados que ajudem à resolução das problemáticas identificadas. De forma a complementar esta análise documental, serão ainda realizadas entrevistas a atores privilegiados, de forma a verificar o cumprimento, ou não destas medidas, na ótica dos atores. Por fim, será então realizada uma comparação entre estes resultados, compreendendo também se existem discrepâncias no cumprimento de objetivos entre as problemáticas.

Hipótese c. *As parcerias locais estabelecidas permitiram uma maior integração dos grupos vulneráveis.* (referente ao objetivo 4)

A Rede Social é assumida enquanto um “fórum enquadrador da reflexão, do planeamento e da intervenção social nos concelhos” (ISS, 2005, p. 21), pelo que é claro o seu objetivo de ação ao nível social. Um dos seus objetivos principais apresenta-se enquanto pretendendo “desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais” (Núcleo da Rede Social, 2001, p. 13) pelo que o trabalho em parceria é sempre apresentado enquanto um dos pilares fundamentais do Programa. Ao longo do trabalho tentar-se-á compreender se estas parcerias têm tido um papel importante na integração dos grupos vulneráveis.

Hipótese d. *A situação pandémica atual apresentou-se enquanto um desafio ao funcionamento da rede e dificultou a atuação da mesma.* (referente ao objetivo 5)

Para a verificação desta hipótese fará sentido compreender de que maneira a comunicação entre os parceiros foi impactada e, conseqüentemente, de que maneira os objetivos para 2020 e 2021 têm sido, ou não, cumpridos. Caso se verifiquem alterações significativas no funcionamento da Rede, será também de interesse compreender se atualmente, em 2021, foram criadas medidas para combater estes possíveis entraves colocados pela pandemia ou se houve um estagnar da ação - por um aumento significativo dos pedidos de apoio da comunidade, devido a dificuldades na comunicação, ou outro motivo.

5.2. Opções metodológicas e técnicas de investigação

Para alcançar os objetivos do trabalho foi utilizada uma abordagem metodológica de estudo de caso. A presente análise tem então como base o Programa da Rede Social de Leiria, no período temporal do PDS mais recente, de 2018 a 2021.

A utilização de uma metodologia qualitativa tem como objetivo uma compreensão da realidade de atores que são “socialmente significativos” ao invés de “estatisticamente representativos”, com destaque na profundidade, em detrimento da extensividade (Guerra, 2006, p. 20).

Esta metodologia pode ser assumida enquanto uma

“abordagem qualitativa em que o investigador explora um sistema delimitado (um caso) ou sistemas múltiplos delimitados (casos) ao longo do tempo, através de uma recolha de dados detalhada e aprofundada, [...] e relata a descrição de um caso e

temas baseados em casos” (Creswell, 1994, p. 73) com recurso a várias técnicas de recolha de informação.

Os estudos de caso têm a vantagem de permitirem uma análise mais intensiva e próxima (Quivy e Campenhoudt, 2008), possibilitarem a validação de conceitos aplicados a números pequenos de casos, o teste de novas variáveis e hipóteses e também a capacidade de compreensão de relações causais (George e Bennett, 2007). Por outro lado, são limitativos no que diz respeito à possibilidade de estabelecer generalizações (George e Bennett, 2007; Quivy e Campenhoudt, 2008), tornando por isso necessário fazer um *trade off* entre a escolha de um caso único – com mais profundidade, mas menor abrangência – ou vários (no máximo quatro ou cinco), que lhe conferem o oposto (Creswell, 1994, p. 75; George e Bennett, 2007). Mais ainda, é importante fazer o trabalho de compreensão do que se quer estudar, colocando limites “temporais, de eventos e de processos” (Creswell, 1994, p. 76).

Assim, de acordo com a metodologia escolhida e para o alcance dos objetivos propostos, foram utilizadas várias técnicas de recolha de dados qualitativas – recolha documental e entrevistas a observadores privilegiados – e algumas técnicas quantitativas – recolhidas documentais estatísticas.

A recolha documental está ligada à pesquisa de informação através de documentação que pode ou não ser escrita. Estes documentos, não escritos, podem ser divididos entre primários (feitos ou analisados pelo autor) ou secundários (quando elaborados por outros) e então assumir o formato de fotografias, filmes, mapas, objetos, televisão e rádio, vestuário ou outros (Almeida e Pinto, 1975; Lakatos e Marconi, 2003). O mesmo acontece com os documentos escritos, considerados primários, quando a compilação é efetuada pelo autor, ou secundários, quando referente a transcritos. Estes podem, por sua vez, ser documentos de arquivos, publicações parlamentares, estudos históricos, relatórios de pesquisa, estatísticas, entre outros (Almeida e Pinto, 1975; Lakatos e Marconi, 2003, p. 175). Assim, para a presente investigação foi feita uma recolha documental de documentos escritos, fundamentalmente os elaborados pelo CLAS de Leiria, – PDS e DS - como a Câmara e parceiros da Rede Social.

Na recolha documental de dados estatísticos é de particular interesse, por um lado, a “credibilidade dos documentos e da informação que eles contêm” e, por outro, “a sua adequação aos objetivos e às exigências do trabalho de investigação” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 202), pelo que estes dados consistiram essencialmente em estatísticas e informações sobre o concelho de Leiria e a sua população, bem como no cumprimento das medidas propostas para a Rede Social.

A entrevista, parte do grupo de pesquisa de observação não participante (Almeida e Pinto, 1975), foi a terceira técnica utilizada para recolha de informação. Este método mostra-se diferente e fundamental pela riqueza de informação que permite recolher. Esta pode ser mais ou menos rígida, sendo que o modelo mais utilizado é de entrevistas semi-diretivas – com recurso a perguntas, que servem essencialmente como base para a entrevista, mas que não limitam a liberdade de organização ou de resposta do entrevistado (Quivy e Campenhoudt, 2008, pp. 192–193). Permite uma grande “profundidade dos elementos” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 194), uma maior adaptabilidade para recolher os dados e a possibilidade de avaliar melhor as interações permitindo informações mais exatas e verificáveis. No entanto, também tem algumas limitações, como é o caso de perguntas mal interpretadas, – conduzindo a respostas erradas – o ocultar de informação importante, ou a dificuldade e o tempo da sua realização (Lakatos e Marconi, 2003). Este método deve, por isso, ser utilizado de forma complementar, visando a recolha da informação para uma posterior análise, cuidada e estabilizada, do conteúdo (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 195).

Assim, também neste caso, as entrevistas foram realizadas a interlocutores privilegiados da Rede, com o intuito de obter informação complementar à da recolha documental e estatística. Pretendeu-se analisar de perto perspectivas do funcionamento e atuação da Rede, assim como entender se existe um contraste entre as posições institucionais e dos beneficiários.

Foi selecionada uma amostra seletiva – com base na informação recolhida sobre cada um dos parceiros foram selecionados alguns destes, de forma prioritária. Em alguns casos, devido à indisponibilidade dos parceiros inicialmente escolhidos, houve a necessidade de optar por outros. Esta triagem teve em conta as sete problemáticas apresentadas do DS, mas houve a necessidade de definir, na problemática Família, subtemas, para melhor compreensão de áreas mais abrangentes - Infância e Juventude e Migração. No total foram realizadas 11 entrevistas.

Mais ainda, dividiram-se os interlocutores privilegiados em três grandes grupos: organismos da administração pública - onde foi incluída a Câmara Municipal de Leiria, pelo papel fundamental no funcionamento da Rede e o Instituto da Segurança Social, de uma forma mais transversal pelo envolvimento nas várias problemáticas. Houve ainda o objetivo de envolver o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), no entanto, e apesar do insistente contacto, não foi possível a sua inclusão no trabalho; outros Parceiros da Rede (designados como ‘Parceiros do CLAS’), em que são abrangidos vários organismos parceiros do CLAS de Leiria, selecionados pela sua relevância no Plano de Ação no PDS e no qual se inclui uma organização que pediu anonimato. O último grupo designa coletividades de representação dos cidadãos, para permitir uma comparação de perspectivas – este grupo foi, à

semelhança da Administração pública, muito difícil de reunir. A seleção destes interlocutores por problemática pode ser analisada no quadro abaixo (Tabela 1).

<i>Problemática</i>	<i>Subtema</i>	<i>Organização Entrevistada</i>	<i>Administração pública</i>	<i>Parceiro do CLAS</i>	<i>Coletividade de cidadãos</i>
Idosos	-	Instituto da Segurança Social Leiria (ISS - Leiria)	Sim	-	-
		<i>Organização pediu anonimato</i>	-	Sim	-
Família	Geral	Instituto da Segurança Social Leiria (ISS - Leiria)	Sim	-	-
		InPulsar	-	Sim	-
		Centro de Acolhimento (CAL)	-	Sim	-
	Infância e Juventude	Centro Social Paroquial Paulo VI (CSPPVI)	-	Sim	-
Migração	AMIGrante	-	Sim	-	
Habitação	-	Câmara Municipal de Leiria	Sim	-	-
		Centro Social Paroquial Paulo VI (CSPPVI)	-	Sim	-
		Associação dos moradores do bairro Dr. Francisco Sá Carneiro (AMBFSC)	-	-	Sim
Emprego e Formação	-	União de Sindicatos de Leiria (USL)	-	-	Sim
Deficiência e Reabilitação	-	Instituto da Segurança Social Leiria (ISS - Leiria)	Sim	-	-
		Associação Portuguesa Paralisia Cerebral – Leiria (APPC – Leiria)	-	Sim	-
Saúde/Doença Mental e Dependências	-	Centro de Respostas Integradas Leiria (CRI)	-	Sim	-
		Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - DRRC Pinhal Litoral (DGRSP – DRRC)	-	Sim	-
Parcerias	-	Câmara Municipal de Leiria	Sim	-	-

Tabela 1 - Seleção dos interlocutores privilegiados entrevistados, por problemática e por categoria
 Fonte: Elaboração própria com base nos parceiros identificados no PDS (Conselho Local de Ação Social, 2018)

Para uma melhor contextualização do trabalho dos vários organismos – Parceiros do CLAS e Coletividades de Cidadãos - entrevistados, faz sentido, desde logo, a sua apresentação, excluindo a apresentação do parceiro que pediu anonimato, na temática dos Idosos.

Na problemática da família foram entrevistados membros da InPulsar, do Centro Social e Paroquial Paulo VI/Centro de Acolhimento de Leiria (cuja dirigente é a mesma) e a AMIGrante.

A InPulsar é uma instituição de promoção do Desenvolvimento Comunitário, criada em 2012, que atua no âmbito do “apoio a crianças e jovens; apoio à família; apoio à integração social e comunitária” com destaque numa metodologia de “investigação-ação participativa” com foco na “ação social (em matéria de família, educação e empregabilidade) [...] incidência política e a sensibilização [...] de uma cidadania responsável” (InPulsar, s.d.).

A entrevista ao Centro Social e Paroquial Paulo VI/Centro de Acolhimento de Leiria foi realizada pela mesma pessoa, no entanto, fará sentido distinguir o trabalho destes. O Centro Social e Paroquial Paulo VI é uma instituição da Paróquia de Leiria, com atividade desde os anos 60, e cujo objetivo é “o desempenho da acção social à comunidade, olhando de um modo

especial os mais carenciados” (Paróquia de Leiria, s.d.) através de respostas sociais como uma creche, um lar de infância e juventude, voluntariado e acompanhamento social.

Por sua vez, o Centro de Acolhimento de Leiria surgiu em 1998, igualmente como parte da Paróquia de Leiria, com o objetivo de “acolher todos quantos manifestem carências primárias [...] sejam quais forem as suas situações e as razões” (Centro Acolhimento de Leiria, *Comunicação Pessoal*, 30 agosto 2021).

A AMIGrante foi fundada em 2003, com o intuito principal de apoiar cidadãos estrangeiros a ganhar conhecimentos da língua portuguesa, e pela articulação do Movimento de Educadores Católicos, com a CML, da Diocese Leiria-Fátima, da Ação Católica Independente e Cáritas Diocesana. Atualmente, já não tem como função principal as aulas, e foca-se no apoio à integração dos migrantes, encaminhando as situações respetivas para os locais que podem prestar auxílio.

No âmbito da Habitação, foi entrevistada a AMBFSC, cujo início data já a 1990, mas com um funcionamento que foi sendo, por vezes, interrompido. Organiza várias atividades para os moradores do bairro e tem um espaço próprio que funciona durante os fim-de-semana. Funcionando apenas com o trabalho de voluntários, tem um conhecimento muito próprio das necessidades dos moradores.

A segunda coletividade entrevistada foi da temática do Emprego e Formação, com a União de Sindicatos de Leiria (USL), servindo de ponto de contacto entre os vários sindicatos, captando em si alguma informação mais global e ajudando à resolução de temas que possam surgir.

A Associação Portuguesa Paralisia Cerebral – Leiria (APPC – Leiria) foi a organização entrevistada na problemática Deficiência e Reabilitação sendo uma IPSS com início em 2000, contando com 1245 sócios no final de 2020, prestando vários serviços em regime ambulatorio, como variadas terapias, apoio às famílias, psicologia, entre tantos outros, com o objetivo de “promover a Inclusão social da pessoa com deficiência, incapacidade e/ou em situação de desvantagem, com rigor, equidade e solidariedade” (APPC - Leiria, s.d.).

As duas últimas instituições foram abordadas pela sua atuação no âmbito da Saúde/Doença Mental e Dependências, ambas enquanto parte da atuação local de organismos do Governo. O Centro de Respostas Integradas (CRI) é uma “estrutura local de cariz operativo [...] constituídas por equipas técnicas multidisciplinares que executam programas de intervenção local no que respeita à prevenção dos comportamentos aditivos e dependências”, bem como o tratamento destas situações, com vista à “redução de riscos e minimização de danos e reinserção destes doentes” (Centro de Respostas Integradas, s.d.).

A Delegação Regional de Reinserção do Centro, da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (Equipa do Pinhal Litoral), por sua vez, atua ao nível de processos penais e educativos, atuando na “execução de penas e medidas, privativas da liberdade ou de execução na comunidade, no âmbito da justiça penal à dimensão educativa na área da justiça juvenil” (DGRSP, s.d.).

Para auxiliar as entrevistas, semi-diretivas, foram elaborados dois guiões, disponíveis em anexo, e aplicados aos parceiros do CLAS e às instituições da Administração Central (Anexo I) – com destaque na sua visão sobre a Coesão Social, sobre as problemáticas sociais do concelho e sobre a atuação da Rede, focando nas medidas e nos resultados das mesmas; foi ainda analisado o impacto das parcerias e, por fim, feita uma reflexão sobre o impacto da pandemia. Na entrevista a ambas as coletividades de cidadãos (Anexo II), o destaque foi o conhecimento do Programa e das medidas no espaço que representam, deixando novamente espaço para a partilha sobre o impacto da situação pandémica.

Posteriormente, para ajudar na interpretação, foram utilizadas algumas técnicas de tratamento aos dados recolhidos, uma vez que é “importante que eles sejam colocados de forma sintética e de maneira clara e acessível” (Lakatos e Marconi, 2003, p. 168). Com este objetivo foram construídos quadros estatísticos e fichas de sistematização (com a análise das problemáticas e informação chave do PDS e DS), como também fichas de apresentação das entrevistas – vertical e horizontal – por entrevista e por pergunta.

Por fim, e quanto à análise de dados, esta é compreendida na “descrição e preparação (...) dos dados necessários para testar as hipóteses”, na “análise das relações entre as variáveis” bem como na “comparação dos resultados observados com os resultados esperados a partir da hipótese” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 216).

Na presente investigação, esta análise e interpretação foca-se em análise de documentos, através de algum estudo estatístico dos dados tratados, com percentagens, gráficos e tabelas, mas centrando-se na análise documental e análise de conteúdo, dos documentos e das entrevistas respetivamente.

Este tipo de análise deve ser vista enquanto “uma técnica e não um método” (Guerra, 2006, p. 62), pretendendo não só “descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito” (Guerra, 2006, p. 69). Assim, dependendo da situação, deve ser feita uma escolha para a técnica mais apropriada, podendo esta ser mais descritiva (categorial), com um maior enfoque na “carga avaliativa” (avaliação), com destaque no processo e no conteúdo *per se* (enunciação) ou relevando a parte “formal e linguista” (expressão) (Bardin, 1979 em Guerra, 2006, p. 63).

Nas entrevistas, nomeadamente, esta análise de conteúdo pode ser feita com técnicas muito diferentes: transcrição, leitura das entrevistas, através da construção das sinopses das entrevistas ou de análise descritiva (Guerra, 2006, p. 73). No presente caso, optou-se pela construção de fichas, como referido anteriormente, equiparadas a sinopses de entrevistas, permitindo captar os pontos principais das entrevistas, com citações dos entrevistados, e que pode ser considerado “material descritivo que, atentamente lido e sintetizado, identifica as temáticas e as problemáticas” (Guerra, 2006, p. 73).

6. O Programa Rede Social no Concelho de Leiria

O concelho de Leiria foi, pelas razões enunciadas no início, o estudo de caso escolhido para esta dissertação. Por isso, e de forma a analisar o impacto e a efetividade do programa, fará sentido iniciar com uma breve caracterização do concelho, seguida da caracterização da Rede neste local, nomeadamente ao nível histórico e de funcionamento. Será ainda feita uma apresentação do DS mais recente (2017) e do PDS ainda em vigor (2017-2021) para posterior análise e comparação de objetivos.

6.1. Breve caracterização do concelho de Leiria

O concelho de Leiria, com uma área total de 565,09 km², está localizado na Região Centro, é parte do Pinhal Litoral e encontra-se entre o distrito de Lisboa (a 146 km) e de Coimbra (a 72 km), sendo a sua localização geográfica um dos pontos de importância na boa posição socioeconómica da região, estando bem servido de comércio, serviços e indústria. Assim, em 2019, a indústria transformadora era a que reunia mais trabalhadores (cerca de 14.000), seguida pelo comércio (cerca de 12.000), concentrando em si aproximadamente 50% do número total de trabalhadores (PORDATA, 2021b). Leiria regista ainda uma taxa de desemprego de 4,0% (2020), inferior à média nacional, que se fixa em 5,8% (PORDATA, 2021a).

Capital de distrito com 128.640 mil habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2021a), apresenta-se enquanto o mais populoso e com maior densidade populacional do distrito, registando ainda um aumento, de 1,4%, face aos censos de 2011 (Instituto Nacional de Estatística, 2021a). A sua população é maioritariamente do sexo feminino, - 66.847 (Instituto Nacional de Estatística, 2021a) – algo que se tem mantido ao longo do tempo (Tabela 2). Ao nível da distribuição etária é visível que o número de jovens com menos de 15 anos sofreu um decréscimo, fixando-se, em 2020, nos 13,5% (semelhante à média nacional). Por oposição, o maior aumento é registado no grupo de 65 ou mais anos, que passou de 16,5% no ano de 2010

para 20,8% em 2020. O maior grupo etário é entre os 15-64, sendo que em 2020 representava cerca de 65% da população.

	2010			2017			2020		
	Masc.	Femin.	Total	Masc.	Femin.	Total	Masc.	Femin.	Total
0-14	10.188	9.630	19.818	8.944	8.495	17.439	8.665	8.275	17.439
15-64	42.048	43.951	85.999	40.496	42.888	83.384	40.163	42.551	82.714
65 ou mais	9.043	11.863	20.906	10.652	13.941	24.593	11.440	14.782	26.222
Total	61.279	65.444	126.722	60.092	65.323	125.415	60.267	65.607	125.874

Tabela 2 - População residente por grupo etário e por sexo
Fonte: (PORDATA, 2021e)

O concelho está dividido em 18 freguesias e, a outubro de 2021, a Câmara Municipal era presidida por Gonçalo Lopes (PS). Esta Câmara é composta por 7 vereadores com pelouro e 3 sem pelouro atribuído. Conta também com uma Assembleia Municipal, presidida por António Lacerda Sales (PS) e com a presença de 33 deputados (*Composição da Assembleia Municipal*, s.d.).

6.2.O Programa Rede Social – Historial e funcionamento

O Programa Rede Social surge no concelho de Leiria em 2002, com a constituição do CLAS em 2003, e do qual faziam parte quarenta e duas entidades parceiras, das quais sete entidades privadas sem fins lucrativos e uma entidade privada com fins lucrativos, sendo as restantes entidades públicas. Em 2017, contava com 74 entidades parceiras (Conselho Local de Ação Social, 2017) – e em 2021 com 112 parceiros oficiais (Carla Feliciano, *Comunicação Pessoal*, 11 agosto 2021) – sendo possível compreender a evolução positiva que se sentiu.

No âmbito do Programa Rede Social, e para fazer face aos problemas do município, os Diagnósticos Sociais iniciaram no ano de 2004, contando com um em 2011 e, o mais recente, aprovado em 2017 (Conselho Local de Ação Social, 2017). Para a sua atualização foram criados grupos de trabalho, com o “intuito de incluir todos os parceiros e de elaborar um documento no qual as necessidades fossem espelhadas fossem o mais próximo possível da realidade” (Ana Valentim, *Comunicação Pessoal*, 3 junho 2020).

É possível ver, uma vez mais, a articulação prática entre os conceitos de Desenvolvimento Social e local sendo que o município de Leiria conta com uma vereadora para o Desenvolvimento Social - Ana Valentim -, que ocupa um cargo local para a promoção deste no concelho. Admitindo a relevância da inspiração de outras Redes Sociais no país, afirma que “os documentos produzidos são sempre em função da realidade do território e dos parceiros do

CLAS” (Ana Valentim, *Comunicação Pessoal*, 3 junho 2020), e ainda que o programa é feito de acordo com “um planeamento integrado, tendo como finalidade o Desenvolvimento Social local, através de documentos produzidos pelo conjunto dos parceiros” contribuindo “para a adaptação e articulação das políticas e medidas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais” (Ana Valentim, *Comunicação Pessoal*, 3 junho 2020).

6.3.Diagnóstico Social de 2017

O Diagnóstico Social mais atual foi elaborado em 2017 com a participação do Núcleo Executivo do CLASL em conjunto com “um número significativo de parceiros”, dividido em grupos de trabalho temáticos, visando a promoção de metodologias participativas (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 10). O objetivo principal passou pela recolha de informação para “construir uma estratégia de intervenção social, mas também [...] produzir conhecimento sobre uma determinada realidade” e, posteriormente, os grupos de trabalho procederam à criação de matriz SWOT apresentadas no relatório (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 11).

Neste seguimento foram identificadas as áreas de atuação a serem trabalhadas. As designações e temáticas utilizadas de seguida e no restante trabalho - “idosos”, “família”, “habitação”, “emprego e formação”, “deficiência e reabilitação”, “saúde/doença mental e dependências” e “parcerias” (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 12) – são as definidas, delimitadas e utilizadas no DS e PDS e visam evidenciar as várias problemáticas do concelho e, conseqüentemente, as que a Rede Social pretende dar resposta, sendo que, para uma análise mais profunda, fará sentido compreender as várias problemáticas identificadas nas diferentes áreas de atuação (Tabelas 3-9):

Idosos

À semelhança da tendência sentida no país, também o concelho de Leiria tem experienciado um aumento da sua população idosa, representando 20,5% em 2019. Este crescimento tem levado a um conseqüente *aumento do número de pessoas idosas em situação de solidão e isolamento social*, sendo o grupo entre os 65 e os 85 anos o mais afetado por este fenómeno. A intervenção face ao isolamento social é levada a cabo pela Equipa para a Pessoa Idosa em Isolamento (EPII) e pelas Forças de Segurança.

Uma outra problemática sentida está relacionada com a *falta de dinamização de atividades para idosos*, que passam a maior parte das horas do dia sentados ou deitados, – principalmente os sem suporte institucional – e que tem um impacto direto na sua saúde, particularmente na

parte física. Mais ainda, a *demência* tende a afetar um número significativo de idosos, estando identificados e diagnosticados cerca de 900 idosos no concelho de Leiria até ao ano de 2016, verificando-se um aumento dos números face aos anos anteriores.

Por fim, é referido o aumento da *violência doméstica sobre idosos*, podendo este abuso ser ao nível físico, psicológico, sexual, de exploração financeira ou material, por abandono, negligência ou autonegligência. Este é um dos grupos que mais tem sofrido de violência doméstica nos últimos anos, frequentemente perpetrado por filhos/as ou cônjuges. No concelho, em média, até ao ano de 2015, foram registados cerca de 200 novos casos de violência doméstica. Existe ainda um centro local de atendimento às vítimas, com projetos destinados à violência doméstica em idosos e com uma linha telefónica criada específica para prestar esse apoio (Conselho Local de Ação Social, 2017, pp. 20–32).

	Problemáticas
Idosos	Aumento do número de idosos em situação de isolamento Social
	Insuficiente dinamização de atividades com os idosos sem suporte institucional
	Falta de resposta para acolhimento para idosos com demência
	Aumento de situações de violência sobre os idosos

Tabela 3 – Idosos: Problemáticas

Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 13) - adaptação da tabela 4.1.

Família

Na problemática Família, é possível notar a abrangência de várias temáticas, desde a exclusão social, ao bem-estar dos jovens, migrantes e refugiados, ou questões sobre violência. Focando primeiramente na proteção dos jovens, *é possível compreender que há um elevado número de processos, complexos*, que levam à necessidade do aumento do número de técnicos, para que possa existir um acompanhamento mais próximo e atento dos casos – muitos deles de violência doméstica, negligência parental, exposição/assumir de comportamentos que comprometem o bem-estar do jovem.

É necessária uma intervenção mais próxima *para aumentar algumas competências parentais/familiares*, que posteriormente têm impacto no desempenho dos alunos não só ao nível escolar, mas também social. No que concerne a educação pré-escolar, é sentida a *necessidade de mais creches sem fins lucrativos* uma vez que a procura continua a ser maior do que a oferta, principalmente no meio urbano. No concelho de Leiria, 6 das 9 creches que responderam ao inquérito realizado para o DS têm listas de espera (as restantes são em zonas rurais/limitrofes).

Por outro lado, é abordada a temática da *“exclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social”* (Conselho Local de Ação Social, 2017, pp. 43–69), frequentemente

relacionada com a situação económica e social das pessoas - desempregados, beneficiários do rendimento social de inserção, pensionistas, pessoas sem abrigo, comunidades ciganas, pessoas com deficiência, beneficiários de abonos de família, famílias carenciadas, beneficiários de habitação social (Conselho Local de Ação Social, 2017, pp. 43–69).

Outra preocupação passa pela existência de “estereótipos e preconceitos sociais/culturais”, e pela “guetização (Bairros de Rendas Sociais)” (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 35), onde por vezes são colocados os recém chegados, *dificultando o acolhimento e integração comunidades migrantes* no concelho. (Conselho Local de Ação Social, 2017). Ainda assim, e ao nível da integração das comunidades migrantes, a Vereadora do Desenvolvimento Social afirma que são as “questões legais” que se mostram enquanto um dos maiores entraves a esta mesma integração (Ana Valentim, *Comunicação Pessoal*, 3 junho 2020). Estas questões legais são bastante abrangentes e podem passar, por exemplo, pelo conhecimento de direitos e deveres enquanto residente no país, ou ao nível dos vistos de permanência, a obtenção da nacionalidade ou até ao nível da capacidade participação política.

Por fim, são abordadas as situações de violência doméstica e o acompanhamento aos agressores. No ano de 2015 tinham sido reportadas 153 ocorrências de violência doméstica no concelho, com a sua grande maioria das vítimas do sexo feminino (90,1%) e entre os 25-54 anos de idade (72,6%) (Conselho Local de Ação Social, 2017). É relevante analisar, por um lado, a intergeracionalidade da violência, com vários descendentes envolvidos nestas situações, e por outro, a reincidência dos casos – frequente – e que tendem a tornar-se sempre mais graves.

Para um combate efetivo das situações da violência doméstica é ainda necessário agir para além da sua proteção, nomeadamente ao nível do tratamento das pessoas agressoras, maioritariamente do sexo masculino (tendência igual ao nível nacional). O Programa de Agressores de Violência Doméstica visa dar resposta a este tema, prevendo uma compreensão dos comportamentos, das consequências e de alternativas. No entanto, apenas 5 agressores estavam a ser acompanhados em 2015, o que mostra a pouca abrangência e eficácia do programa. Não obstante, é importante ressaltar que são poucos os dados concelhios sobre este último tema, estando estimado no DS que a realidade seja muito semelhante à nacional (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 78).

	Problemáticas
Família	Aumento de sinalizações de maior complexidade de intervenção à CPCJ (Comissões de Proteção de Crianças e Jovens) face ao número de elementos técnicos e ao seu tempo de afetação para efetuar o acompanhamento

	Insuficiente intervenção para o desenvolvimento de competências parentais
	Exclusão Social de Pessoas em situação de vulnerabilidade social
	Insuficiência de creches sem fins lucrativos em zonas com maior densidade populacional
	Acolhimento e integração de Imigrantes e Refugiados
	Insuficiência de respostas para acompanhamento de Agressores (jovens e adultos)
	Situações de violência nas relações de intimidade

Tabela 4 – Família: Problemáticas

Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 13) - adaptação da tabela 4.1.

Habitação

A área da habitação é igualmente um dos pontos chave definidos, sendo um tema que já tinha sido abordado no Diagnóstico Social de 2011 – o que permite compreender que a ação anterior não foi suficiente. Nos últimos anos têm aumentado os casos de *necessidade de habitação social*, registando no ano de 2014 um total de 271 pedidos, com um particular enfoque na União de Freguesias de Marrazes e Barosa que regista 130 e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes com 87 pedidos, sendo também estas das freguesias mais populosas do concelho.

Têm aumentado os *pedidos de ajuda no arrendamento*, uma vez que os gastos em habitação são muito elevados face aos rendimentos das famílias – assim, até setembro do ano de 2016 tinham sido registados 40, com uma predominância igual das Uniões de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes (21) e Marrazes e Barosa (15). Para fazer face aos pedidos de ajuda do arrendamento, foi executado pela Câmara um Programa de Participação ao Arrendamento.

A última problemática está relacionada com *as condições em habitação estatal*, também denominada por habitação social ou bairros municipais. O concelho conta com 109 casas de habitação social distribuídas por 10 freguesias, a maioria com 26 anos ou mais. Verifica-se que alguns destes bairros estão atualmente com vários problemas: por um lado, a degradação dos edifícios e, por outro, o isolamento das populações que habitam nestes bairros, com falta de transportes ou de comunicações. O Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), foi criado neste âmbito, visando a intervenção em quatro bairros urbanos aos vários níveis – físico, económico e social (Conselho Local de Ação Social, 2017, pp. 79–92).

Problemáticas	
Habitação	Aumento do número de Famílias com necessidade de Resposta de Habitação

	Aumento dos encargos das famílias com a Habitação e redução dos rendimentos familiares
	Degradação dos bairros municipais e falta de condições habitacionais

Tabela 5 – Habitação: Problemáticas
 Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 13) - adaptação da tabela 4.1.

Emprego e Formação

Relativamente à temática do Emprego e Formação foi possível notar um decréscimo de desempregados de cerca de 50% entre 2010 e 2018, que pode ser associado ao final da crise financeira de 2008-2012. No ano de 2019 estavam inscritas 2.464 pessoas (PORDATA, 2021f) *A maior incidência registava-se, em 2015, em pessoas do sexo feminino (56% vs. 44%), bem como no grupo etário entre os 35-54 anos de idade.*

Para fazer face ao desemprego, estão instauradas algumas medidas de apoio, como o Contrato Emprego Inserção (CEI) e o Contrato Emprego Inserção+ (CEI+) -, que abarca desempregados inscritos no Centro de Emprego que recebam rendimento social de inserção e subsídio de desemprego, e cujo objetivo passa pelo estabelecimento de uma ligação entre os desempregados e outro trabalhadores e apoiar os mesmos na realização de atividades que combatam o isolamento e que sejam importantes para o Desenvolvimento Local.

Os programas Estágio Emprego e REATIVAR são exemplo destas medidas. O programa Estágio Emprego (9 meses) pretende incluir pessoas inscritas no centro de emprego e que estejam em situações menos vantajosas, seja porque os seus parceiros também se encontram desempregados, por terem sido vítimas de violência doméstica, por serem portadores de uma deficiência ou incapacidade, entre outros. O programa REATIVAR (6 meses) abrange pessoas com uma idade mínima de 31 anos que sejam desempregados de longa duração. O Concelho conta ainda com dois gabinetes de inserção profissional: Leiria NERLEI (na Associação Empresarial da Região) e o Espaço de atendimento ao munícipe, do Município. Relativamente à Formação Profissional o maior entrave surge, desde logo, porque *não existe um Centro de Formação per se*, sendo que as várias atividades de formação disponibilizada decorrem em locais dispersos pela cidade ou em outros Polos de Formação do distrito (Conselho Local de Ação Social, 2017, pp. 93–103).

	Problemáticas
Emprego e Formação	Número de desempregados (maior incidência em DLD, Imigrantes; desempregadas no feminino e jovens NEET (sem educação formal, sem trabalho, sem formação, sem estágio)
	Desajuste entre a oferta disponível e as competências dos inscritos

	Número significativo de empregados com trabalhos sazonais e trabalho temporário
	Inadequação das instalações do Centro de Formação

Tabela 6 – Emprego e Formação: Problemáticas
 Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 14) - adaptação da tabela 4.1.

Deficiência e Reabilitação

O tema da Deficiência e Reabilitação inclui as pessoas portadoras de alguma deficiência, com particular enfoque em pessoas portadoras de deficiência intelectual, motora, sensorial ou multideficiência. Ao nível do concelho, existe o CINFORM (Centro de Integração e Formação Socioprofissional da CERCILEI), financiado ao nível nacional e internacional pelo Fundo Social Europeu, que ajuda à integração socioprofissional de formandos (2017) com alguma deficiência e/ou doença mental, ou com outras dificuldades. É relevante analisar as necessidades de educação especial, uma vez que estas crianças e jovens necessitam igualmente de apoio à inclusão. As respostas necessitam de ser ajustadas à pessoa em causa e às suas necessidades específicas, sejam estas o apoio à integração na vida ativa, a integração nas respostas sociais locais ou alternativas ao alojamento familiar, o que nem sempre é garantido, tendo em conta as listas de espera para as associações.

	Problemáticas
Deficiência e Reabilitação	Escassez de estruturas de apoio em resposta social de Intervenção precoce, CAO, residência autónoma e Lar Residencial
	Insuficiência de rastreio e despiste de deficiências e incapacidades ao nível infância (0-6anos)
	Necessidade de alargamento dos serviços de intervenção precoce;
	Necessidade de mais informação sobre a problemática da deficiência e cidadãos com deficiência no concelho
	Agravamento das condições de aprendizagem dos estudantes com deficiência, incapacidade e perturbações
	Insuficiência de formação para técnicos dos serviços de atendimento ao público
	Inexistência de equipas multidisciplinares domiciliarias para apoiar pessoas com deficiência e famílias
	Ausência de apoio complementar para clientes e famílias das crianças/jovens/adultos com deficiência integrados face aos horários rígidos e reduzidos respetivamente
	Insuficiente articulação entre os serviços ao nível da sinalização/encaminhamento/acompanhamento
	Inexistência de resposta de caráter transitória para acolhimento residencial
	Necessidade de maior sensibilização para o público em geral e, em particular, nas entidades empregadoras sobre a problemática da deficiência
Insuficiência de apoios complementares para as pessoas com deficiência	

Tabela 7 – Deficiência e Reabilitação: Problemáticas
 Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, pp. 14–15) - adaptação da tabela 4.1.

Saúde/Doença mental e dependências

A área da saúde mental e das dependências surge enquanto relevante, desde logo, pelo aumento de doenças crónicas e pelo envelhecimento crescente da população, havendo uma *necessidade crescente de prestar apoio a doentes com altas hospitalares*, sendo os familiares muitas vezes a assumir o papel de cuidadores informais, frequentemente a custo de uma estabilidade física e emocional sua e da família, porque não existem respostas suficientes para dar este apoio.

Esta *falta de apoio estende-se também a famílias e portadores de doenças infectocontagiosas*, que frequentemente atinge pessoas de contextos socioeconómicos mais frágeis. As infeções por VIH/SIDA são as que têm recebido mais atenção por parte do SNS e consequentemente no concelho de Leiria. Regista-se uma *insuficiência na resposta face a doentes em cuidados paliativos e continuados*, uma vez que não existem unidades de convalescença, de cuidados paliativos nem equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos no concelho. A unidade de média duração e reabilitação conta apenas com 27 camas, a unidade de longa duração e manutenção com 13 camas e que existe apenas uma equipa de cuidados continuados, com 5 vagas.

De igual modo, há uma *incapacidade de resposta ao nível da saúde mental*, cujo número de doentes tem estado a aumentar e cujo tema exige uma especificidade profunda. No ano de 2015, no concelho, o número de internamentos compulsivos tinha prevalência do sexo masculino, ainda que o número de internamentos fosse maior em doentes do sexo feminino. Os grupos etários com maior predomínio são entre os 40-59 anos. No que diz respeito à pedopsiquiatria, os maiores números voltam a ser maior no sexo masculino e entre os 10-14 anos. O apoio das organizações locais é mais reduzido quando referente ao apoio pedopsiquiátrico. A comorbilidade - “coexistência temporal de duas ou mais perturbações psiquiátricas e da personalidade, sendo uma delas o consumo problemático de substância” (EMCDDA, 2004) – verifica igualmente uma resposta muito dispersa e desajustada.

Por fim, é relevante a *análise de dependências e de comportamentos de risco no concelho*, sendo que aqui é possível compreender que o maior número de utentes a ser acompanhado tem comportamentos aditivos com substâncias, sendo a principal a heroína, com registo de um decréscimo do seu consumo por via endovenosa, e a segunda o álcool. O escalão etário com maior acompanhamento é entre os 37-41 anos. Segmentando para crianças e jovens, o maior número de utentes acompanhado continua a ser do sexo masculino, entre os 16-20 anos e com um maior consumo de canábis. Outro comportamento de risco relaciona-se com a condução

sob efeito de álcool ou estupefacientes, aumentando o risco de acidente e da gravidade do mesmo (Conselho Local de Ação Social, 2017, pp. 154–181).

	Problemáticas
Saúde/Doença Mental e Dependências	Falta de apoio às famílias e indivíduos após altas hospitalares
	Falta de apoio em continuidade a Famílias e Indivíduos na gestão de doenças infectocontagiosas
	Inexistência de unidade/equipas de cuidados continuados paliativos no Concelho e no Distrito
	Insuficiência de resposta ao nível dos cuidados continuados
	Insuficiência de respostas ao nível da Saúde Mental em todas as faixas etárias
	Insuficiência de formação especializada na área da Saúde Mental, para cuidadores formais e informais
	Insuficiência de articulação entre serviços com intervenção em Saúde Mental
	Desvalorização de comportamentos de risco (sexualidade; comportamentos aditivos, com e sem substância)

Tabela 8 – Saúde/Doença Mental e Dependências: Problemáticas
 Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 15) - adaptação da tabela 4.1.

Parcerias

A última temática apresentada no DS, pela Rede Social Leiria é a relação entre parceiros, sendo identificada a importância do trabalho em parceria para o desenvolvimento dos projetos, mas também as questões que permitem efetivar esse bom funcionamento e os problemas que colocam todo este trabalho em causa.

Primeiro, é reconhecido o *pouco envolvimento e relacionamento entre parceiros*, sendo que se registam várias ausências das reuniões de plenário do CLASL (uma média de 40 parceiros em 74) e um absentismo ainda maior nas reuniões de trabalho. O inquérito utilizado para compreender a visão dos parceiros sobre as problemáticas foi apenas respondido por 40 destes. É possível compreender, em traços gerais, que não é usual o trabalho de parceria e as entidades desconhecem o trabalho desenvolvido pelos restantes membros, é apontado o problema de burocratização e a existência de concorrência entre os vários parceiros.

Por fim, apesar de no questionário cerca de 70% dos inquiridos ter respondido que há um envolvimento da Sociedade Civil, é reconhecido que esta participação tende a estar relacionada com a obrigatoriedade legal desta inclusão e não tanto de uma participação estável e consistente (Conselho Local de Ação Social, 2017, pp. 182–192).

	Problemáticas
Parcerias	Relação frágil entre as entidades na criação de estratégias de intervenção junto da comunidade
	Insuficiente divulgação, conhecimento do trabalho desenvolvido pelas entidades públicas e privadas
	Insuficiente envolvimento da comunidade para as questões sociais

Tabela 9 – Parcerias: Problemáticas

Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 15) - adaptação da tabela 4.1.

6.4.Plano de Desenvolvimento Social 2017-2021

Sendo os Planos de Desenvolvimento Social (PDS) vistos enquanto instrumentos “de atualização contínua de prioridades e opções determinadas, resultante dos contributos dos parceiros que compõem a Rede Social do Concelho” (Conselho Local de Ação Social, 2018), estes mantêm-se em constante atualização e em ‘diálogo’ com o Diagnóstico Social.

De uma forma sintética, e no seguimento do apresentado no Diagnóstico Social, as áreas abordadas pelo mais recente Plano de Desenvolvimento Social são: *Idosos, Família, Habitação, Emprego e Formação, Deficiência e Reabilitação, Saúde/Doença Mental e Dependências e Parcerias*. Na área *Idosos* é dado um maior enfoque ao isolamento social, à violência sobre idosos, ao apoio em situações de demência, bem como com à maior dinamização de atividades.

Ao nível da *Família*, pretende-se essencialmente resolver questões relacionadas com a exclusão social, acolhimento de migrantes e refugiados, violência doméstica, ou competências parentais.

A questão da *Habitação* pretende responder fundamentalmente ao crescente número de pedidos de habitação social, a falta de condições habitacionais.

No *Emprego e Formação*, há uma particular preocupação com o número de desempregados ou de empregados com trabalhos sazonais e/ou temporários, algo que frequentemente afeta os já mais vulneráveis. Nesta área encontram-se necessidades, de nível físico, nomeadamente as instalações do Centro de Formação.

Relativamente à área *Deficiência e Reabilitação* verifica-se uma extensa lista de necessidades, de entre as quais a carência de informação sobre a problemática da deficiência, a falta de estruturas de apoio e de equipas multidisciplinares que possam prestar esse apoio ou a carência de rastreios e testes de despiste para crianças com menos de seis anos.

A problemática da *Saúde/Doença Mental e Dependências* dá conta da falta de apoio técnico e/ou profissional, bem como da inexistência de equipas capazes de respostas, nomeadamente ao nível dos cuidados continuados. É também referida a falta de formação especializada neste âmbito ou a fraca articulação no âmbito da saúde mental.

No âmbito das *Parcerias*, os temas destacados são a pouca divulgação e conhecimento do trabalho desenvolvido pelos parceiros e o escasso envolvimento da comunidade ao nível das questões sociais.

De forma a responder às várias problemáticas, são enumerados vários objetivos no PDS 2018-2021, estratégicos e específicos, que deverão ser atingidos até ao final de 2021 (Conselho Local de Ação Social, 2018) – ver Anexo III.

Apresentação de Resultados

O último capítulo pretende revisitar os principais objetivos do trabalho e apresentar uma resposta à pergunta de partida definida: *de que maneira o programa rede social de leiria tem contribuído para o reforço da Coesão Social no concelho de Leiria?* Como tal, são analisados indicadores quantitativos em articulação com o conteúdo das entrevistas, de forma a compreender, por um lado, de que modo estas informações se complementam ou contrariam e, por outro, em que sentido é que se relacionam com as hipóteses de investigação.

7. Análise da informação recolhida

Com o intuito de compreender melhor o universo da Rede Social de Leiria, foi utilizada a metodologia de estudo de caso, recorrendo a dados qualitativos – documentais e entrevistas – e dados quantitativos, na forma de documentos estatísticos. Nesse sentido, foram analisados os principais documentos do Programa do triénio vigente – o DS de 2017 e o PDS de 2018-2021 (que inclui também o Plano de Ação). Mais ainda, foram analisados documentos partilhados pela CML, como a listagem de parceiros atuais e a sua presença em Assembleias Plenárias. Foram ainda realizadas 11 entrevistas a atores privilegiados, divididos em três categorias, e em função das problemáticas delineadas no PDS: “Administração pública” - CML, ISS Leiria -, “Parceiro do CLAS” – uma organização da área dos ‘Idosos’, InPulsar, CAL/CSPPVI, AMIGrante, APPC – Leiria, CRI – Leiria, DGRSP – DRRC Pinhal Litoral -, e “Coletividade de cidadãos” – AMBFSC e USL. Por fim, foram recolhidos dados estatísticos referentes ao concelho, nomeadamente sobre as problemáticas que surgiram nos documentos identificados.

Nesta lógica de análise, o presente capítulo faz uma decomposição da informação recolhida e está organizado em função dos objetivos e hipóteses de investigação. Dividido em cinco grandes temáticas, permitirá chegar às conclusões finais do trabalho. A primeira sobre a conceptualização da CS, articulando a definição apresentada no quadro teórico e a perceção dos intervenientes entrevistados, balizando a restante análise. As seguintes temáticas estão profundamente ligadas às hipóteses do trabalho: a segunda relativa às problemáticas definidas no DS e abordadas no PDS, numa observação de dados quantitativos e qualitativos. A terceira, enquanto agregadora das medidas adotadas nos mesmos documentos, visando a compreensão prática da atuação da rede. A quarta engloba as várias visões do papel da parceria, passando da teoria à experiência concreta da Rede Social de Leiria. Por fim, apresenta-se um tópico relativo ao efeito da pandemia no trabalho da rede.

7.1. Perceções sobre a Coesão Social

No capítulo do Enquadramento Conceptual, foi possível entender a CS enquanto a capacidade de redução de desigualdades sociais entre indivíduos e grupos, visando o bem-estar dos seus vários membros, mantendo presente a noção de que, no seu fim, é um conceito algo utópico, uma vez que existem, em todas as sociedades, diferenças e divisões (Council of Europe - European Committee for Social Cohesion, 2004). Compreende-se, por isso, a interligação deste conceito aos objetivos do Programa, sendo que ambos visam esta diminuição de disparidades sociais – nomeadamente situações de pobreza extrema e de exclusão social. Foram ainda abordadas as dimensões mais comuns do conceito - igualdade/equidade social, oportunidade económica, participação política e sociocultural, legitimidade das instituições e pluralismo e diversidade (Dickes e Valentova, 2013; Jenson, 1998, p. 2-5; Woolley, 1998, p. 15) e as propostas por Forrest e Kearns (2001, p. 2129), numa perspetiva de ‘bairro’, e com maior destaque em questões como a cooperação e solidariedade social, a importância do ‘local’, o respeito pelo outro, mas incluindo também a redução de desigualdades sociais e económicas. Por este ser um conceito chave para o trabalho - mas cuja utilização é de vasta amplitude e de difícil aplicação quantitativa - foi incluída, no guião, uma questão que se propunha a recolher a visão dos interlocutores de Coesão Social.

Houve parceiros que se referiram a esta coesão enquanto uma “cola” (Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021) ou enquanto a promoção de um “desenvolvimento integrado e sustentável de uma determinada comunidade” (Centro de Respostas Integradas de Leiria, 2021). Uma reflexão semelhante foi feita também por outro parceiro, que destacou que funcionaria enquanto meio para que a “sociedade tenha um maior bem-estar e uma maior qualidade de vida no geral” (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria, 2021).

“A Rede Social é um programa que visa mobilizar a cooperação e articulação das diferentes entidades que atuam na área social e neste sentido, visa a promoção social. A Coesão Social implica a união de esforços para identificar e prevenir problemas e promover o Desenvolvimento Social.” (InPulsar, 2021)

Um dos entrevistados definiu-a, de forma abstrata, enquanto um “conjunto de indicadores e de normativos que sugerem uma relação imbricada com aquilo que é um objetivo comum entre várias entidades” (Organização da Temática ‘Idosos’, 2021), fazendo aqui maior alusão à necessidade de medição do conceito, mas não deixando de lado a visão mais referida pelos vários parceiros – a relação da coesão dentro do Programa e de que maneira está relacionada

com o seu funcionamento. É possível ver a relevância atribuída ao trabalho de colaboração e de parceria entre as entidades, partilhada pela totalidade dos nove parceiros que responderam à questão e que, apesar das nomenclaturas – “cooperação e articulação” (InPulsar, 2021), “sinergias entre instituições” (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria, 2021), “troca de informação entre instituições” (DGRSP - Equipa Pinhal Litoral, 2021), “agregação de esforços” (Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, 2021) apontavam a mesma noção:

“É o resultado do trabalho conjunto das entidades públicas, privadas, individuais e coletivas com vista a garantir a todos os cidadãos o acesso aos seus direitos, no sentido de construir uma sociedade mais justa e equilibrada” (Instituto da Segurança Social de Leiria, 2021).

Uma outra dimensão referida por vários parceiros relaciona-se com a ligação ao território, destacando-o enquanto “uma dinâmica local de respostas integradas para que as políticas sociais sejam implementadas num determinado território” (Centro de Respostas Integradas de Leiria, 2021) e que pretende “potenciar aquilo que é um determinado território” (Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, 2021), visões mais próximas de um Desenvolvimento Local, do que da Coesão Social.

Torna-se relevante, por isso, uma perspetiva comparativa, com o intuito de validar pontos convergentes ou díspares, quando referente ao conceito de CS. Por um lado, ao nível teórico é possível defini-lo, de forma breve, enquanto a ligação na sociedade que prevê, no limite, a erradicação de situações de pobreza e exclusão social, promovendo inclusão social, capital social e mobilidade social (OECD, 2011), com a aplicação de medidas criadas pelo Estado Social e potenciadas pelas organizações e pela Sociedade Civil.

Mas quando analisado de um ponto de vista mais prático e de atuação, apesar de uma maior distância da definição clássica, é possível rever, ainda assim, algumas das dimensões da coesão aplicada à vizinhança (Forrest e Kearns, 2001), nomeadamente ao nível da colaboração e da parceria, a relevância do território e do local e igualmente pela solidariedade social, presente de forma mais discreta na intervenção dos parceiros. Independentemente disto, verifica-se que o conceito não está presente na rotina e prática das organizações no terreno, mostrando que apesar da sua investigação na academia, é pouco operacionalizado. Concluindo, apesar da perceção de Coesão Social ser muito semelhante para todos os entrevistados – independentemente da sua categoria – a reflexão é sempre muito direcionada para a aplicação prática do trabalho entre parceiros na rede e mais focada no que estes parceiros podem alcançar juntos, do que necessariamente para a visão académica do conceito.

7.2. Problemáticas do concelho que afetam a Coesão Social

Para uma observação mais clara das necessidades do concelho, e de forma a possibilitar uma conclusão sobre a atuação da Rede, tornou-se necessário esclarecer quais as problemáticas-chave que afetam Leiria e sobre as quais é imperativa ação. Como tal, foram investigados o DS e o PDS, que estabelecem sete temáticas de atuação, já identificadas acima: ‘idosos’, ‘família’, ‘habitação’, ‘emprego e formação’, ‘deficiência e reabilitação’, ‘saúde/doença mental e dependências’ e ‘parcerias’.

De igual modo, tornou-se relevante ouvir as instituições parceiras para compreender de que forma a sua perspetiva estava alinhada com estas temáticas ou até se consideravam existir novas necessidades – a identificação dos entrevistados é realizada pelo nome da instituição parceira, com a exceção do tema ‘idosos’, em que o parceiro pediu anonimato, pelo que será mencionado como ‘Organização da Temática ‘Idosos’’. Não menos relevante, foram também analisados dados estatísticos sobre estas questões, com a finalidade de estabelecer uma correlação entre os vários conteúdos recolhidos. Assim, a análise foi realizada com base nas várias temáticas identificadas nos documentos, na ordem em que são apresentados (que servem enquanto base na investigação), na sua ligação com as temáticas identificadas pelos parceiros, como é possível observar na tabela 10. É importante considerar que o número de referências apresentado não é linear e que deve ser tida em conta a área de atuação privilegiada de cada organização, mesmo que não tenha sido selecionada pelo trabalho na temática em causa. Logo, um maior número de respostas de um tema não significa em si que este seja mais relevante, mas que há mais organizações que o trabalham, de forma mais ou menos direta.

Grandes Problemáticas				
<i>Diagnóstico Social</i>	<i>Entrevistados</i>	<i>Nº de respostas</i>		
	<i>Problemática</i>	<i>Organizações que abordam a temática</i>	<i>Organizações que não abordam a temática</i>	<i>Total</i>
Idosos	População idosa	3	1	4
Família	Proteção jovens e infância	2	2	4
	Migrantes	3	1	4
	Violência doméstica	1	-	1
Habitação	Habitação	3	1	4
	Pessoas em condição de sem-abrigo	3	1	4
Emprego e Formação	Desemprego	2	2	4
	Precariedade	2	1	3
Deficiência e Reabilitação	Deficiência	1	-	1
Saúde/Doença Mental e Dependências	Cuidados paliativos	-	1	1
	Comportamentos aditivos	1	-	3
	Saúde Mental	4	-	4
Parcerias	-	-	-	-
-	Questões ecológicas	-	1	1

Tabela 10 - Grandes Problemáticas que afetam a coesão social do Concelho de Leiria

Idosos

A problemática dos idosos foi, desde logo, umas das mais identificadas pelos parceiros. Numa análise aprofundada do tema é possível compreender que, em 2020, Leiria contava com um índice de envelhecimento de 156,6, face à média nacional de 167, aparecendo enquanto 75º (em 308 municípios nacionais). Também na comparação do índice de dependência de idosos surge numa posição favorável face à média nacional, sendo o 79º município a registar menor dependência. Ao nível dos parceiros, a relevância desta problemática surge clarificada na intervenção do parceiro representativo deste tema: “A questão da pirâmide demográfica [...], leva-nos a elevados desafios para os quais não estamos preparados (Organização da Temática ‘Idosos’, 2021), mas também por ser considerada “transversal a toda a comunidade. Temos uma população cada vez mais idosa, com maior longevidade” (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria, 2021). Mais, a preocupação articula-se também na “desresponsabilização do poder público” nacional neste âmbito, com a falta de programas estruturados com respostas a longo prazo (Organização da Temática ‘Idosos’, 2021).

Mostra-se então enquanto um tema estrutural e sobre o qual os parceiros vêm uma necessidade clara de intervenção uma vez que, e apesar de os dados ainda não o mostrarem de forma flagrante, é uma tendência nacional que também afeta o concelho – nomeadamente pelo facto do índice de dependência de idosos ser já superior ao índice de dependência de jovens. Ainda assim, uma vez que Leiria não se encontra mal posicionada numa perspetiva nacional, pode assumir-se que um menor investimento no tema advenha desta questão.

Família

No âmbito da ‘família’, muito abrangente nos documentos de planeamento, foram agrupados, durante as entrevistas, três assuntos chave – os migrantes, a proteção dos jovens e crianças, e menos referenciada, a violência doméstica.

Relativamente à população migrante e numa visão distrital, Leiria aparece enquanto o 5º distrito com maior número de população estrangeira residente (Oliveira, 2020). Numa perspetiva concelhia os dados mais recentes mostram que o concelho contava com 5,5% de população estrangeira residente no concelho, sendo o 66º na lista de concelhos e o terceiro distrito com mais população migrante. Entre 2010 e 2020 registou um aumento de cerca de 1%, não linear, uma vez que sofreu algumas oscilações nomeadamente durante o período da crise económica (PORDATA, 2021d).

Para vários dos entrevistados, os migrantes apresentam-se enquanto um dos grupos vulneráveis, por um lado ao nível da “integração da família”, mas também na dificuldade de “legalização e junção da família” (AMIGrante, 2021). Por outro lado, encontram-se frequentemente em situações de maior precariedade, sendo os primeiros a sofrer o impacto de crises (nomeadamente da Covid-19) e os últimos a recuperar: “Os imigrantes foram os primeiros a ser despedidos e atualmente, apesar de já ser mais fácil arranjar trabalho, tendem a estar em trabalho ainda mais precários ou paralelos à economia formal” (InPulsar, 2021).

Depois, foi identificada a necessidade da proteção dos mais jovens e da infância a vários níveis, apesar de não serem desenvolvidos pelos vários parceiros. Foi referida a necessidade de uma “parentalidade positiva”, impactada pela Covid, que “veio aprofundar alguns conflitos que as famílias já tinham” (Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021), mas também a necessidade de um reforço do sistema educativo – apontado por um dos parceiros como estando em falência (Organização da Temática ‘Idosos’, 2021). A DGRSP apresentou ainda um problema mais específico da sua área de trabalho:

“A falta de realização de programas formativos para jovens que têm problemáticas criminais nomeadamente com comportamentos agressivos [relativamente a jovens entre os 12 e 16 anos]. Na lei tutelar educativa está prevista uma medida que é possível de aplicar a um jovem que comete um crime são programas educativos e não existem.” (DGRSP - Equipa Pinhal Litoral, 2021)

Por fim, um dos parceiros referenciou ainda a violência doméstica enquanto tema transversal (Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021). Os dados relativos à temática mostram que, no distrito, a variação anual de participações de situações de violência doméstica, entre 2018 e 2019, foi de cerca de 21%, colocando o distrito com a terceira maior variação nacional, muito acima da média nacional – 11,5% (MAI - Secretaria-Geral da Administração Interna, 2020). Com a pandemia e a necessidade de períodos de confinamento, estes valores tornaram-se ainda mais alarmantes (Público, 2020) – embora não existam ainda estatísticas disponíveis para uma análise ao nível concelhio.

Este apresenta-se como o tema mais identificado na sua totalidade pelos parceiros, algo que pode ser explicado pela amplitude do mesmo. Mostra-se de relevo a preocupação dos parceiros com a imigração – explicada pela vulnerabilidade do grupo em questão - e a preocupação com a infância e com os jovens – que apesar de identificada por vários, não obteve grande elaboração sobre necessidades específicas. A violência doméstica é menos destacada neste grupo, no

entanto, quando analisados os dados distritais, é possível compreender a necessidade de abordagem do tema.

Habitação

Analisando a ‘habitação’, os parceiros destacaram o tema enquanto sendo de carácter estrutural e sobre o qual é muito difícil de atuar. Relativamente às condições da habitação, um estudo realizado pela Câmara Municipal de Leiria (2021), foram reportados 1.347 casos de indivíduos sem condições de habitabilidade, dos quais 407 agregados familiares. Estas situações registam-se maioritariamente face a acontecimentos de insalubridade e insegurança (cerca de 950 pessoas), com várias ocorrências de situações de precariedade (309, das quais 6 também eram vítimas de violência doméstica), e ainda algumas situações de sobrelotação ou inadequação (Câmara Municipal de Leiria, 2021, p. 35). Esta foi uma questão também abordada por alguns parceiros, que confirmaram questões relacionadas com as condições da habitação e com a capacidade de acesso à mesma.

Juntamente, foi discutido o impacto dos valores das rendas no concelho (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria, 2021; Instituto da Segurança Social de Leiria, 2021), considerando a inflação sentida nos últimos anos. Numa análise da taxa de esforço relativa ao arrendamento, esta corresponde a 21% para os agregados familiares no distrito de Leiria - o 3º valor mínimo nacional (Idealista Redação, 2021). Quando analisado o preço médio de arrendamento de imóveis, o distrito surge enquanto o 6º com melhores preços da habitação. No entanto, verifica também uma variação de 4,5% entre setembro de 2020 e o mesmo mês de 2021, apresentando-se como 9º com maior variação (Imovirtual, 2021). É de ressaltar que, pela inexistência de estatísticas concelhias, não é possível retirar conclusões claras sobre estes valores. Ainda assim, e com a análise destas variações observa-se que, apesar do impacto da pandemia ao nível do emprego, na habitação isto não se fez sentir e, ao invés, houve um aumento significativo no valor médio das rendas, algo que os parceiros reconhecem e apontam enquanto desafio importante.

Por fim, uma outra temática muito identificada foi relativa às pessoas em situação de sem-abrigo, algo que se torna ainda mais relevante quando analisando que este não é um eixo refletido no PDS ou no Plano de Ação (ainda que bastante contemplado no DS). No que concerne ainda a realidade deste tema, é possível constatar que em setembro de 2021 havia registo de 21 pessoas nesta situação (Carla Feliciano, *Comunicação Pessoal*, 28 setembro 2021). Este tem claramente sido um valor oscilante, uma vez que no final do ano de 2020 estavam identificadas 19 pessoas (Jornal Região de Leiria, 6 de janeiro de 2021), e tendo em

consideração que decorre há cerca de um ano um projeto que já conseguiu retirar 13 pessoas desta situação (Jornal de Leiria, 5 de outubro de 2021).

Emprego e Formação

A temática do emprego e formação foi abordada de forma diferente pelos vários parceiros, embora haja uma certa concordância na visão, incluindo da CML, que a pandemia é um dos principais motivos para o emprego/desemprego ser uma questão de relevo nos próximos anos.

“A questão do desemprego [...], para nós nunca foi uma questão ‘sensível’ [...] porque Leiria sempre teve uma taxa de desemprego abaixo da média nacional e sempre houve facilidade de as pessoas integrarem o mercado de trabalho. Decorrente também da situação da pandemia, o problema do desemprego e da formação profissional poderá ser um problema social a abordar” (Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, 2021)

Também os dados transparecem esta realidade, com um aumento efetivo do número de desempregados inscritos no centro de emprego entre 2019 e 2020, registando respetivamente 2.517 e 3.598 pessoas (PORDATA, 2021a). Ainda assim, a percentagem concelhia fixou-se nos 4% em 2020, enquanto a média nacional registava 5,8% (PORDATA, 2021c). Valor que, no entanto, se mostra alto quando comparado com os anos de 2018 e 2019, nos quais as percentagens eram de 3,2% e 3%, respetivamente, e comparados a valores que pouco se alteraram na média nacional (5,4% e 4,7%) (PORDATA, 2021c).

Mas mais do que o emprego/desemprego, os parceiros destacaram o aumento da precariedade no concelho. Numa análise de assimetria de rendimentos, medida através do coeficiente de Gini, Leiria apresenta-se com um valor de 33%, abaixo da média nacional de 36,5%, mas acima dos outros municípios do distrito (Instituto Nacional de Estatística, 2021b). Apesar de não se refletir particularmente nos dados estatísticos, esta foi uma preocupação partilhada por vários parceiros, que acreditam que a pandemia teve um forte impacto na “capacidade financeira das famílias” (Instituto da Segurança Social de Leiria, 2021) com “pessoas que já eram vulneráveis que ficaram em situações ainda mais precárias [nomeadamente os imigrantes]” (Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021).

Uma outra preocupação relaciona-se com os salários enquanto variável chave e não tanto o desemprego (Instituto da Segurança Social de Leiria, 2021). Assim, numa análise à remuneração base média mensal dos trabalhadores em 2019, em Leiria, este registo era de 927,4€ face a um valor nacional mais elevado, de 1001,5€. Se esta análise for feita por sexo,

compreende-se que existe uma diferença entre os ordenados do sexo masculino (999,0€) e feminino (831,8€) - ainda que não seja possível uma conclusão clara por não ser feita uma análise por função. Não deixa, no entanto, de ser relevante esta diferença de salários por sexo ser também mais alta do que a diferença nacional, podendo ser ainda indicador de alguma desigualdade de género.

Concluindo, apesar do desemprego não ter sido um dos focos da atuação da Rede nos últimos anos, a situação pandémica trouxe um agravamento e, de acordo com a CML, vai receber maior destaque no futuro. Aliado a este tópico, a maior preocupação está relacionada com os salários, mais baixos que a média nacional – com uma diferença significativa entre sexos – e com a precariedade, que foi acentuada com a pandemia, mas que já preocupava os parceiros.

Deficiência e Reabilitação

Esta problemática foi apenas apontada pelo parceiro que a trabalha de perto, APPC, (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria, 2021), nomeadamente pela “falta de instituições, de respostas, nomeadamente de centros prescritores para produtos de apoio, que não existe em Leiria”. No DS, por sua vez, é identificado, em Matriz SWOT, um número significativo de ‘Forças’ face às ‘Fraquezas’ e ‘Ameaças’ que este grupo possa sentir.

Ainda assim, relativamente ao tema específico de entidade prescritoras, está explícito no PDS que a APPC realiza todos os anos um pedido neste sentido – algo que, comprovado pela entrevista, ainda não aconteceu. Esta é uma associação de alguma dimensão no concelho, contando com um total de 237 utentes aos quais prestam serviços em regime ambulatorio.

Mostrou-se, por isso, enquanto uma problemática muito específica sob a qual os restantes parceiros não têm muita visibilidade ou não consideram prioritária. Apesar de, idealmente, ser possível uma comparação de dados estatísticos para afirmar esta premissa, os mesmos não estão disponíveis, limitando a capacidade analítica. Não deixa, no entanto, de ser relevante notar que apenas a APPC referiu a sua própria problemática o que pode significar uma pouca visibilidade e conhecimento do tema pelos parceiros ou, no limite, que não é de particular urgência no concelho.

Saúde/Doença Mental e Dependências

A temática da Saúde/Doença Mental foi também abordada por variados parceiros enquanto central e como aportando muitas dificuldades:

“Acho que há poucas respostas ajustadas às necessidades ao nível da saúde mental, seja para crianças, jovens, adultos. Penso que essa é a maior necessidade [...] Nós vemos aqui [...] questões da saúde mental que não são devidamente trabalhadas. A psiquiatria do hospital também não tem capacidade de resposta [...]” (DGRSP - Equipa Pinhal Litoral, 2021).

Apontado como um tema que se “fala [...] muito, mas conhece-se pouco e a intervenção não é concertada” sendo muito focado naquilo que é a saúde e não tanto na prevenção e tratamento (Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021). De forma semelhante, também os dois organismos da Administração central afirmaram a relevância de abordar o tema e a dificuldade em fazê-lo.

Este é um tópico em cuja observação estatística se torna complicada, principalmente ao nível municipal. Ainda assim, existem alguns dados relevantes, nomeadamente o número de médicos especialistas em psiquiatria – 13 – em outubro de 2019 (fontes mais atualizadas), abaixo de várias cidades litorais, como Coimbra ou Braga, mas a par com cidades como Viseu (Conselho Nacional de Saúde, 2019). No mesmo estudo, é possível confirmar que ao nível de enfermeiros especialistas em saúde mental e psiquiátrica, o concelho contava com 15, uma percentagem de cerca de 5,4% dos enfermeiros desta especialidade a trabalhar na zona centro.

Relativamente ao âmbito das dependências, a reflexão salientou a necessidade de trabalhar a “área da toxicodependência” e do alcoolismo (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria, 2021), mas também a relação por vezes presente de comportamentos aditivos em algumas das pessoas em condição de sem-abrigo (Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021). Esta questão ainda foi complementada pelo CRI, organização que trabalha de perto o tema e abordada no DS, com a identificação de cerca de 400 utentes acompanhados pela mesma instituição (Conselho Local de Ação Social, 2017). Ainda assim, existe uma clara dificuldade em obter dados nacionais comparativos que permitam confirmar se este é um problema que afeta com maior ou menor impacto o concelho, pelo que se torna ainda mais importante a recolha dos testemunhos.

Parcerias

A temática das parcerias apresenta-se enquanto muito específica no âmbito do bom funcionamento da Rede. Esta reflexão está presente nos documentos de DS e PDS e, pela sua pertinência, foi incluída uma questão específica nas entrevistas aos parceiros da Rede (ponto 8.4 do presente capítulo). Ainda assim, e apesar de nenhuma das organizações referir a Parceria

na questão sobre as problemáticas que afetam a CS no concelho, foi possível compreender que existem algumas questões menos positivas que os parceiros identificam quando abordam a temática, algo que foi claro na resposta à pergunta concreta da importância das parcerias, e um pouco ao longo de toda a entrevista. Deste modo, a reflexão sobre o tema é realizada abaixo.

Questões Ecológicas

Durante as entrevistas surgiu ainda mais uma problemática, identificada por um dos parceiros: a questão ecológica.

“A desorganização da defesa da nossa ‘casa’ – as questões ecológicas, de garantia das boas condições em termos de promoção de um bom território. Peca muito pela ausência [no caso concreto de Leiria] de uma estratégia consolidada e concertada ao nível ambiental da nossa cidade” (Organização da Temática ‘Idosos’, 2021).

Este mostra-se enquanto um tema relevante pela sua pertinência atual e cujos impactos são cada vez mais críticos. É também um assunto que tem tido algum mediatismo em Leiria – nomeadamente na campanha autárquica que decorreu em 2021 -, essencialmente pela poluição das suiniculturas e contaminação dos recursos hídricos do concelho. Compreende-se a sua ausência de documentos como o DS ou o PDS pela maior distância da atuação social no terreno, não deixando, no entanto, de ser um tema que necessita de soluções.

Breve nota de síntese

Após uma análise aprofundada sobre as várias problemáticas é possível retirar algumas ilações. Por um lado, nota-se uma dificuldade de obtenção de dados estatísticos em alguns dos temas, como é o caso do tema da deficiência ou da saúde/doença mental, em que a opinião dos entrevistados foi ainda mais relevante. Depois, surgem outras problemáticas que estão identificadas e para as quais os parceiros destacaram que a intervenção não tem sido tão aprofundada, como é o caso dos idosos ou do desemprego, sendo que a um nível nacional Leiria se apresenta como estando melhor do que as médias nacionais destes temas. Por fim, existem algumas necessidades mais críticas e para as quais os parceiros - e os dados comprovam – sentem que há uma necessidade urgente de arranjar soluções, nomeadamente com o aumento da precariedade ou a habitação.

7.3. Análise das medidas adotadas pela Rede Social

Posterior à definição das problemáticas, o principal objetivo relaciona-se com a compreensão das medidas tomadas pela Rede – desde a sua adequação, à operacionalização e ao seu

cumprimento. Mais ainda, pretendeu-se ver além das medidas e compreender se as várias problemáticas têm um tratamento diferenciado e que resultados estão a ter na sua resolução.

Idosos

A instituição entrevistada na temática dos idosos foi marcadamente crítica face à atuação da Rede no concelho. Ao nível da adequação das medidas e do seu funcionamento prático, considerou que a Rede tende a funcionar muito numa lógica formal, mas de atuação fraca:

“O que acontece com a Rede é que existe uma série de medidas, que no papel são efetivamente bastante eloquentes, concretas, cirúrgicas, mas na realidade não consigo ver em que medida é que é, por quem ou quando é que é operacionalizável”
(Organização da Temática ‘Idosos’, 2021)

Assim, apesar de confirmar que há uma tentativa de compreensão das necessidades e competências, considera que algumas medidas são “ocas e pouco ambiciosas” e outras não têm em conta a realidade da atuação e são demasiado ambiciosas (Organização da Temática ‘Idosos’, 2021), notando ainda – depois de uma passagem pelas várias medidas contempladas no PDS – que os objetivos não estão a ser cumpridos.

Relativamente aos resultados, e de forma alinhada com o que partilhou sobre as medidas, o parceiro respondeu que:

“Em termos de resultados não consigo responder de forma clara e objetiva, mas diria que decorrente desta elevada ambição em alguns dos objetivos e da escassez de capacidade de operacionalização dos mesmos, os resultados não são concretizados, o que leva naturalmente à ausência de resolução das problemáticas”
(Organização da Temática ‘Idosos’, 2021).

Face a esta problemática em específica, não houve um particular consenso e as visões dos parceiros foram até contraditórias. Aliada à organização que trata o tema, um parceiro, da temática da família, destacou que os resultados não tinham sido atingidos (Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021). No entanto, um outro parceiro (Centro de Respostas Integradas de Leiria, 2021), salientou que a temática dos idosos havia sido das que tinha obtido resultados mais positivos, e também o ISS destacou aqui a criação de uma equipa específica para trabalhar o isolamento dos idosos (Instituto da Segurança Social de Leiria, 2021).

Família

No âmbito da família é possível fazer a comparação entre a perspectiva de três parceiros entrevistados. Quanto às medidas e a um nível mais estrutural, foi salientado o benefício destes documentos serem revistos com regularidade e nomeadamente pelo facto de estarem em fase de atualização (Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021; InPulsar, 2021), bem como as alterações que têm sido feitas a um nível estratégico (AMIGrante, 2021).

Um dos fatores também destacados foi a vontade de fazer mais: “O simples facto de nós criarmos novas respostas em tempo de pandemia [...] significa que nós sentimos que temos um problema [...] que afeta muitos setores” (Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021).

Admitindo não terem capacidade para trabalhar todas as medidas, principalmente num triénio atípico como o atual, alguns destes parceiros destacaram ainda a necessidade de avaliação, para uma compreensão mais clara e uma maior visibilidade do cumprimento das medidas e possíveis resultados – o que demonstra que não existe uma avaliação das medidas durante o período em questão. Um outro parceiro (DGRSP - Equipa Pinhal Litoral, 2021), admitiu não ter visibilidade nem das medidas em si, nem de resultados obtidos, tendo, no entanto, salientado o bom trabalho realizado no âmbito da Família – questões do âmbito parental – apesar de não ter um conhecimento profundo das medidas.

A CML destacou o trabalho próprio na solução da dificuldade das famílias em acederem a creches da rede solidária, com a criação de um programa de apoio específico ao tema. No âmbito do apoio aos migrantes a CML também viu aprovado, no início de outubro, um Plano Municipal para a Integração de Migrantes – ainda não disponível – e cujos objetivos passam por “estratégias de atuação locais [...] em parceria com os vários atores locais” (Município de Leiria, 2021).

Foi então possível compreender que no geral estes parceiros se sentem confortáveis com a atuação da Rede, destacando a sua vontade de fazer mais. Observou-se, no entanto, que o seu conhecimento das medidas ou da resolução dos temas não é profundo – um destacou até a relevância da avaliação, que não sente ser realizada (ou pelo menos partilhada). É ainda particularmente relevante compreender que quando existem, a maior parte das medidas, e da sua apresentação, partem da Câmara Municipal, algo que se mostra natural pela sua transversalidade no programa, mas que faz questionar a situação da parceria e a capacidade de equidade entre parceiros.

Habitação

No âmbito da temática Habitação, e relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo, dois dos parceiros (da família) destacaram o “tomar de passos importantes e que temos estado a conseguir fazer um bom trabalho” (InPulsar, 2021), nomeadamente com a criação do NPISA que, apesar de não dar uma resposta “na totalidade” (Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021) foi identificada como um esforço importante da Rede.

Também o CRI admitiu que, muitos dos seus utentes nesta situação foram apoiados e sentiram a diferença. Assim, apesar de esta ter sido identificada pelos parceiros enquanto uma medida, é mais efetivamente um resultado que dá resposta a uma necessidade da problemática, uma vez que não estava estipulada no PDS. Este não foi o único esforço para dar solução a este tema, uma vez que existe também no concelho o projeto ‘Morada Certa – Leiria Housing First’ que visa “dar casa e apoio a todas as pessoas sem-abrigo na cidade” (Jornal Região de Leiria, 2021) – destacado pelo ISS, como uma iniciativa que teve o apoio do Município (Instituto da Segurança Social de Leiria, 2021), funcionando numa ótica complementar.

Este é um tema que tem registado cada vez mais atenção por parte da CML e das instituições ligadas ao apoio mais direto ou indireto às pessoas em condição de sem-abrigo como é o caso do NPISA – núcleo com atuação em 22 concelhos e cujo objetivo está ligado ao planeamento e intervenção na área. Apesar de Leiria estar fora dos 20 concelhos com mais pessoas em situação de sem-abrigo, foi considerado relevante este trabalho para que o número possa reduzir (Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação da ENIPSSA, 2020).

A CML destacou ainda o programa de apoio ao arrendamento (Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, 2021), incluído num documento elaborado no ano de 2021, denominado Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que é um outro exemplo de atuação ao nível da habitação, com programas de apoio ao arrendamento acessível, apoio à reabilitação de habitação, programas de sensibilização e informação de acesso a habitação (Câmara Municipal de Leiria, 2021). Ainda assim, o ISS admitiu ser um tema cuja capacidade de resposta era muito difícil, uma vez que os custos para fazer face ao tema são muito elevados e (a par da saúde mental) não dependem só do trabalho ao nível local, mas implicam investimentos nacionais.

Emprego e Formação

A questão do emprego, já abordada acima, não tem sido nomeada uma prioridade uma vez que o concelho se posicionava relativamente bem numa visão nacional. Ainda assim, foram vários os parceiros que apresentaram este tema enquanto uma preocupação, ainda que não desenvolvendo ao nível das medidas ou de possíveis resultados que possam advir das mesmas.

Compreende-se também que a falta de envolvimento de um parceiro direto da área nesta investigação possa ter tido impacto na pouca saliência do tema. Quanto a medidas relativas à Formação, incluídas no DS, não houve qualquer referência por nenhum dos entrevistados a este tema.

Deficiência e Reabilitação

Relativamente a esta problemática, o parceiro voltou a destacar a necessidade dos centros de prescritores, dando visibilidade ao apoio do CLAS neste tema durante os últimos anos - apesar de ser uma medida que ainda não foi concretizada (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria, 2021).

Mais ainda o parceiro partilhou que por vezes há uma dificuldade acrescida na aplicação e operacionalização das medidas que ultrapassam o funcionamento da Rede, nomeadamente por questões legais e que impossibilitam a sua resolução. Ainda assim, concluiu também que apesar de ter alguma visão através das reuniões plenárias não consegue definir se os objetivos estão a ser cumpridos, admitindo não ter também visibilidade do impacto dos resultados na resolução das problemáticas.

Saúde/Doença Mental e Dependências

Uma das duas instituições parceiras representante desta temática elaborou no que considerava fundamental na definição das medidas a criação dos grupos de trabalho que incluem as várias entidades:

“O que tentamos foi estabelecer medidas, algumas delas mais macro [...] que são estruturais e que não vai depender de nenhum de nós [...], mas que tem de ser identificado para que as políticas nacionais e sociais depois se possam adequar [...] e há também uma priorização das necessidades fundamentais [...] os níveis mais micro em que implicam um diagnóstico de maior pormenor e que implicam um maior envolvimento de todos” (Centro de Respostas Integradas de Leiria, 2021).

Levantou ainda um tema particularmente relevante e já abordado ao longo do trabalho – a inclusão da comunidade, referindo que neste DS e futuro PDS: “[...] Ouvir a comunidade. Nós técnicos temos uma perceção da realidade tendo em conta a nossa intervenção. É preciso ter em conta o que é a voz da comunidade” (Centro de Respostas Integradas de Leiria, 2021). Isto torna-se com um relevo particular por ter sido o único parceiro a fazer esta referência.

Ao nível da execução e efetivação das medidas, considerou que havia uma diferença entre os vários temas e que, nomeadamente ao nível dos cuidados continuados, não tinham sido feitos avanços, tal como na área da Saúde/Doença Mental e Dependências, de uma forma generalizada (Centro de Respostas Integradas de Leiria, 2021).

A CML e a Segurança Social partilharam opiniões muito semelhantes e destacaram a profunda dificuldade neste âmbito: “As questões de saúde mental que são muito difíceis de ultrapassar e uma problemática que considero bastante evidente e que depende dessa alteração estrutural que não conseguimos sozinhos” (Instituto da Segurança Social de Leiria, 2021).

Por fim, foi ainda levantada a necessidade de uma avaliação que vá para além da intervenção, mas que seja mais transversal às medidas, às temáticas e à Rede, de forma a permitir uma objetivação do impacto (Centro de Respostas Integradas de Leiria, 2021). Uma outra dificuldade nomeada foi a falta da disponibilidade para participar ativamente e ter conhecimento das medidas em si (DGRSP - Equipa Pinhal Litoral, 2021).

Resumindo, mais do que as medidas/resultados apresentados pelos parceiros, surgiram aqui várias ilações relevantes que serão revisitadas nas conclusões. Por um lado, a referência à inclusão da comunidade na definição de próximas medidas e estabelecimento de prioridades; por outro, a importância da avaliação, que não está a acontecer ou sobre a qual os parceiros não têm visibilidade.

Outras reflexões

Por fim, e relativamente às medidas tomadas pela Rede, faz sentido terminar com mais três reflexões. Por um lado, alguns parceiros destacaram o papel da Rede em respostas de emergência relativamente à pandemia Covid-19 (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria, 2021; Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021). Isto revê-se, em parte, com a aprovação, em julho de 2020, do Fundo Municipal de Emergência Social, no qual torna público que:

“O Município de Leiria tem vindo a implementar com a Rede Social, de forma concertada e articulada, diversos programas no sentido de atuar sobre os fenómenos de pobreza e exclusão nas suas múltiplas vertentes, visando proporcionar aos seus munícipes, melhores condições de vida e igualdade de oportunidades, para que lhes seja possível realizar uma cidadania plena” (Edital n. 827/2020 do Município de Leiria, 2020).

Este fundo visou dar apoio financeiro nas áreas da saúde (com a aquisição de medicamentos, pagamento de alguns meios de diagnóstico, aquisição de alguns produtos como

óculos ou próteses auditivas, entre outros, no valor máximo de 500€), habitação (com apoio no pagamento de rendas ou de prestações de empréstimo, com o limite de 1.000€, salvo exceções justificadas), alimentar (com articulação de organizações e estabelecimentos locais para a aquisição de bens alimentares), despesas (de luz, gás, telecomunicações, entre outros) e outras consideradas essenciais (Município de Leiria, 2020, pp. 157–158).

Desde o seu início em julho de 2020 até março 2021 foram recebidas 263 candidaturas – destas, cerca de 48% era correspondente a pessoas em situação de desemprego. É também de salientar a percentagem de famílias imigrantes que recorreram ao apoio, 24% (Notícias de Leiria, 2021). A criação deste fundo é positiva não só pelo papel relevante que pretende ter no apoio à população, mas porque também mostra o papel de integração da Rede Social na criação de apoios sociais no município.

Mais ainda, 2021 marca o fim do triénio nos documentos de trabalho, levando à necessária atualização destes documentos, um processo que, segundo Carla Feliciano (Carla Feliciano, *Comunicação Pessoal*, 28 de setembro 2021), tem sido atrasado pelas restrições da pandemia – tem levado a uma menor regularidade de reuniões dos grupos de trabalho e dificultado o acesso a dados e informação necessária – e consequentemente tem arrastado a realização do diagnóstico. Também neste sentido seria de relevo analisar quantas ações previstas no Plano de Ação – previstas terminar em 2019 e 2020 – foram efetivamente realizadas. Infelizmente este levantamento só está a ser realizado agora, não permitindo estas conclusões.

Por fim, mas não menos relevante, numa tentativa de compreensão do conhecimento da comunidade sobre a Rede Social, foram colocadas várias questões a duas coletividades – uma referente ao tema da habitação e outra ao tema do trabalho – visando compreender a sua perspetiva sobre as medidas e a resolução das problemáticas em causa. Apesar de não serem representativas, e ser difícil tirar fortes conclusões, foi possível compreender que a visibilidade que tinham era apenas relativa a temas muito específicos, nomeadamente do bairro (Associação dos Moradores do Bairro Sá Carneiro, 2021), não tendo noção de qualquer envolvimento concertado ou, admitindo não ter muita visibilidade (União de Sindicatos de Leiria, 2021).

7.4. Papel das parcerias

O Programa Rede Social apresenta a parceria enquanto o modelo de trabalho para o seu funcionamento, no entanto, e quando se observam documentos de avaliação (IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2012, pp. 169–170), este modelo também tende a ser indicado enquanto uma frequente fragilidade. Foi, por isso, que se tornou importante fazer uma

análise deste conceito à luz da realidade do Programa em Leiria e ouvir também os próprios parceiros sobre esta temática.

Na análise conceptual, foi investigada a relação próxima do trabalho em parceria com o Local e a sua importância no âmbito da intervenção social, potenciando aqui as várias ações necessárias num determinado território. Ainda assim, complementar a este trabalho conjunto, a parceria pretende ser uma mutualidade em que são partilhadas as tarefas e os objetivos desde a sua estruturação inicial, incluindo as várias tarefas que surjam e terminando com uma avaliação do projeto ou ação (Amaro, 2018). Foi também destacada a importância do voluntarismo e do envolvimento ativo, para que se potenciem alocações de meios e recursos e sejam realizados melhores diagnósticos, seja dos problemas que visa solucionar, seja de falhas que possam existir na parceria. Por fim, concluiu-se que os problemas no trabalho em rede - como o pouco envolvimento, o oportunismo, a tecnocracia, entre outros - pode colocar tudo isto em causa e levar a ações superficiais ou até à sua inexistência.

Passando, no entanto, da teoria à prática, faz sentido uma breve caracterização dos parceiros da Rede em Leiria. Como observado anteriormente, o CLASL tem oficialmente identificados 112 parceiros, incluindo as Freguesias/União de Freguesias, apesar de serem contabilizados 106 parceiros efetivos - uma vez que cinco não compareceram durante este triénio e atualmente apenas está contabilizado um Conselheiro Municipal para a Igualdade, ao invés de dois (Carla Feliciano, *Comunicação Pessoal*, 28 setembro 2021). Mas mais do que o número de parceiros, mostrou-se pertinente a análise das presenças dos parceiros às reuniões de plenário da Rede Social - entre 2017 e 2021 - numa tentativa de compreensão da participação dos mesmos em momentos oficiais. Durante este período foram contabilizados 119 entidades - estão contempladas algumas CSF que já não fazem parte do CLAS - e verificou-se que 69% dos parceiros não assistiram a metade do número de reuniões neste período - 8 no total (Carla Feliciano, *Comunicação Pessoal*, 11 agosto 2021).

Estes níveis de participação foram, em parte, espelhados nas respostas de alguns parceiros, que admitiram o pouco envolvimento, das suas associações ou de outras pares, mas foram também mencionados outros problemas que colocam em causa a ação desta Rede - de forma mais ou menos clara - como a falta de motivação, ou a pouca sensibilidade entre instituições, nomeadamente ao nível das temáticas que abordam (Centro de Respostas Integradas de Leiria, 2021). A identificação das 'Parcerias' enquanto uma das problemáticas a trabalhar no PDS (Conselho Local de Ação Social, 2018) reflete também esta consciência.

“Aquilo que se sente, no concelho de Leiria, é uma estratégia bastante enfraquecida naquilo que é o trabalho parceiro. Com uma atuação deste género, também a Rede

sai enfraquecida. A própria filosofia de atuação das instituições, das entidades, é também ela virada para si própria [...] é muito difícil a sobrevivência da Rede Social” (Organização da Temática ‘Idosos’, 2021)

Uma outra intervenção relevante surgiu no âmbito da própria Rede, levantando a necessidade de “apostar mais na formação” ou em “sensibilização junto dos parceiros” (InPulsar, 2021), uma vez que sentem que cada um destes se encontra em patamares de conhecimento e de entendimento diferentes, nomeadamente devido aos já 20 anos do programa.

A (pouca) parceria com a comunidade foi igualmente abordada, ainda que de perspetivas diferentes. Alguns parceiros denotaram que “Mesmo que o cidadão comum não tenha noção do impacto que isto possa ter, para os serviços que estão na 1º linha é um suporte importante” (Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021) enquanto houve um parceiro que salientou que, no próximo diagnóstico, as pessoas sobre as quais os grupos de trabalho se inserem, estarão mais presentes no processo (Centro de Respostas Integradas de Leiria, 2021).

Neste seguimento, verifica-se também uma certa preponderância do trabalho da CML, com maior iniciativa nos projetos. Assim, esta torna-se responsável na implementação de medidas, por oposição aos outros parceiros que são chamados a colaborar posteriormente. Isto é observável, por um lado, na intervenção destes últimos, que referiram várias vezes “A Câmara”, ao invés da “Rede”, mas também na própria CML, que faz o mesmo, justificando uma maior capacidade financeira e de atuação. Mostra-se então a existência de um ator mais interventivo, e não de uma parceria equilibrada.

Ainda assim, houve um consenso claro da relevância das parcerias para o seu trabalho diário, no geral, e para a Rede Social, em particular. Por um lado, pela facilidade de encaminhamento quando surgem temas que não dominam ou que não são da sua área (AMIGrante, 2021; Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria, 2021) ou, de igual modo, pela força que este parceria ganha ao nível do conhecimento ou até a um nível financeiro.

“As parcerias são fundamentais para dar credibilidade, sustentabilidade [...], para melhorar até a intervenção do ponto de vista científico, em que cada um na área dá o seu contributo. [...] Não consigo ver uma intervenção social estruturante sem o envolvimento de vários parceiros” (DGRSP - Equipa Pinhal Litoral, 2021).

Desta observação próxima do trabalho parceiro podem retirar-se algumas ilações. Por um lado, o trabalho em parceria é confirmado enquanto a melhor via para trabalhar os objetos sociais no contexto local. Por outro, são os próprios parceiros que reconhecem, e comprovam

os dados, do pouco envolvimento, que se compreende enquanto fragilidade para um projeto que trabalha em rede. São ainda apresentados outros problemas, que podem ser causa, ou consequência, desta falta de participação – pouco conhecimento do Programa e seus objetivos, falta de empatia face às temáticas abordadas por outros grupos, instituições muito voltadas para si próprias. Da interpretação das entrevistas pode ainda reconhecer-se outra falha – a existência de uma certa monopolização do Programa pela Câmara Municipal. Por fim, e havendo alguns parceiros mais críticos que outros, foi possível comprovar que seis destes apresentaram necessidades de melhoria específicas a estas parcerias e os outros fizeram-no também de forma mais discreta, o que se torna em si uma conclusão - a parceria, no abstrato, é a melhor forma de trabalhar as temáticas da Rede, mas na prática, quando refletem sobre o assunto, quase todos concordam que ela não está a funcionar devidamente e que, em casos de extrema necessidade, se voltam para si e não para o grupo.

7.5.Efeitos da pandemia

A pandemia da Covid-19, que assolou Portugal a partir de março de 2020, teve um impacto socioeconómico cuja extensão é ainda inestimável, com o aumento da situação de incerteza de muitas famílias e indivíduos e a amplificação da precariedade dos mais vulneráveis. Pelo papel importante da Rede Social na intervenção no terreno, fez sentido incluir uma questão específica sobre este tema, que se propunha a recolher a perspetiva dos atores face ao impacto da pandemia no trabalho do Programa. Contudo, e por ser tão recente, não existem ainda dados documentais ou estatísticos que mostrem este impacto, pelo que, para a análise deste tópico apenas foi considerada a questão às várias entidades.

Relativamente a reuniões e aos trabalhos oficiais da Rede, os vários parceiros referiram que existiram alguns meses sem reuniões (primeiros meses da pandemia) e atrasos. Assim, se para alguns a alteração no modelo (atualmente a decorrer em formato remoto) foi positiva, para outros criou constrangimentos técnicos no início, nomeadamente em associações cujos intervenientes na Rede não estavam tão ambientados com o uso das novas tecnologias. Pese embora esta constatação, os parceiros concordaram que houve um esforço para estes ajustes e que atualmente se realizam sem constrangimentos.

No entanto, a reflexão com maior pertinência relaciona-se com o modo de atuação durante a pandemia, que segundo os entrevistados sofreu um forte impacto e acabou por ser adaptado.

“A pandemia teve aqui um duplo impacto: por um lado levou-nos a todos para casa, com uma sensação de impotência [...] com poucos recursos. [...], mas depois, quer com as necessidades que foram surgindo, quer com a dinâmica entre parceiros acho

que aconteceu precisamente uma janela de oportunidade que temos de agarrar e que conseguir consolidar.” (Centro de Respostas Integradas de Leiria, 2021)

Aqui foi possível notar grande uma concordância ao nível das organizações de Administração pública que destacaram uma maior articulação entre entidades (Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, 2021), bem como o impacto positivo da existência prévia da Rede para comunicações mais rápidas e eficientes (Instituto da Segurança Social de Leiria, 2021). Mas não foram as únicas – cerca de metade das entidades destacaram a capacidade de articulação e de contacto entre as várias instituições. Em contrapartida, alguns dos parceiros admitiram que as necessidades urgentes no terreno colocaram a Rede em ‘segundo plano’ e deixou de ser uma prioridade – “[...] Ficou tudo mais suspenso e focou-se mais na intervenção e o que fazer relativamente ao covid” (Casa de Acolhimento/Centro Social e Paroquial Paulo VI, 2021).

É notória a disparidade nas realidades dos vários parceiros, com alguns destes a afirmarem uma melhor organização e um estreitar de relações - que surgiram por necessidade -, enquanto outros admitiram ficar mais centrados na sua atividade. Contrariamente ao expectável, não foram linearmente os parceiros mais críticos face ao funcionamento das parcerias, os que mais apontaram este ‘fechar’ das instituições em si. Ao invés, é a análise comparativa entre a opinião das organizações que prestam um apoio mais direto (e neste período de emergência) face aos parceiros que são mais institucionais, que se mostra mais relevante. Enquanto as primeiras se voltaram para si, recorrendo aos parceiros em situações pontuais de urgência, as segundas aparentam ter conseguido criar uma relação mais estruturada.

Sintetizando, a pandemia covid-19 teve efetivamente um impacto no trabalho da rede, mas foi diferenciado nas várias organizações. Assim, apesar de haver uma concordância face à redução das reuniões e um estagnar dos trabalhos, alguns dos parceiros focaram-se na resposta de emergência, perdendo algum contacto com o Programa, enquanto outros aprofundaram as relações entre parceiros, que consideraram fundamentais para a criação de respostas.

Por fim, e numa perspetiva resumo, no presente capítulo foram identificados e investigados cinco tópicos basilares. Face à importância da Coesão Social e sua definição foi possível compreender que a utilização do conceito surge apenas na aplicação prática no terreno, na relevância da coesão para o funcionamento do Programa e não na visão académica e multidimensional deste. Procedeu-se depois à análise das problemáticas, numa visão comparativa que permitiu concluir que algumas destas estão a ter maior destaque de medidas do que outras, mas também que existem algumas que ainda não foram devidamente abordadas.

Aprofundando a observação, visou-se obter uma visão holística das medidas, em que se notaram perspectivas muito diferentes consoante a temática em causa e uma visão pouco clara do global – com algumas áreas, nomeadamente a habitação a ter mais destaque que outras. Mais ainda, os parceiros salientaram a necessidade de uma avaliação que permita uma perceção dos resultados obtidos. Foi depois realizada uma abordagem ao trabalho parceiro, que apesar de ser o centro da Rede se encontra bastante enfraquecido. Por último, identificou-se a pandemia enquanto um fator relevante e que obrigou a um foco muito próprio de alguns parceiros a intervenção de emergência, deixando também capacidade para um aprofundar de relação entre os mesmos.

Conclusões

Ao longo do trabalho foi executada uma análise à Coesão Social no concelho de Leiria, através do trabalho do Programa Rede Social. Tomando como base o período temporal de 2017-2021, foram analisados os documentos de trabalho, bem como alguns dados chave do concelho que permitiram uma caracterização social. Foram ainda realizadas entrevistas com atores chave das problemáticas definidas pela Rede, sempre com o intuito de responder à pergunta de partida delineada: *De que maneira o Programa Rede Social de Leiria tem contribuído para o reforço da Coesão Social no Concelho de Leiria?* E aos seus vários objetivos, geral - compreender o papel da Rede Social no reforço da CS no concelho – e específicos - (1) identificar as principais situações que afetam a Coesão Social do concelho; (2) compreender o tipo de medidas que a Rede Social tem adotado para combater esses problemas; (3) quais os principais resultados que têm sido obtidos; (4) qual tem sido o papel das parcerias neste processo e (5) compreender se o contexto pandémico agravou situações de fragmentação social e que medidas foram tomadas neste sentido.

Revisitar as hipóteses de investigação

Deste modo, faz sentido recuperar as hipóteses, com o intuito de validar, ou não, a afirmação e trazer algumas conclusões iniciais:

Hipótese a. *As medidas definidas pela Rede Social estão corretamente identificadas, são adequadas para as respetivas problemáticas e estão a ser operacionalizadas.* (referente aos objetivos 1 e 2)

No DS foram estabelecidas sete problemáticas fundamentais que afetam o concelho, que fará sentido revisitar: ‘idosos’, ‘família’, ‘habitação’, ‘emprego e formação’, ‘deficiência e reabilitação’, ‘saúde/doença mental e dependências’ e ‘parcerias’. De forma a compreender se estas problemáticas estavam corretamente identificadas, foi questionado aos vários parceiros a sua visão das que mais se faziam sentir no concelho. A partir destas respostas foi possível concluir que os temas nomeados faziam, quase na totalidade, parte das problemáticas acima referidas, ainda que com nomenclaturas diferenciadas e subtópicos não especificados nos documentos – a exceção foi apenas a questão ecológica, referida por um parceiro. Ainda assim, uma das problemáticas – parcerias – não foi nomeada diretamente por nenhum parceiro, mesmo que tenha sido bastante discutida ao longo da entrevista, mostrando que este não é um tema

crucial enquanto problemática social prioritária, mas que tem pertinência enquanto estratégia de atuação da rede.

Quanto à adequação das medidas, não houve uma uniformidade de respostas, sendo que alguns dos parceiros destacaram medidas estabelecidas para resolução das problemáticas, enquanto outros indicaram apenas a existência de medidas pontuais e que não alcançam grandes avanços.

Quando o foco foi a operacionalização das medidas, as respostas foram muito vagas e pouco conclusivas. Alguns parceiros admitiram ter pouco conhecimento, outros apontaram dificuldades quanto à sua eficácia – nomeadamente questões como leis ou burocracia que limitam a capacidade de ação -, sendo que a CML foi a entidade que deu a conhecer mais medidas concretas. Assim, pode ser afirmado que as medidas definidas pela Rede estão bem identificadas e adequadas às problemáticas, mas que há pouco conhecimento face à sua operacionalização, não verificando no essencial a hipótese considerada.

Hipótese b. *Os resultados definidos no último PDS estão a ser alcançados nas várias áreas.*
(referente ao objetivo 3)

A dificuldade na resposta a esta hipótese surge desde logo pela ausência de dados concretos e estabilizados sobre estes resultados, uma vez que a análise das medidas e do cumprimento do PA ainda está em curso, mesmo relativo a medidas de 2019 e 2020. Quando em articulação com os entrevistados, vários não se sentiram confortáveis a responder à questão, afirmando não ter a visão. Os principais resultados – concretos – destacados foram relativos às pessoas em situação de sem-abrigo, com as quais houve um maior investimento, com a criação de um centro NPISA em Leiria e com o avanço do programa *Housing First*. Isto torna-se ainda mais pertinente pelo facto de este não ser um tema presente no PDS ou no PA.

Um outro tema que se mostrou de particular relevo foi a avaliação, com parceiros a destacar a sua importância e confirmando também não ter visibilidade desta. Apesar da informação de que a avaliação ao triénio em causa está a ser realizada à data (outubro de 2021), uma alternativa poderia passar por planos de ação anuais - à semelhança do que acontece na Rede Social no concelho do Porto -, salvaguardando aqui a avaliação anual das medidas realizadas.

Hipótese c. *As parcerias locais estabelecidas permitiram uma maior integração dos grupos vulneráveis.* (referente ao objetivo 4)

Durante as entrevistas pretendeu-se analisar o estado e o papel das parcerias na Rede, principalmente porque estas surgem enquanto um dos temas de ação. No plano geral, todos os parceiros destacaram a importância das parcerias e o papel crucial que elas desempenham na atuação social, permitindo um encaminhamento e uma ação concertada para a resolução dos problemas.

No entanto, na prática, foram levantados vários problemas que afetam o trabalho parceiro na Rede em Leiria – nomeadamente o facto das instituições estarem muito viradas para si, ou até pela falta de sensibilidade relativa a temáticas de outros parceiros. De forma a combater esta temática e a incentivar as parcerias alguns parceiros sugeriram uma aposta na formação, por um lado, com apresentação do programa e seus objetivos – uma vez que os parceiros têm um conhecimento diferente do mesmo – e, por outro, com sensibilização das várias temáticas trabalhadas e da sua relevância. Compreende-se então que, apesar dos vários parceiros terem um papel ativo e fundamental na intervenção social, o trabalho parceiro não está a ser otimizado.

Hipótese d. *A situação pandémica atual apresentou-se enquanto um desafio ao funcionamento da rede e dificultou a atuação da mesma.* (referente ao objetivo 5)

O aparecimento da pandemia em 2019 trouxe desafios em todas as áreas, principalmente a social, com impactos sobre os quais ainda não há uma completa perceção. Assim, a hipótese d. foi incluída com o objetivo de compreender, através da visão dos parceiros, se o trabalho da Rede também tinha sido afetado por esta. Alguns destes destacaram que, apesar do adiar e cancelamento de reuniões na fase mais crítica, houve uma forte capacidade de adaptação e que atualmente já funcionam com a recorrência normal, ainda que em formato virtual. No entanto, houve uma divisão de perspetivas quanto à atuação, e articulação entre entidades, durante este período – alguns parceiros destacaram que se criou uma maior proximidade, criando soluções conjuntas para os problemas que foram surgindo, enquanto outros (maioritariamente instituições de atuação muito ativa no terreno) admitiram que durante este período a Rede não foi uma prioridade e que estiveram mais voltados para si próprios.

É ainda necessário referir que, mesmo com um possível afastar dos parceiros, foram criadas várias medidas de emergência que visaram combater situações de fragmentação social que

surgiram e que se foram agravando com a pandemia – nomeadamente o Fundo Municipal de Emergência Social, que financiou apoios no âmbito da saúde, habitação, bens alimentares, entre outros.

Algumas reflexões conclusivas

Depois desta análise mais concreta, serão observados de perto alguns tópicos que surgiram ao longo da investigação.

Exemplo disto é a reflexão sobre os temas definidos pelo DS e PDS, e respetivas nomenclaturas. Por um lado, a designação de Idosos mostra-se desadequada, sendo que o parceiro conhecedor do tema nunca a utilizou na entrevista e afirmou mesmo que acreditava ser depreciativa das pessoas idosas. Assim, parece verificar-se, por um lado, uma tentativa de tornar os documentos ‘acessíveis’ à população em geral, enquanto, por outro, estes são apenas utilizados pelos técnicos.

Ao nível da abrangência faz também sentido destacar a temática Família que na sua cobertura acaba por se tornar pouco específica - incluindo temas diversos desde a infância, à migração ou apoio a situações de violência doméstica, e que pode dificultar uma compreensão clara quando se faz uma primeira abordagem aos documentos. Também a agregação de temas como a Saúde/Doença Mental e Dependências, ainda que justificada em parte pela repetição das instituições que trabalham o tema, se pode tornar redutora na sua associação a duas problemáticas distintas, fazendo com que este foco fique diluído.

Uma outra conclusão relevante surge relativamente à participação e ao envolvimento da comunidade. À semelhança do que já tinha sido observado pelo estudo de avaliação ao Programa da Rede Social em 2012 (IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2012), observou-se que a rede se mantém invisível para a comunidade e que esta continua a não ser integrada nem no processo nem nas decisões (Associação dos Moradores do Bairro Sá Carneiro, 2021; União de Sindicatos de Leiria, 2021). Isto foi algo que para além de ser admitido pelas duas coletividades entrevistadas, foi também refletido por alguns dos parceiros. Mostra-se este contínuo desligar das atividades e das iniciativas que nem são conhecidas. Seria de relevo visitar este tema no próximo triénio uma vez que um dos parceiros destacou que esta inclusão iria estar refletida nos documentos que estão a ser elaborados.

Face ao tema da avaliação torna-se pertinente a conclusão de que são os próprios parceiros a refletir sobre esta necessidade quando questionados sobre medidas/resultados concretos. Estes dados não estão partilhados porque também ainda não foram apurados. O levantamento do

cumprimento do PA - que é pedido às instituições pela CML - ainda estava a ser realizado em outubro de 2021, não sendo possível incluir os dados neste trabalho.

Foi também possível observar um forte entendimento entre as respostas da Câmara Municipal e do ISS, as duas organizações com uma visão e apoio mais transversal na Rede, pelo seu envolvimento em várias temáticas, que pode ser significado de uma tomada de ação superior face aos outros parceiros. Esta reflexão já tinha sido iniciada anteriormente face a uma possível municipalização da Rede pela Câmara Municipal – algo que surgiu da informação recolhida nas entrevistas.

Possibilidades futuras

Tendo em conta as conclusões identificadas, seria importante investigar, com a distância temporal necessária, de que maneira a Covid teve impacto no funcionamento da Rede em Leiria, compreendendo este agravamento de necessidades sociais será prolongado no tempo e que desafios a longo prazo trará. De uma forma mais geral, mostra-se ainda interessante o continuar deste caminho e, numa perspetiva comparativa, compreender qual o estado atual do Programa, que aparenta necessitar de ser reavivado.

Considerações finais

No início da investigação foi possível compreender de que maneira o Programa Rede Social, no concelho de Leiria, se relacionava com os conceitos de Desenvolvimento Social, Coesão Social, Desenvolvimento Local e Governança Local Partilhada e Participativa. À medida que se foi avançando ficou claro que este é na sua base fortemente marcado pelo objetivo de redução de desigualdades, exclusão social e pobreza, estando claramente ligado ao primeiro conceito (United Nations, 1995). Tendo em conta isso, a CS foi sobretudo analisada na fundamentação da análise dos resultados, procurando verificar qual o seu papel na diminuição dessas mesmas desigualdades (CERC, 2008). Contudo, na perceção dos entrevistados, a noção da coesão social é vista como mais pragmática na consideração das suas ações, do que enquanto reflexão teórica. Por outro lado, o Programa, e a perceção dos parceiros mostra-se muito mais próxima do Desenvolvimento Social e dos seus efeitos práticos, para além da Coesão Social, não o sendo tanto relativamente aos outros dois conceitos.

Ao nível do Desenvolvimento Local, apesar da dimensão territorial ser muitas vezes destacada e de se referir a importância desta nas respostas às necessidades da população, não se viu tão presente o envolvimento da comunidade nas ações referidas (Stöhr, 1984; Stöhr e Taylor, 1997). O mesmo se verifica na GLPP, em que apenas parte desta é verificada no

Programa deste concelho – a visão participativa e partilhada, na sua perspetiva horizontal e de equidade de participação (Fung e Wright, 2001; Amaro, 2018) não é aplicada, desde logo, porque a Sociedade Civil, ou comunidade, não está envolvida de forma ativa neste processo.

Mais ainda, o estudo desenvolvido coloca em evidência várias fragilidades da Rede em Leiria e mostra, por um lado, a importância de um programa renovado e com uma participação mais efetiva da comunidade, com uma maior e melhor divulgação do trabalho da Rede - como se observa, por exemplo, no caso da Rede Social de Cascais (Rede Social Cascais, 2021), que apostou numa divulgação sintética, muito direcionada para a Sociedade Civil, - com documentos curtos e claros, passando também por uma aposta na formação, salientada por vários parceiros como sendo necessária. Isto mostra-se como fundamental para a criação de um maior envolvimento dos vários atores da sociedade civil e a criação de uma Rede mais forte.

Por outro lado, foi também referida a necessidade da avaliação partilhada e atempada que permita uma visão objetiva do que está a ser concretizado, – para a qual Planos de Ação anuais poderiam funcionar enquanto incentivo – mas que alcance também o funcionamento da Rede, com sugestões de melhoria e orientações. Aliada a esta, foi ainda referida a importância de utilização de uma linguagem que seja entendida, quer pelas entidades quer pela comunidade, apostando, por isso, numa terminologia inclusiva e na definição clara e objetiva das várias problemáticas.

Apesar de tudo, conclui-se que a existência e funcionamento do Programa tem tido impacto positivo na Coesão Social no Concelho de Leiria, com a elaboração e estabelecimento de medidas que têm como foco o bem-estar dos cidadãos do concelho, em particular de grupos mais vulneráveis. É importante assumir a necessidade de investimento e mudança da Rede – para que esta seja mais partilhada, indo além de uma relação meramente formal entre os parceiros e a Câmara, e ainda participada, vista não apenas como um meio para a solução, mas como sua parte fundamental.

Referências Bibliográficas

- Albino, J.C. (2004) Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal. ANIMAR.
- Almeida, J.F. de e Pinto, J.M. (1975) 'Teoria e investigação empírica nas ciências sociais', *Análise Social*, (42/43), pp. 365–445.
- Amaro, R.R. (2003) 'Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria', *Cadernos de Estudos Africanos*, (4), pp. 35–70. doi:10.4000/cea.1573.
- Amaro, R.R. (2017) 'Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!', *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), pp. 75–111. doi:10.4000/cea.2335.
- Amaro, R.R. (2018) *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários. Leigos para o Desenvolvimento*. Lisboa.
- Amaro, R.R. and Ferreira, B. 'The community groups of Lisbon as "Commons"'. No prelo
- Ansell, C. e Gash, A. (2007) 'Collaborative Governance in Theory and Practice', *Journal of Public Administration Research and Theory*, 18(4), pp. 543–571. doi:10.1093/jopart/mum032.
- Aspalter, C. e Singh, S. (2008) *Debating Social Development*.
- Barca, F. (2009) 'An Agenda for a Reformed Cohesion Policy A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations'.
- Bastos, M.I.N.F. (2014) *Governança partilhada em contextos de desenvolvimento local: o caso CLIP: recursos e desenvolvimento*. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8847> (Acedido: 7 Fevereiro 2021).
- Bernard, P. (1999) *Social cohesion: A critique*. Canadian Policy Research Networks.
- Capucha, L. (2005) *Desafios da Pobreza*.
- Carrilho, T. (2008) 'Conceito de parceria: três projectos locais de promoção do emprego', *Análise Social*, (186), pp. 81–107.
- Chan, J., To, H.-P. e Chan, E. (2006) 'Reconsidering Social Cohesion: Developing a Definition and Analytical Framework for Empirical Research', *Social Indicators Research*, 75(2), pp. 273–302.
- Coppedge, M. et al. (2011) 'Conceptualizing and Measuring Democracy: A New Approach', *Perspectives on Politics*, 9, pp. 247–267. doi:10.1017/S1537592711000880.
- Creswell, J.W. (1994) *Research design: qualitative & quantitative approaches*. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, [1994]. Disponível em: <https://search.library.wisc.edu/catalog/999743449602121>.
- Czempiel, E.-O. (2000) 'Governança e Democratização', em *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Unb e São Paulo. Brasília: Imprensa Oficial do Estado.
- Dahl, R.A. (1991) *Democracy and its critics*. 12. print. New Haven: Yale Univ. Press.
- Delhey, J. et al. (2018) 'Social Cohesion and Its Correlates: A Comparison of Western and Asian Societies', *Comparative Sociology*, 17(3–4), pp. 426–455. doi:10.1163/15691330-12341468.
- Dickes, P. e Valentova, M. (2013) 'Construction, Validation and Application of the Measurement of Social Cohesion in 47 European Countries and Regions', *Social Indicators Research*, 113(3), pp. 827–846. doi:10.1007/s11205-012-0116-7.
- Edwards, M. et al. (2012) 'Participatory Governance', em *Public Sector Governance in Australia*. ANU Press, pp. 151–172. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt24h92b.12> (Acedido: 10 Março 2021).
- Forrest, R. e Kearns, A. (2001) 'Social Cohesion, Social Capital and the Neighbourhood', *Urban Studies*, 38(12), pp. 2125–2143. doi:10.1080/00420980120087081.

- Frey, K. (2012) 'Participação política em Porto Alegre: entre OP e governança solidária local', in. 8o Encontro da ABCP, Gramado, RS.
- Fung, A. e Wright, E.O. (2001) 'Deepening Democracy: Innovations in Empowered Participatory Governance', *Politics & Society*, 29(1), pp. 5–41. doi:10.1177/0032329201029001002.
- George, A. e Bennett, A. (2007) *Case Studies and Theory Development in The Social Sciences*. doi:10.1017/S1537592707070491.
- Gonçalves, A. (2005) 'O Conceito de Governança', in. XIV Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito - CONPEDI, Fortaleza.
- Gonçalves, J.A. (2015) O envolvimento de crianças e jovens num modelo de gestão territorial participada ao nível local.
- Griffin, K. (1999) *Alternative Strategies for Economic Development*. London: Palgrave Macmillan UK. doi:10.1057/9780230599918.
- Guerra, I.C. (2006) *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. 1a. ed. São João do Estoril: Principia.
- Habermas, J. (1996) *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge, Mass: MIT Press (Studies in contemporary German social thought).
- Henriques, J.M. (2016) 'Coesão Territorial, Resiliência e Inovação Social: O Programa Rede Social', em *Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural*. IESE. Lisboa.
- Henriques, J.M. (2006) Global restructuring and local anti-poverty action: learning from European experimental programmes. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/273> (Acedido: 2 Maio 2021).
- Hespanha, P. (2008) 'Políticas Sociais: Novas Abordagens, Novos Desafios', *Revista De Ciências Sociais*, 39.
- Jenson, J. (1998) Mapping social cohesion: The state of Canadian research. Canadian policy research networks Ottawa.
- Jenson, J. (2010) 'Defining and Measuring Social Cohesion'.
- Jessop, B. (2002) 'Liberalism, Neoliberalism, and Urban Governance: A State-Theoretical Perspective', *Antipode*, 34(3), pp. 452–472. doi:10.1111/1467-8330.00250.
- Julian, W. e Deutsch, F. (2009) 'Modernization and Democracy: Theories and Evidence Revisited', *Living Reviews in Democracy*.
- Lakatos, E.M. e Marconi, M. de A. (2003) *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Lipset, S.M. (1959) 'Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy', *The American Political Science Review*, 53(1), pp. 69–105. doi:10.2307/1951731.
- Matarrita-Cascante, D., Lee, J.H. e Nam, J.W. (2020) 'What elements should be present in any community development initiative? Distinguishing community development from local development', *Local Development & Society*, 1(2), pp. 95–115. doi:10.1080/26883597.2020.1829986.
- Midgley, J. (1999) *Social Development: The Developmental Perspective in Social Welfare*. London. doi:10.4135/9781446221839.
- Montoya, A. (1998) '¿Desarrollo local o desarrollo comunitario?', *Realidad: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, (61), pp. 45–55.
- Nelson, J. e Zadek, S. (2000) *Partnership alchemy: new social partnerships for Europe*. Copenhagen: Copenhagen Centre/BLF.
- O'Donnell, G.A. (1973) *Modernization and bureaucratic authoritarianism: studies in South American politics*. Berkeley: Institute of International Studies, University of California (Politics of modernization series, no. 9).

- Oliveira, A. (2004) 'Técnicas em rede: um desafio', *Revista Intervenção Social*.
- Oliveira, C.R. (2020) *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2020*. 1a Ed. Lisboa: ACM (Imigração em Números – Relatórios Anuais 5).
- Painter, J. e Goodwin, M. (1995) 'Local governance and concrete research: investigating the uneven development of regulation', *Economy and Society*, 24(3), pp. 334–356. doi:10.1080/03085149500000014.
- Pecqueur, B. (2013) 'Territorial development. A new approach to development processes for the economies of the developing countries', *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 10(2), pp. 8–32. doi:10.5007/1807-1384.2013v10n2p8.
- Pierre, J. (ed.) (2000) *Debating Governance: Authority, Steering, and Democracy*. Oxford University Press. Disponível em: <https://EconPapers.repec.org/RePEc:oxp:obooks:9780198297727>.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. van (2008) *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rist, G. (2002) *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. Zed Books.
- Rosenau, J.N. (2000) 'Governança, ordem e transformação na política mundial', em *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Unb e São Paulo. Brasília: Imprensa Oficial do Estado.
- Rustow, D.A. (1970) 'Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model', *Comparative Politics*, 2(3), p. 337. doi:10.2307/421307.
- Schumpeter, J.A. (1942) *Capitalism, socialism, and democracy*.
- Seers, D. (1969) *The Meaning of Development*. IDS Communication 44. Brighton: IDS. Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/publications/the-meaning-of-development-2/> (Acedido: 8 Maio 2021).
- Seers, D. (2009) 'From Colonial Economics to Development Studies', *Institute of Development Studies Bulletin*, 1(1), pp. 4–6. doi:10.1111/j.1759-5436.1968.mp1001002.x.
- Silva, M.M. da (1963) 'Fases de um processo de desenvolvimento comunitário', *Análise social : revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 1(4).
- Silva, M.M. da (1964) 'Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal', *Análise Social*, (7–8), pp. 498–510.
- Speer, J. (2012) 'Participatory Governance Reform: A Good Strategy for Increasing Government Responsiveness and Improving Public Services?', *World Development*, 40(12), pp. 2379–2398. doi: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.05.034>.
- Stöhr, W.B. (1984) 'Changing external conditions and a paradigm shift in regional development strategies?', *Estudos de Economia*, IV(4), pp. 461–486.
- Stöhr, W.B. (1989) 'Local Development Strategies to meet local crisis', *Entrepreneurship & Regional Development*, 1(3), pp. 293–300. doi:10.1080/08985628900000025.
- Stöhr, W.B. e Taylor, D.R.F. (1997) *Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries*.
- Stoker, G. (ed.) (2000) *The new politics of British local governance*. New York: St. Martin's Press (Government beyond the centre).
- Woolley, F. (1998) 'Social Cohesion and Voluntary Activity: Making Connections'.

Outras Referências

- Câmara Municipal de Leiria (2021) ‘Estratégia Local de Habitação de Leiria’. Disponível em: <https://www.regiaodeleiria.pt/2021/03/municipio-de-leiria-identifica-mais-de-1-300-pessoas-sem-condicoes-de-habitabilidade/>.
- Commission of the European Communities (1994) Inventory of Community Action to Support Local Development and Employment. (Commission Staff Working Paper). Disponível em: http://aei.pitt.edu/1752/1/inventory_development_SEC_94_2199.pdf (Acedido: 28 Fevereiro 2021).
- Commission of the European Communities (2001) Strengthening the local dimension of the European Employment Strategy. Brussels: CEC (629 Final).
- Composição da Assembleia Municipal (s.d.). Disponível em: <http://www.cm-leiria.pt/municipio/assembleia-municipal/composicao> (Acedido: 17 Maio 2021).
- Conselho Local de Ação Social (2017) Diagnóstico Social do Concelho de Leiria. Leiria. Disponível em: https://www.cm-leiria.pt/cmleiria/uploads/writer_file/document/4095/ate827455_a2.pdf (Acedido: 16 Abril 2021).
- Conselho Local de Ação Social (2018) Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação - 2018-2021. Leiria.
- Conselho Nacional de Saúde (2019) SEM MAIS TEMPO A PERDER - Saúde mental em Portugal: um desafio para a próxima década. Conselho Nacional de Saúde.
- Council of Europe - European Committee for Social Cohesion (2004) ‘A new strategy for Social Cohesion’.
- Decreto-Lei n. 115/2006 de 14 de Junho do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006). Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/115/2006/06/14/p/dre/pt/html> (Acedido: 20 Março 2021).
- Decreto-Lei n. 433-A/99 de 26 de Outubro do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (1999). Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/433-a/1999/10/26/p/dre/pt/html> (Acedido: 20 Março 2021).
- Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de Fevereiro do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2002). Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/despnorm/8/2002/02/12/p/dre/pt/html>.
- Edital n. 827/2020, Diário da República n.º 142/2020, Série II de 2020-07-23 do Município de Leiria (2020). Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/138638721>.
- EMCDDA (2004) A evolução do fenómeno da droga na União Europeia e na Noruega. Lisboa.
- European Commission (1994) Growth, Competitiveness, Employment: The Challenges and Ways Forward into the 21st Century. The Challenges and Ways Forward into the 21st Century - White Paper. Luxembourg: European Commission.
- Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação da ENIPSSA (2020) Inquérito aos conceitos utilizados e aos sistemas locais de informação – 2017.
- Idealista Redação (2021) Qual o esforço a fazer para pagar a renda da casa em Portugal?, Idealista. Disponível em: <https://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2021/04/12/46894-qual-o-esforco-que-as-familias-tem-de-fazer-para-pagar-a-renda-da-casa-em-portugal> (Acedido: 1 Setembro 2021).
- IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2012) Relatório da Avaliação do Programa Rede Social 2010-2012.
- IESE (2012) Projeto Rede em Prática: Relatório da Avaliação do Programa Rede Social 2010-2012.

- ILO (2011) Local Economic Development (LED). Disponível em: http://www.ilo.org/empent/areas/WCMS_093862/lang-en/index.htm (Acedido: 16 Fevereiro 2021).
- Imovirtual (2021) Mercado Imobiliário em Números: Barómetro Mensal de Setembro. Disponível em: <https://www.imovirtual.com/en/noticias/imoblog/mercado-imobiliario-em-numeros-barometro-mensal-setembro-21>.
- InPulsar (s.d.) InPulsar - Associação para o Desenvolvimento Comunitário, InPulsar. Disponível em: <http://www.inpulsar.pt> (Acedido: 8 Agosto 2021).
- Instituto da Segurança Social (2005) Avaliação do Programa Rede Social - Relatório Síntese. Lisboa: ISS.
- Instituto da Segurança Social (2011) Rede Social - Desafios e experiências de um programa estruturante.
- Instituto Nacional de Estatística (2021a) Censos 2021 - Resultados Preliminares. Lisboa. Disponível em: https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html (Acedido: 25 Setembro 2021).
- Instituto Nacional de Estatística (2021b) ‘Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS: 2019’. INE. Disponível em: <https://www.ine.pt/xurl/pub/6358886>
- Jornal de Leiria (2021) Morada Certa já resgatou 13 sem-abrigo das ruas de Leiria. Disponível em: <https://www.jornaldeleiria.pt/noticia/morada-certa-ja-resgatou-13-sem-abrigo-das-ruas-de-leiria>.
- Jornal Região de Leiria (2021) Leiria distribuiu cobertores e edredões às pessoas sem-abrigo. Disponível em: <https://www.regiaodeleiria.pt/2021/01/leiria-distribuiu-cobertores-e-edredoes-as-pessoas-sem-abrigo/>.
- MAI - Secretaria-Geral da Administração Interna (2020) Violência Doméstica - 2019. Relatório anual de monitorização. Lisboa.
- Município de Leiria (2021) Câmara vai implementar o Plano Municipal para a Integração de Migrantes. Disponível em: <http://www.cm-leiria.pt/municipio/gabinete-de-comunicacao/noticias/noticia/camara-vai-implementar-o-plano-municipal-para-a-integracao-de-migrantes> (Acedido: 15 Outubro 2021).
- Notícias de Leiria (2021) ‘Fundo de Emergência Social de Leiria com 263 candidaturas, um quarto de imigrantes’, Notícias de Leiria, 19 Março. Disponível em: <https://noticiasdeleiria.pt/fundo-de-emergencia-social-de-leiria-com-263-candidaturas-um-quarto-de-imigrantes/> (Acedido: 1 Setembro 2021).
- Núcleo da Rede Social (2001) Programa Rede Social. Instituto para o Desenvolvimento Social.
- OECD (2011) ‘Perspectives on Global Development 2012’. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/content/publication/persp_glob_dev-2012-en.
- Paróquia de Leiria (s.d.) Centro Social Paulo VI, Paróquia de Leiria. Disponível em: <http://www.paroquiadeleiria.pt/p/centro-social-paulo-vi.html> (Acedido: 8 Agosto 2021).
- PORDATA, (2021a) Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Desempregadosinscritosnoscentrosdeempregoedeformaçãoprofissional> (Acedido: 1 Setembro 2021).
- PORDATA, (2021b) Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Pessoalaoserviçonasempresasnãofinanceirastotaleporsectordeactividadeeconómica> (Acedido: 31 Outubro 2021).
- PORDATA, (2021c) Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%). Disponível em:

- <https://www.pordata.pt/Municipios/Desempregadosinscritosnoscentrosdeempregoedeformaçãoprofissionalnototaldapopulaçãoresidente> (Acedido: 1 Setembro 2021).
- PORDATA, (2021d) População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente: total e por sexo. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Populaçãoeestrangeiracomestatutolegalderesidente> (Acedido: 17 Setembro 2021).
- PORDATA, (2021e) População residente: total e por grandes grupos etários, e por sexo. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios> (Acedido: 5 Julho 2021).
- PORDATA, (2021f) Base de Dados dos Municípios, Pordata: base de dados Portugal contemporâneo. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/QuadroResumo/Leiria> (Acedido: 24 Agosto 2021).
- Presidência do Conselho de Ministros (1997) Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/197/1997/11/18/p/dre/pt/html>.
- Público (2020) ‘Covid-19. Pandemia agudizou situações de violência doméstica já existentes’, 16 Junho. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/16/sociedade/noticia/covid19-pandemia-agudizou-situacoes-violencia-domestica-ja-existentis-1920817>.
- Segurança Social (2019a) A Rede Social - o que é?, A Rede Social. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/a-rede-social> (Acedido: 2 Abril 2021).
- Segurança Social (2019b) A Rede Social - quais os princípios?, A Rede Social. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/a-rede-social> (Acedido: 2 Abril 2021).
- United Nations (1972) ‘United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm, 5-16 June 1972’, em. UN Conference on the Human Environment (1972: Stockholm), Stockholm: UN. Disponível em: <http://digitallibrary.un.org/record/523249> (Acedido: 28 Fevereiro 2021).
- United Nations Development Programme (2020) Strengthening social cohesion: Conceptual framing and programming implications | United Nations Development Programme. One United Nations Plaza, NEW YORK, NY 10017, USA. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/strengthening-social-cohesion-conceptual-framing-and-programming-implications> (Acedido: 28 Agosto 2021).
- V-Dem Institute (2021) V-Dem - Varieties of Democracy, V-Dem. Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/> (Acedido: 15 Abril 2021)

Anexos

ANEXO I - Eixo de desenvolvimento, objetivos e respetiva data-limite por problemática

Problemática	Objetivos		Data-Limite
Aumento do número de idosos em situação de isolamento Social	Objetivo estratégico:	Diminui em 60% os idosos referenciados em situação de isolamento.	31 Dez. 2021
	Objetivos específicos:	Identificação dos grupos organizados da comunidade que intervêm com a população idosa do concelho.	31 Dez. 2019
		Todos os idosos referenciados à EPII em situação de isolamento foram alvo de intervenção.	31 Dez. 2021
		Sensibilização de entidades e grupos organizados da comunidade que intervêm com a população idosa do concelho para referência à EPII dos idosos em situação de isolamento.	31 Dez. 2020
		60% idosos referenciados à EPII deixam de estar numa situação de isolamento, beneficiando de apoio familiar, grupo de voluntariado e/ou institucional.	31 Dez. 2021
Insuficiente dinamização de atividades com os idosos sem suporte institucional	Objetivo estratégico:	Todos os idosos do concelho sem suporte institucional com a possibilidade de, pelo menos uma vez por trimestre, usufruir de uma atividade vocacionada para idosos na sua área de residência.	31 Dez. 2021
	Objetivos específicos:	Sensibilização de todas as CSF e/ou Juntas de Freguesia e IPSS'S para agendamento de uma atividade, por trimestre, para todos os idosos residentes na sua freguesia.	31 Dez. 2019
		Divulgação da calendarização das atividades a realizar para as pessoas idosas nas freguesias do concelho.	31 Dez. 2019
		Seja realizada por trimestre em cada freguesia do concelho, uma atividade vocacionada para idosos (com e sem suporte institucional).	31 Dez. 2021
Falta de resposta para acolhimento para idosos com demência	Objetivo estratégico:	50% das respostas sociais existentes no Concelho encontram-se preparadas para dar uma resposta adequada a idosos com diagnóstico de demência.	31 Dez. 2021
	Objetivos específicos:	Nº de idosos, com demência a frequentar as respostas sociais com necessidade de cuidados específicos.	30 Jun. 2019
		Promover a sensibilização das entidades públicas e privadas para melhorar as estruturas existentes ao nível da prestação de cuidados de idosos com demência.	31 Dez. 2020
Aumento de situações de violência sobre os idosos	Objetivo estratégico:	Sensibilização de todas as entidades do concelho de Leiria para a linha de atendimento da Mulher Séc. XXI e Programas Especiais da GNR e PSP para apoio em situações de violência sobre pessoas idosas.	31 Dez. 2019
	Objetivos específicos:	Realização de sessões de sensibilização, direcionadas para os idosos, em todas as freguesias do concelho sobre os procedimentos e recursos numa situação de violência.	31 Dez. 2021

Tabela 12 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite – Idosos
 Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, pp. 13–14) - adaptação

Problemática	Objetivos		Data-limite
Aumento de sinalizações de maior complexidade de intervenção à CPCJ face ao número de elementos técnicos e ao seu tempo de afetação para efetuar o acompanhamento	Objetivo estratégico:	CPCJ de Leiria aperfeiçoa a sua organização, funcionamento e competências técnicas de forma a constituir-se como entidade de referência para a efetiva concretização dos Direitos das Crianças e Jovens no Concelho	2021
	Objetivos específicos:	Qualificar a intervenção dos membros para conhecer, compreender e intervir no Sistema de Promoção e Proteção (plano de formação da CNPDPCJ)	2019
		Sensibilizar e envolver entidades da comunidade com intervenção na área social e com competência para a infância e juventude para a disponibilização de técnicos/as a afetar à CPCJ na sua modalidade restrita para o acompanhamento de processos;	2021
		Disponibilizar informação à comunidade em geral sobre o Sistema de Protecção Português e o Papel das CPCJ na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens.	2021
		Promover a melhoria da articulação entre as entidades em matéria de Infância e Juventude e a eficácia na intervenção ao nível da prevenção e acompanhamento.	2019
		Aderir ao Projeto de Apoio à Parentalidade Positiva - Projeto (Entre)Famílias a desenvolver pela CNPDPCJ que decorrerá em torno de dois eixos estruturantes e complementares: Eixo 1 – Tecer a Prevenção; Eixo 2 - Capacitação Parental.	2021
Insuficiente intervenção para o desenvolvimento de competências parentais	Objetivo estratégico:	Aumentar o desenvolvimento das competências parentais e familiares envolvendo famílias, escolas e comunidade em 6 freguesias;	2021
	Objetivos específicos:	Efetuar o levantamento de todas as entidades do concelho de Leiria que desenvolvem programas de competências parentais;	2018
		Efetuar o Diagnóstico das necessidades do desenvolvimento de ação de formação em competências parentais	2018
		As entidades que promovem formação em competências parentais trabalham em articulação.	2021
		60% das famílias sinalizadas em 6 freguesias tiveram formação para desenvolvimento das suas competências parentais	2021
Exclusão Social de Pessoas em situação de vulnerabilidade social	Objetivo estratégico:	Contribuir para a diminuição dos estereótipos e preconceitos da comunidade em geral face às pessoas em situação de exclusão e vulnerabilidade social.	2021
	Objetivos específicos:	Realizadas 30 sessões de (in)formação a agentes estratégicos na luta contra a exclusão social e desenvolvidos diversos projetos que priorizam a inclusão social de grupos socialmente vulneráveis;	2020
		As entidades locais contribuem através da sua ação para a implementação das medidas/estratégias governamentais ou outras que visem o combate à pobreza e exclusão social	2021
Insuficiência de creches sem fins lucrativos em zonas com maior densidade populacional	Objetivo estratégico:	Criados/aumentados o nº de lugares em creche nas zonas com maior densidade populacional	2021
	Objetivo específico:	Conhecidas as candidaturas aprovadas para a criação de novas respostas sociais de creche ou para o alargamento dos Acordos de Cooperação através do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais	2019
Acolhimento e integração de Imigrantes e Refugiados	Objetivo estratégico:	Migrantes no concelho sinalizados/as ou que solicitam auxílio beneficiam de apoios facilitadores do seu processo de integração	2021
	Objetivos específicos:	As entidades locais têm criadas medidas e ações concretas que promovem a integração plena dos/as migrantes que se encontrem ou que venham a ser acolhidos/as no concelho.	2018
		Migrantes que se encontram no concelho têm informação dos direitos e deveres que contribuem para a sua integração na comunidade.	2021
Insuficiência de respostas para	Objetivo estratégico:	Continuação do programa de prevenção de reincidência para agressores de violência doméstica, do sexo masculino,	2021

acompanhamento de Agressores (jovens e adultos)		adultos, em meio livre, prevendo-se vir a ser alargado a arguidos presos.	
	Objetivo específico:	Reforço do programa de prevenção da reincidência para agressores de violência doméstica, permitindo o aumento do nº de pessoas acompanhadas, em função das solicitações judiciais, em meio institucional e não institucional.	2021
Situações de violência nas relações de intimidade	Objetivo estratégico:	Comunidade em geral mais informada e sensibilizada para a necessidade de denunciar as situações de violência doméstica	2021
	Objetivos específicos:	Desenvolvidas 20 sessões de sensibilização à comunidade em geral e à comunidade educativa.	2020
		Rede institucional de identificação e encaminhamento de situações de violência doméstica será fortalecida com a articulação com os serviços de saúde	2018

Tabela 13 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite – Família
Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, pp. 23–24) - adaptação

Problemática	Objetivos		Data-limite
Aumento do número de Famílias com necessidade de Resposta de Habitação	Objetivo estratégico:	Diminui em 20% o nº de famílias que procuram habitação social.	2021
	Objetivos específicos:	Efetuada o levantamento das respostas de habitação social no concelho e o nº de pedidos a outras entidades.	Dez. 2019
		Abertos e concluídos os concursos de atribuição das casas desocupadas/devolutas.	1ºsem. 2019
		Casas desocupadas/devolutas dos Bairros Sociais ocupadas.	Dez. 2019
Aumento dos encargos das famílias com a Habitação e redução dos rendimentos familiares	Objetivo estratégico:	Municípios informados sobre medidas de apoio ao arrendamento.	Dez. 2021
	Objetivos específicos:	Propor o aumento do orçamento da medida, de forma proporcional ao aumento da procura.	Dez. 2020
		O Município dá resposta de apoio ao arrendamento, a 80% dos pedidos recebidos.	Dez. 2021
Degradação dos bairros municipais e falta de condições habitacionais	Objetivo estratégico 1:	Requalificado o Parque Habitacional propriedade do Município.	2021
	Objetivos específicos:	Concluído o diagnóstico de necessidades de todos os Bairros Sociais propriedade do Município iniciado em abril de 2017.	Dez. 2018
		Submetidas candidaturas ao Programa de financiamento externo, “Portugal 2020 – PEDU”. (Objetivo já cumprido)	Jun. 2017
	Objetivo estratégico 2:	Aumento da eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social.	NA
	Objetivo específico:	Estão em curso as intervenções para reabilitação dos Bairros Sociais enquadrados no programa de financiamento - Eficiência Energética.	Dez. 2018
	Objetivo estratégico 3:	Todos os Parceiros da Rede Social tem conhecimento dos problemas encontrados no âmbito da habitação.	Dez. 2020
	Objetivos específicos:	Iniciou-se o diagnóstico de necessidades habitacionais (estrutura física e infraestruturas básicas) em 30% das Freguesias do Concelho	Dez. 2019
		O diagnóstico de necessidades habitacionais (estrutura física e infraestruturas básicas) estende-se a mais 30% das Freguesias do Concelho	Dez. 2020
		O diagnóstico de necessidades habitacionais (estrutura física e infraestruturas básicas) abrange todas as Freguesias do Concelho.	Dez. 2021

Tabela 14 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite – Habitação

Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 38) - adaptação

Problemática	Objetivos		Data-limite
Número de desempregados	Objetivo estratégico:	Promover a inserção profissional dos públicos mais desfavorecidos particularmente daqueles com maior risco de exclusão do mercado de emprego através da integração em Medidas Ativas de Emprego	N/A
	Objetivo específico:	Fomentar a integração de beneficiários em atividades socialmente uteis (CEI e CEI+) evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização.	
		Fomentar a integração de pessoas, em situação de desfavorecimento, em Estágios Profissionais promovendo a sua integração e/ou reintegração profissional.	
		Fomentar a integração a participação de novas entidades envolvidas na promoção de Estágios Profissionais para pessoas em situação de desfavorecimento.	
		Fomentar a participação de novas entidades públicas e privadas sem fins lucrativos promotoras de Atividades socialmente uteis (CEI e CEI+).	
Desajuste entre a oferta disponível e as competências dos inscritos	Objetivo estratégico:	Contribuir para aumentar os níveis da qualificação escolar e profissional dos jovens e adultos, através, respetivamente da oferta de formação de dupla certificação e formação profissional certificada.	
	Objetivo específico:	Fomentar a participação pessoas em ações de formação de dupla certificação.	
		Fomentar a participação pessoas em processos de RVCC Profissional (processo que permite obter uma certificação profissional com base na demonstração de aprendizagens realizadas ao longo da vida e de competências adquiridas através da experiência profissional ou noutros contextos).	
Número significativo de empregados com trabalhos sazonais e trabalho temporário	Objetivo estratégico:	Incentivar a criação e a manutenção de postos de trabalho, através de medidas adequadas ao contexto económico e às características das entidades empregadoras	
	Objetivo específico:	Fomentar a participação de novas empresas envolvidas na promoção de formação de ativos empregados.	
		Fomentar a participação pessoas em ações de formação contínua de ativos.	
		Fomentar a participação pessoas em Medidas Ativas de Emprego.	
Inadequação das instalações do Centro de Formação	Objetivo estratégico:	N/A	
	Objetivo específico:	N/A	

Tabela 15 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite - Emprego e Formação
Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 48)- adaptação

Problemática	Objetivos		Data-limite
Escassez de estruturas de apoio em resposta social de intervenção precoce, CAO, residência autónoma e Lar Residencial	Objetivo estratégico:	Resposta para 7 candidatos em lista de espera nas respostas sociais de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), Lar Residencial (LRE), e Residência Autónoma (RA)	Dez. 2021
	Objetivo específico:	Resposta para 4 candidatos em lista de espera na resposta social de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), para 2 candidatos em lista de espera em Lar Residencial (LRE), e para 1 candidato em lista de espera em Residência Autónoma (RA)	Dez. 2021
Insuficiência de rastreio e despiste de deficiências e incapacidades ao nível infância (0-6anos)	Objetivo estratégico:	Aumenta 5% a capacidade de rastreio e despiste de deficiências e incapacidades ao nível da 1ª infância (0-6 anos)	Dez. 2021
	Objetivo específico:	Aumenta 3% o nº de crianças sinalizadas com apoio da Intervenção Precoce	Dez. 2019
		Aumenta 5% o nº de crianças sinalizadas com apoio da Intervenção Precoce	Dez. 2021
Necessidade de alargamento dos serviços de intervenção precoce;	Objetivo estratégico:	N/A	N/A
	Objetivo específico:	N/A	
Necessidade de mais informação sobre a problemática da deficiência e cidadãos com deficiência no concelho	Objetivo estratégico:	Disponível informação quantitativa e qualitativa sobre a problemática da deficiência e sobre os cidadãos com deficiência no concelho	Dez. 2021
	Objetivo específico:	Atualização do diagnóstico social	Dez. 2021
		Realizadas 3 ações de divulgação do Balcão da Inclusão	Dez. 2021
		Criação de 1 guia de recursos online que visa a divulgação das respostas do concelho	2021
Agravamento das condições de aprendizagem dos estudantes com deficiência, incapacidade e perturbações	Objetivo estratégico:	Verifica-se diminuição do agravamento das condições de aprendizagem dos estudantes com deficiência, incapacidade e perturbações	Dez. 2021
	Objetivo específico:	4 instituições criam um protocolo com escolas de referência	Dez. 2021
		São realizadas 3 ações de divulgação nas escolas sobre a problemática da deficiência	Dez. 2021
Insuficiência de formação para técnicos dos serviços de atendimento ao público	Objetivo estratégico:	Realiza-se uma ação anual de formação/informação para agentes dos serviços de atendimento ao público	Dez. 2021
	Objetivo específico:	Realiza-se uma ação de formação/informação	Dez. 2019
		Realiza-se uma ação de formação/informação	Dez. 2020
		Realiza-se uma ação de formação/informação	Dez. 2021
Inexistência de equipas multidisciplinares domiciliárias para apoiar pessoas com deficiência e famílias	Objetivo estratégico:	Existe uma equipa domiciliária multidisciplinar para apoiar pessoas com deficiência e famílias, nomeadamente as que se encontram sem resposta	Dez. 2021
	Objetivo específico:	Sensibilização dos parceiros para a criação de uma equipa domiciliária multidisciplinar, fomentando o trabalho em rede	Dez. 2019
		Criação de uma equipa domiciliária multidisciplinar	Jan. 2020
		7 pessoas com deficiência e familiares usufruíram do apoio da equipa domiciliária multidisciplinar	Dez. 2021
Ausência de apoio complementar para clientes e famílias das crianças/jovens/adultos com deficiência integrados face aos horários rígidos e reduzidos respetivamente	Objetivo estratégico:	Alargamento dos horários dos serviços para clientes e famílias das crianças/jovens/adultos com deficiência para conciliação trabalho- família	Dez. 2021
	Objetivo específico:	Sensibilização às entidades para esta necessidade de apoio	Dez. 2019
		Existência de um projeto que permite o alargamento de horário	Set. 2020
		Existe apoio para 15 pessoas com deficiência e famílias em horário alargado	Dez. 2021
Insuficiente articulação entre os	Objetivo estratégico:	Aumento da articulação entre os serviços ao nível da sinalização/encaminhamento/accompanhamento	Dez. 2021

serviços ao nível da sinalização/ encaminhamento/ acompanhamento	Objetivo específico:	Reunião anual com os parceiros de CLAS do grupo de Deficiência e Reabilitação	Dez. 2021
		Integração de um parceiro no grupo de trabalho	Dez. 2021
Inexistência de resposta de caráter transitória para acolhimento residencial	Objetivo estratégico:	N/A	N/A
	Objetivo específico:	N/A	
Necessidade de maior sensibilização para o público em geral e, em particular, nas entidades empregadoras sobre a problemática da deficiência	Objetivo estratégico:	Realizam-se 3 ações de sensibilização para o público em geral e, em particular, para as entidades empregadoras sobre a problemática da deficiência.	Dez. 2021
	Objetivo específico:	Promover uma ação anual de sensibilização dirigida a comunidade em geral e entidade empregadora	Dez. 2021
Insuficiência de apoios complementares para as pessoas com deficiência (e famílias)	Objetivo estratégico:	N/A	N/A
	Objetivo específico:	N/A	
<i>Problemática não apresentada</i>	Objetivo estratégico:	90 pessoas usufruíram de resposta para descanso dos cuidadores	Dez. 2021
	Objetivo específico:	4 instituições realizam 1 ação anual que permite o descanso do cuidador aos seus clientes (colónias de férias)	Dez. 2021
		6 pessoas com deficiência usufruíram de apoio da resposta estatal (UCC) para descanso do cuidador	Dez. 2021

Tabela 16 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite - Deficiência e Reabilitação
Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, pp. 56–57)- adaptação

Problemática	Objetivos		Data-limite
Falta de apoio às famílias e indivíduos após altas hospitalares	Objetivo estratégico:	Existe uma rede concelhia de respostas a famílias e indivíduos após altas hospitalares, integrada e articulada.	Dez. 2021
	Objetivos específicos:	Existe um levantamento da rede de recursos existente.	Dez. 2020
		Aumentam as respostas de curta duração após alta hospitalar.	Dez. 2021
Falta de apoio em continuidade a Famílias e Indivíduos na gestão de doenças infectocontagiosas	Objetivo estratégico:	Garantida a continuidade das respostas existentes ao nível de diagnóstico e acompanhamento de proximidade de indivíduos com doenças infectocontagiosas e suas famílias.	Dez. 2021
	Objetivos específicos:	Divulgar, anualmente, os resultados das intervenções de proximidade, à comunidade, numa perspetiva de investigação-ação.	N/A
		Resposta ao nível de tratamento e gestão de doenças infectocontagiosas.	Dez. 2021
		Promover a reflexão, no âmbito da saúde, acerca da criação de resposta de tratamento, de proximidade.	Dez. 2021
		Aumentar as competências de literacia em saúde dos indivíduos e família com doenças infectocontagiosas.	Dez. 2021
Inexistência de unidade/equipas de cuidados continuados paliativos no Concelho e no Distrito	Objetivo estratégico:	Existe um aumento de respostas ao nível dos cuidados continuados e dos cuidados paliativos no concelho de Leiria.	Dez. 2021
	Objetivos específicos:	Existe uma Unidade de Convalescença.	Dez. 2021
		Aumenta o no de vagas de Unidade Longa Duração.	Dez. 2021
		Aumenta o no de vagas na Unidade Média Duração e Reabilitação.	Dez. 2021
		Aumenta o no de vagas da ECCI para 25.	Dez. 2021
		Existe uma equipa comunitária de suporte em Cuidados Paliativos.	Dez. 2021
		Existe uma Unidade de Internamento de Cuidados Paliativos.	Dez. 2021
Insuficiência de resposta ao nível dos cuidados continuados	Objetivo estratégico:	N/A	N/A
	Objetivo específico:	N/A	
Insuficiência de respostas ao nível da Saúde Mental em todas as faixas etárias	Objetivo estratégico:	Existe um aumento do nº de respostas à pessoa e família, em saúde mental.	Dez. 2021
	Objetivos específicos:	Existe um diagnóstico em saúde mental.	Dez. 2020
		Aumenta o nº de respostas em saúde mental de acordo com o diagnóstico em saúde mental, por faixa etária.	Dez. 2021
Insuficiência de formação especializada na área da Saúde Mental, para cuidadores formais e informais	Objetivo estratégico:	N/A	N/A
	Objetivo específico:	N/A	
Insuficiência de articulação entre serviços com intervenção em Saúde Mental	Objetivo estratégico:	N/A	N/A
	Objetivo específico:	N/A	
Desvalorização de comportamentos de risco (sexualidade; comportamentos aditivos, com e sem substância)	Objetivo estratégico:	N/A	N/A
	Objetivo específico:	N/A	
Problemática não apresentada	Objetivo estratégico:	A população dependente ou em risco de dependência tem respostas nas áreas da Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos, Tratamento e Reinserção.	Dez. 2021
	Objetivos específicos:	Articular as respostas integradas na área da Prevenção dos CAD em meio escolar.	Dez. 2021
		Alargar as respostas de prevenção e redução de riscos em contextos recreativos.	Dez. 2021

		Está garantida a continuidade das respostas existentes na área da RRMD.	Dez. 2021
--	--	---	-----------

Tabela 17 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite - Saúde/Doença mental e dependências

Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, pp. 72–73)- adaptação

Problemática	Objetivos		Data-limite
Relação frágil entre as entidades na criação de estratégias de intervenção junto da comunidade	Objetivo estratégico:	As entidades que atuam junto da comunidade, articulam e planeiam a sua intervenção.	Dez. 2020
	Objetivo específico:	As entidades estão sensibilizadas para a definição de interlocutores privilegiados.	Dez. 2018
		Estão criados circuitos de comunicação entre as entidades para intervir de forma articulada junto da comunidade.	Dez. 2020
Insuficiente divulgação, conhecimento do trabalho desenvolvido pelas entidades públicas e privadas	Objetivo estratégico:	As entidades do CLASL e a comunidade em geral tem conhecimento do trabalho efetuado pelo CLASL.	Dez. 2020
	Objetivo específico:	São realizadas sessões de sensibilização junto das Comissões Sociais de Freguesia e Inter-freguesias.	Dez. 2019
		É dada a conhecer por cada entidade, as funções/atribuições de cada parceiro por reunião de Plenário do CLASL.	Dez. 2020
		A comunidade está informada/sensibilizada sobre as funções e trabalho do CLASL.	Dez. 2020
Insuficiente divulgação, conhecimento do trabalho desenvolvido pelas entidades públicas e privadas	Objetivo estratégico:	A comunidade geral envolve-se ativamente para a resolução das questões sociais.	Dez. 2020
	Objetivo específico:	Todos os parceiros do CLASL participam ativamente nas ações desenvolvidas pela REDE envolvendo a comunidade.	Dez. 2020
		É promovida a participação da comunidade para a discussão e identificação de soluções para a resolução das questões sociais.	2020

Tabela 18 - Eixo de Desenvolvimento, Objetivos e respetiva data-limite – Parcerias

Fonte: (Conselho Local de Ação Social, 2017, p. 82) – adaptação

ANEXO II – Guião das entrevistas de parceiros

1. A Rede Social é um programa que visa a promoção da Coesão Social. O que é para si a Coesão Social?
2. Quais são, na sua opinião, as grandes problemáticas que afetam a CS o concelho?
3. Que medidas é que, na sua opinião, a Rede Social tem tomado para combater essas problemáticas? Considera que têm sido as adequadas?
4. Diria que estas medidas estão a ser operacionalizadas?
5. Na sua opinião, os objetivos estabelecidos estão a ser cumpridos?
6. Considera que estes resultados se refletem como um todo na resolução das problemáticas identificadas?
7. Comparando com outras problemáticas, acham que algumas que estão a obter mais resultados do que outras? Quais? Porquê?
8. Qual diria ser o papel das parcerias para o funcionamento da rede? Acredita terem um papel importante para a integração de grupos vulneráveis?
9. A Pandemia do Covid-19 teve impacto no trabalho da Rede Social? Se sim, como e em que aspetos?

ANEXO III – Guião das entrevistas de coletividade de cidadãos

1. A Rede Social é um programa que visa a promoção da Coesão Social. Já conhecia o programa? Quando teve conhecimento?
2. A temática [habitação/emprego] é identificada enquanto um dos temas de ação da Rede Social até 2021. Parece-lhe adequado? Se não, porque acredita ter sido escolhida?
3. Que tipo de medidas lhe parece terem sido tomadas para combater os problemas? Consideraria que são as mais indicadas?
4. Considerando o período entre 2017 e o presente, sente que os possíveis problemas e dificuldades que sentiam estão a ser resolvidos?
5. Sentiu que a pandemia do Covid-19 veio alterar as dinâmicas da Rede Social e do apoio que recebem? Se sim, de que maneira?

ANEXO IV – Ficha de Entrevistas – Vertical

Pergunta	Frases Chave / Citações	Observações
<p><i>A Rede Social é um programa que visa a promoção da coesão social. O que é para si a coesão social?</i></p>	<p>“[No que diz respeito à rede] É implementar uma estratégia para potenciar aquilo que é um determinado território.”</p> <p>“É haver (...) uma agregação de esforços no sentido em que todas as entidades impulsionem o território (...) e realmente haver esta capacidade de unir aquilo que é um território e dar resposta ao que são os problemas sociais do concelho de Leiria”</p> <p>“É nós podermos investir e ter a capacidade de responder a uma determinada problemática que certamente irá também influenciar todas as outras áreas de intervenção”</p>	
<p><i>Quais são, na sua opinião, as grandes problemáticas que afetam a CS do concelho?</i></p>	<p>“A questão da Saúde Mental” - “Não tenho dúvidas que a área da saúde mental será certamente uma área que iremos voltar a abordar”; “Tem que haver um grande investimento nesta área [por parte dos serviços de saúde].”</p> <p>“A questão do desemprego, por exemplo, para nós nunca foi uma questão ‘sensível’, digamos assim, porque Leiria sempre teve uma taxa de desemprego abaixo da média nacional e sempre houve facilidade de as pessoas integrarem o mercado de trabalho e, decorrente também da situação da pandemia, o problema do desemprego e da formação profissional poderá ser um problema social a abordar”</p> <p>“Foram identificadas algumas áreas, nomeadamente ao nível da infância, da habitação, na altura também foram identificadas questões no que diz respeito às pessoas em situação de vulnerabilidade social, nomeadamente ao nível das pessoas em situação de sem-abrigo”</p>	
<p><i>Que medidas é que, na sua opinião, a Rede Social tem tomado para combater essas problemáticas? Considera que têm sido as adequadas?</i></p>	<p>“Uma estratégia que temos tido ao nível dos vários documentos que produzimos é fazer a análise SWOT de cada um dos grupos de trabalho e isso de alguma forma também nos permite abordar com alguma objetividade quais são as áreas em que temos de investir mais”</p> <p>“No que diz respeito ao Plano de Ação aquilo que foi o nosso objetivo (...) foi (...) uma série de projetos e intervenções das quais as entidades parceiras tivessem a capacidade de responder e depois em devido tempo iremos fazer essa avaliação, mas também aquilo que pensamos na altura foi de fazer um plano que fosse efetivamente exequível para todas as entidades parceiras que integram o Programa”</p>	
<p><i>Diria que estas medidas estão a ser operacionalizadas?</i></p>	<p>“Sim, na generalidade sim”</p> <p>“Eu recordo-me, por exemplo, quando fizemos o documento em 2017 houve áreas que foram diagnosticadas – área da infância – uma das questões que consta no documento é a dificuldade que as famílias têm de integrar as crianças em creches nomeadamente da rede solidária, e o que é um facto é que a câmara pegou nesse assunto e criou um programa de apoio às famílias [para resolver este tema]. Recordo-me também que na área da habitação uma das questões que abordámos foi a dificuldade que as famílias tinham de assumir encargos de renda no mercado privado de arrendamento – os valores de rendas em leiria de facto são muito elevados e muito empolados – e daí termos criado o programa de apoio ao arrendamento.”</p> <p>“É um facto também que nós de alguma forma estamos em vantagem que os restantes parceiros, uma vez que as câmaras têm autonomia financeira, o que nos permite realmente implementar projetos e programas que vão ao encontro das necessidades das famílias. Outras entidades que estão mais tuteladas pela organização e pelo governo</p>	

	<p>central certamente terão mais dificuldade em implementar localmente projetos. Estou a lembrar-me, por exemplo, da segurança social, ou dos serviços de saúde, portanto as câmaras neste aspeto têm essa facilidade. E não foi em vão que a determinada altura as câmaras começaram a assumir a coordenação do programa da Rede Social.”</p> <p>“O que importa efetivamente quando temos um documento como o diagnóstico social, que identifica no fundo determinados problemas, temos também ter a humildade de perceber que não vamos, nem as entidades parceiras vão conseguir resolver todos os problemas, mas pelo menos aqueles que são estruturais e estratégicos do concelho, pelo menos esses obviamente que fazemos um esforço para dar resposta.”</p>	
<p><i>Na sua opinião, os objetivos estabelecidos estão a ser cumpridos?</i></p>	<p>“Depois iremos fazer a nossa avaliação se foram tangíveis e se foram atingidos os nossos objetivos”</p>	
<p><i>Considera que estes resultados se refletem como um todo na resolução das problemáticas identificadas?</i></p>	<p>“Este ano implementamos o NPISA de Leiria (...), implementámos o projeto <i>Housing First</i>, já conseguimos retirar da rua cerca de 12 pessoas e queremos continuar a fazer esse trabalho também com os técnicos e com os parceiros da Rede Social.”</p> <p>“No fundo aquilo que pretendemos, quando fazemos o diagnóstico é que ele obtenha resultados, mas que no fundo se operacionalizem esses resultados no terreno e que realmente se implementem projetos que tenham impacto efetivo na vida das famílias e também das instituições.”</p> <p>“Há alguns documentos estratégicos que têm de sofrer alterações. Um dos poderes muito importantes que a Rede Social tem é emitir pareceres (...) E os documentos que estão associados ao parecer social já estão um pouco desatualizados (...), porque ainda são os que estão desde o início do programa.”</p>	
<p><i>Comparando com outras problemáticas, acham que algumas que estão a obter mais resultados do que outras? Quais? Porquê?</i></p>	<p>[A saúde mental] “é uma área que nestes quatro anos não conseguimos grande intervenção, nem implementar algum tipo de projeto” [ou reforço no acompanhamento]</p> <p>“(…) As pessoas sem-abrigo que temos aqui em Leiria que estão a permanecer na rua e que temos tido muita dificuldade de intervenção são pessoas que têm associada a doença mental e não temos conseguido intervir com elas. Temos tido sérias dificuldades nesta área. Além de haver consumos associados”</p>	
<p><i>Qual diria ser o papel das parcerias para o funcionamento da rede? Acredita terem um papel importante para a integração de grupos vulneráveis?</i></p>	<p>“A parceria é no fundo a estratégia mais correta para se trabalhar na área social. Se não trabalharmos em parceria não estamos a fazer aquilo que, no fundo, é o conceito do social.”</p> <p>“Nós temos de ter a humildade de perceber que sozinhos não conseguimos fazer intervenção social, e só o conseguimos fazer com parceria e com a colaboração das várias entidades. Isso para mim é de facto muito bom.”</p>	<p>“Cada vez mais defendo que sejam os municípios a coordenar este programa, que faz todo o sentido. Obviamente sempre em colaboração, principalmente com a Segurança Social que implementou o programa.”</p>
<p><i>A Pandemia do Covid-19 teve impacto no trabalho da Rede Social? Se sim, como e em que aspetos?</i></p>	<p>“Aproximação. (...) Às vezes nós notamos que algumas instituições trabalham um bocadinho de costas voltadas, só algumas é que se articulam.”</p> <p>“Houve uma articulação muito positiva entre as várias instituições (...) verificou-se uma grande agregação e uma grande vontade de trabalhar em conjunto.”</p> <p>“Nesse aspeto foi importante, porque não tenho dúvidas nenhuma que uniu os parceiros da Rede Social. E não só entre eles, como entre eles e a própria Câmara.</p> <p>“[Sobre necessidades imediatas e urgentes que surgiram durante a pandemia] Foi uma loucura, mas (...) fomos bater à porta das instituições de um dia para o outro e eles responderam. (...) Todas as entidades se envolveram</p>	

	e conseguiram dar-se respostas a uma série de necessidades com os parceiros da Rede Social.” “A pandemia uniu os parceiros da Rede Social e espero que esta união e esta articulação constante que tem havido se mantenha, isso realmente é muito importante.”	
--	---	--

Tabela 19 - Entrevista com a Vereadora do Desenvolvimento Social da CML

Pergunta	Frases Chave / Citações	Observações
<i>A Rede Social é um programa que visa a promoção da coesão social. O que é para si a coesão social?</i>	“É o resultado do trabalho conjunto das entidades públicas, privadas, individuais e coletivas com vista a garantir a todos os cidadãos o acesso aos seus direitos, no sentido de construir uma sociedade mais justa e equilibrada”	
<i>Quais são, na sua opinião, as grandes problemáticas que afetam a CS o concelho?</i>	<p>“Estamos numa fase de atualização do diagnóstico, o que permite responder também de forma mais atualizada”</p> <p>“Habitação, que é um problema que nós técnicos sentimos que existem vários problemas”; “no acesso à habitação, (...) nomeadamente nos custos das rendas”</p> <p>“tem vários problemas estruturais”</p> <p>A diminuição da capacidade financeira das famílias, face também ao agravamento com a pandemia”</p> <p>“Saúde mental, que é um dos temas muito difíceis de trabalhar no concelho”; “esta também depende de um plano nacional de saúde mental e cuja estratégias também dependem de algumas questões que são difíceis de ultrapassar”</p> <p>“Temos outras, que não estou a desvalorizar” [enumerou o tema dos idosos, das crianças e jovens, dos sem-abrigo, da comunidade cigana, dos imigrantes e também o emprego – enquanto tema que não é muito falado, mas que também existe, não tanto no desemprego, mas nos salários]</p>	
<i>Que medidas é que, na sua opinião, a Rede Social tem tomado para combater essas problemáticas? Considera que têm sido as adequadas?</i>	<p>“Quando nos preocupamos em atualizar os documentos de planeamento, ainda que depois seja muitas vezes difícil colocar em prática, já estamos a pensar nas questões que são necessárias responder e aquilo que são estratégias para as solucionar, ou pelo menos para as minimizar”</p> <p>“Quando passamos por esta atualização de facto já mostra que esta parceira está empenhada em mudar algo”</p> <p>“Temos procurado colocar algumas medidas para responder às questões que são colocadas”</p> <p>“O município tem uma maior capacidade na criação de medidas mais específicas [do que o nacional] e tem sido criadas medidas de apoio ao arrendamento, no apoio às famílias em coisas tão básicas como a aquisição de medicação, e depois também naquilo que é a emissão de pareceres (...)”</p> <p>“A criação de equipas específicas para trabalhar (...)” [ao nível dos Idosos mencionou a criação de uma equipa criada para trabalhar o isolamento]</p> <p>“Não estou a dizer que conseguimos resolver tudo, mas de facto estamos lá para procurar ajudar”</p> <p>“Sempre com avaliações para perceber se estamos a fazer bem, se é preciso aprofundar algumas questões”</p> <p>“Tenho muito presente os sem-abrigo que é outra área que está agora a ser muito falada e nós temos o NPISA que decorre também do trabalho da rede social (...), e resultou exatamente nessa necessidade que sentimos de que tínhamos que colocar várias entidades sentada à mesma mesa a trabalhar sobre esta questão, para identificar claramente quem é que considerávamos que eram os nossos sem-abrigos”</p> <p>“Houve esta preocupação de as entidades sentarem à mesma mesa discutir [o tema dos sem-abrigo] e depois identificar respostas.”</p> <p>“O Housing First (...), o município também apoiou”</p>	
<i>Diria que estas medidas estão a ser operacionalizadas?</i>	“Acho que sim, mas acho (...) nem sempre é possível, (...) muitas vezes também dependemos de mecanismos legais, (...) há outros mecanismos não tão fáceis de acionar, mas naquilo que depende dos parceiros e da atuação dos parceiros, eu acho que resulta a intervenção”	

	<p>“As questões de saúde mental que são muito difíceis de ultrapassar e uma problemática que considero bastante evidente e que depende dessa alteração estrutural que não conseguimos sozinhos”</p> <p>“A preocupação está lá (...) penso que estamos todos num bom caminho.”</p>	
<p><i>Na sua opinião, os objetivos estabelecidos estão a ser cumpridos?</i></p>	<p>“Se eu verifico que o objetivo que eu defini (...) e que conduziria a realizar determinada atividade, não foi possível realizar (...), mas foi possível uma outra que teve no seu resultado global o impacto naquela problemática, eu posso dizer que sim.”</p> <p>“Nós também temos essa experiência, de que muitas vezes quando estamos a fazer a avaliação dos documentos, não fizemos esta ação, mas entre os parceiros com esta outra atividade conduziu ao cumprimento do mesmo objetivo.”</p> <p>“Não tendo dados concretos da avaliação (...), mas eu acho que esta preocupação de (...)trabalhar em conjunto e vermos alguns resultados de mudança, faz-me concluir que sim, há objetivos que conseguimos cumprir.”</p> <p>“Mas claro, um plano é um plano e ele pode ser alterado”</p>	
<p><i>Considera que estes resultados se refletem como um todo na resolução das problemáticas identificadas?</i></p>	<p>“Quando delínhamos achamos que temos de levar aquela linha condutora até ao final, mas não, se calhar num outro momento verificamos que não é (...) aquele formato que estabelecemos, mas conseguimos chegar lá - porque houve algum financiamento que alterou, alguma medida que foi implementada a nível nacional - depois também depende dos condicionamentos externos.”</p>	
<p><i>Comparando com outras problemáticas, acham que algumas que estão a obter mais resultados do que outras? Quais? Porquê?</i></p>	<p>“Habitação e saúde mental” – “quando não depende só do nível local, quando temos aqui questões financeiras e políticas que aqui entram nestas questões – a habitação é uma questão difícil de resolver porque em termos financeiros, os custos são muito elevados (...)”; “A saúde mental também (...) não há técnicos, não há recursos que permitam desenvolver este trabalho, (...) ficando muito aquém da expectativa (...) e é muito importante, mas não depende do local”</p> <p>“São duas áreas que não dependam só do local (...) e sentimos isso”</p>	
<p><i>Qual diria ser o papel das parcerias para o funcionamento da rede? Acredita terem um papel importante para a integração de grupos vulneráveis?</i></p>	<p>“A participação – ativa – na identificação dos problemas sociais, na procura de solução de respostas no combate aos mesmos, e é essa participação [referência ao facto de muitos parceiros “dizerem que são da Rede Social, mas não participarem ativamente”] permite aumentar as capacidades de resposta quando depois definimos a criação de projetos inovadores para dar resposta local a estes grupos mais vulneráveis”</p> <p>“Consideramos importante manter as parcerias no DS para melhorar o seu funcionamento”</p> <p>“Pelo número de parceiros que temos conseguimos ter uma visão global dos problemas que afetam o concelho”</p> <p>“Acredito que a parceria é a única forma de trabalharmos estas questões. Qualquer uma das entidades, por mais que por vezes faça parecer que resolveu sozinho, não é verdade, sozinhas não o conseguem fazer – dependem de financiamentos, de outros saberes, de outras experiências”</p> <p>“A parceria é o futuro do desenvolvimento social, local ou nacional”</p> <p>“Ainda que muitas vezes não passe a ideia de que é uma Rede Social, mas não é isso que importa. Precisamos é de perceber que os parceiros estão organizados e trabalham em conjunto para o mesmo fim”</p> <p>“A Rede precisa de parceiros. (...) Eles e não só. Estes grupos vulneráveis, para quem dizemos que trabalhamos, têm de participar também ativamente neste</p>	

	trabalho da Rede Social. Mas cada vez mais estas pessoas são chamadas – a participar nos projetos, na identificação das ‘suas’ problemáticas”	
<i>A Pandemia do Covid-19 teve impacto no trabalho da Rede Social? Se sim, como e em que aspetos?</i>	<p>“Sentimos”</p> <p>“O facto de já termos uma rede criada, com parceiros identificados e com os quais já sabemos interagir permitiu uma comunicação rápida e eficaz para chegar a estes grupos que necessitavam de mais apoios e consequentemente fazer com que esses apoios/serviços chegassem às pessoas”</p> <p>“Muitos dos serviços tiveram de fechar portas (...) as pessoas deixaram de sair de casa, teve de se encontrar uma forma mais eficaz de comunicar e chegar a estas pessoas. Tivemos o apoio dos CLDS que permitiu contactar e ir mesmo pessoalmente (...)”</p> <p>“A satisfação de necessidades mais básicas também foi colocada em casa e o município criou e reforços apoios (...)”</p> <p>“Não isto não quero dizer que não há coisas que correm menos bem... Mas isso é como em tudo. Eu acho que se procurou [no caso da pandemia]</p> <p>“Nós [ISS] também criamos uma série de medidas para responder às questões sociais, mas estas iniciativas também tiveram de chegar por outros parceiros mais próximos e ajudou muito”</p>	

Tabela 20 - Entrevista a Segurança Social

Pergunta	Frases Chave / Citações	Observações
<i>A Rede Social é um programa que visa a promoção da coesão social. O que é para si a coesão social?</i>	-	Preferiu não responder à questão
<i>Quais são, na sua opinião, as grandes problemáticas que afetam a CS o concelho?</i>	Dentro da família: “integração da família; legalização e junção da família” “As freguesias é que têm muito mais esse conhecimento”	Têm pouca visibilidade de outros temas
<i>Que medidas é que, na sua opinião, a Rede Social tem tomado para combater essas problemáticas? Considera que têm sido as adequadas?</i>	“No geral, sinto que são bem estabelecidas, mas não é fácil” “A Rede Social ao longo dos anos tem evoluído, tem mudado as estratégias – os nomes e afins”	
<i>Diria que estas medidas estão a ser operacionalizadas?</i>	“Sim, dentro do que é possível. Mas tem muita burocracia”	
<i>Na sua opinião, os objetivos estabelecidos estão a ser cumpridos?</i>	“Vamos tentar fazer isto, mas também tem de existir o outro lado – haver a procura e a necessidade” “Num ponto geral, tem-se tratado aquilo que é pensado”	
<i>Considera que estes resultados se refletem como um todo na resolução das problemáticas identificadas?</i>	“As pessoas sentem-se mais integradas” “Depois há outras associações que conseguem furar dentro das comunidades e prestar apoio que não é visível” “Nas freguesias noto que já há mais essa consciência” “Há mais o conhecimento da sociedade em geral para o apoio”	
<i>Comparando com outras problemáticas, acham que algumas que estão a obter mais resultados do que outras? Quais? Porquê?</i>	-	Não têm visibilidade
<i>Qual diria ser o papel das parcerias para o funcionamento da rede? Acredita terem um papel importante para a integração de grupos vulneráveis?</i>	“O trabalho em rede é sempre importante” “É importante porque quando vêm à procura é possível encaminhar uns para os outros” “Nós, fazemos parte da rede, mas estamos pouco envolvidos”	Não hesitou na resposta (“É!”)
<i>A Pandemia do Covid-19 teve impacto no trabalho da Rede Social? Se sim, como e em que aspetos?</i>	“Entre as entidades – normal” “A Câmara abriu alguns serviços de apoio aos mais necessitados – não só idosos (...) como comunidades que perderam emprego (...). Eles tiveram uns serviços de apoio que ainda hoje mantém. Eles transmitiram-nos e nós fomos comunicando” “Houve alguma procura (...), mas também se notou aproveitamento” “Funcionámos dentro das possibilidades e dentro do normal” “Tem sido online, o que é uma dificuldade para nós” “A primeira reunião não correu muito bem, mas depois a segunda já”	

Tabela 21 - Entrevista a AMIGrante

Pergunta	Frases Chave / Citações	Observações
<p><i>A Rede Social é um programa que visa a promoção da coesão social. O que é para si a coesão social?</i></p>	<p>“Costumo dizer que é a cola” “Eu penso que a coesão social é (...)isso: pretende-se que as mais valias de cada um possam ter um efeito comum. O que é que aquela pessoa/organização precisa” “A Coesão Social e a Rede Social permite (...) avaliar o que é que localmente temos como mais valias, mas também o que é que temos como fragilidades” “Eu entendo a coesão social nesse sentido: quando todos analisamos, vemos se está a dar resultados ou não, e podemos fazer mudanças, quer localmente quer a nível nacional” “A coesão permite uma leitura mais exata [para que as medidas possam ser adaptadas à comunidade].”</p>	
<p><i>Quais são, na sua opinião, as grandes problemáticas que afetam a CS o concelho?</i></p>	<p>“Saúde mental” – “sempre tivemos essa grande dificuldade”; “fala-se muito, mas conhecesse-se pouco e a intervenção não é concertada”; “centra-se muito na saúde, (...) enquanto tem de ser também prevenção, e depois o tratamento”; “tem-se vindo a trabalhar muito [no NPISA], muitos dos sem-abrigo estão associados a questões de saúde mental ou de comportamentos aditivos; está-se a criar um interlocutor para agilizar para o acesso às consultas no hospital e deteção mais precoce; a nível nacional também se nota este esforço” “Proteção da infância” – “percebeu-se que não há respostas nas IPSS e criou um apoio às famílias que tenham menos recursos (...) para que possam [encontrar alternativas]” [Necessidade de] “Parentalidade positiva” – “covid veio aprofundar alguns conflitos que as famílias já tinham” “A questão da violência doméstica também é transversal” “Os sem-abrigo “Proteção à família” - “Respostas de vagas participadas no âmbito da 3ª idade” – “existem lares, quer privados quer IPSS [mas poucas vagas em IPSS]”; “nos privados as vagas existentes são demasiado elevadas para as famílias”; “necessidade de alargamento de acordos”; “cuidadores também trabalham”</p>	
<p><i>Que medidas é que, na sua opinião, a Rede Social tem tomado para combater essas problemáticas? Considera que têm sido as adequadas?</i></p>	<p>“As medidas são sempre vistas ao momento que são aplicadas” “Eu acho que a grande vantagem é nós podermos reformular” “Às vezes esbarra numa coisa essencial: o cabimento orçamental”</p>	
<p><i>Diria que estas medidas estão a ser operacionalizadas?</i></p>	<p>“Houve coisas que não se conseguiram concretizar, mas isso foi mundial” “O que eu sinto desde que estou na rede social é que há sempre um esforço” “Claro que o poder local por si só não pode mudar tudo” “Desde que eu estou na rede social que tem tido um peso importantíssimo na mudança das intervenções”</p>	
<p><i>Na sua opinião, os objetivos estabelecidos estão a ser cumpridos?</i></p>	<p>“Este último triénio não se conseguiu tudo (...), mas só o facto de fazermos um estudo e uma caracterização do que é o nosso concelho, acho que é a premissa para conseguirmos fazer alguma coisa” “Claro que se vai sempre avaliar o que se conseguiu e não conseguiu fazer” [Os sem-abrigo] “estão a ter resposta, mas não temos resposta na totalidade, que são os casos que não estão há muito tempo na rua, mas que estando não temos lugares seguros para os colocar”</p>	
<p><i>Considera que estes resultados se refletem como um todo na resolução das problemáticas identificadas?</i></p>	<p>“Sim, por exemplo, o facto de criarmos um NPISA em Leiria, significa que nós sentimos esta realidade como algo que tem tido uma expressão mais elevada na cidade”</p>	

	<p>“O simples facto de nós criarmos novas respostas em tempo de pandemia (...) significa que nós sentimos que temos um problema (...) que afeta muitos setores [da sociedade]”</p> <p>“Continuo a achar que a Rede Social, peso embora não consiga ser ‘quem manda’ porque tem poder consultivo, mas não decisivo, será sempre fundamental as propostas que faz”</p> <p>“Eu acredito que sempre que nos unimos por um bem maior conseguimos sempre ter algum proveito, algo que seja útil para a sociedade e para a comunidade”</p>	
<p><i>Comparando com outras problemáticas, acham que algumas que estão a obter mais resultados do que outras? Quais? Porquê?</i></p>	<p>“Sem dúvida que sim”</p> <p>“Na parte da infância o município criou uma resposta alternativa”</p> <p>“Não se tendo conseguido nalguns casos a resposta que se pretendia, foi tentado criar alternativas”</p> <p>“Na questão dos idosos, acho que não conseguimos atingir”</p> <p>“Não se conseguiu tudo, mas houve mudanças nos últimos 3 anos”</p> <p>“Eu acho que não conseguindo fazer exatamente o que se propôs fazer, este último triénio foi completamente atípico”</p>	
<p><i>Qual diria ser o papel das parcerias para o funcionamento da rede? Acredita terem um papel importante para a integração de grupos vulneráveis?</i></p>	<p>“Mesmo que o cidadão comum não tenha noção o impacto que isto possa ter, os serviços que estão na 1ª linha isto é um suporte importante: sabemos que estamos alinhados, que estamos a criar respostas (...) que nos permitem ter uma atuação mais concertada”</p> <p>“Sim, faz completamente a diferença, aliás, até as candidaturas para os fundos europeus já exigem parcerias”</p> <p>“As parcerias são sempre fundamentais: crescem valor, crescem conhecimento e ajudam na intervenção (...) já para não falar da parte económica”</p> <p>“Há a necessidade de haver uma atuação concertada”</p> <p>“O que é que pode às vezes não correr bem: é quando os serviços de intervenção social dependem de projetos, porque os projetos são muito bons, mas depois terminam e estão sempre a recomeçar”</p>	
<p><i>A Pandemia do Covid-19 teve impacto no trabalho da Rede Social? Se sim, como e em que aspetos?</i></p>	<p>“Teve muito impacto”</p> <p>“Estivemos sempre a trabalhar (...) troquei máscaras e viseiras com outras instituições”</p> <p>“Não tivemos reuniões; ficou tudo mais suspenso e focou-se mais na intervenção e o que fazer relativamente ao covid”</p> <p>“Em alguns dos projetos houve reuniões via zoom”</p> <p>“Interligar-se não era uma prioridade [devido à necessidade de atuação]”</p> <p>“O que continuou a haver muitas reuniões era na intervenção porque tínhamos de fazer planos de contingência...”</p> <p>“Acho que o covid trouxe uma ideia diferente de como devemos atuar socialmente”</p>	

Tabela 22 - Entrevista a Centro de Acolhimento de Leiria/Centro Social e Paroquial Paulo VI

Pergunta	Frases Chave / Citações	Observações
<i>A Rede Social é um programa que visa a promoção da coesão social. O que é para si a coesão social?</i>	<p>“[Em relação à Rede Social] Contribuí para haver um melhor conhecimento entre todos e este ser mais uniforme entre as instituições”</p> <p>“Facilita os debates e a troca de informação entre instituições e, portanto, nesse sentido a Rede tem contribuído para a coesão social do concelho”</p> <p>“Facilita a articulação”</p> <p>“Acho que aí ainda temos um grande trabalho pela frente”</p>	
<i>Quais são, na sua opinião, as grandes problemáticas que afetam a CS o concelho?</i>	<p>“Uma área que salta à vista é a saúde mental. Acho que isto não é só uma necessidade de Leiria, mas do país. Acho que há muito poucas respostas ajustadas às necessidades ao nível da saúde mental, seja para crianças, jovens, adultos. Penso que essa é a maior necessidade”</p> <p>“Nós vemos aqui, pelo tipo de população que normalmente tem questões da saúde mental que não são devidamente trabalhadas. A psiquiatria do hospital também não tem capacidade de resposta e faz um acompanhamento de uma pessoa 2x por ano, passa medicação e pouco mais”</p> <p>“Há uma certa angústia dos técnicos que trabalham nesta área, sabendo que é preciso fazer mais, mas não sabendo como”</p> <p>“Há poucos, e os que há tem a lotação completa”</p> <p>“Uma outra [ligado à área] é a falta de realização de programas formativos para jovens que têm problemáticas criminais nomeadamente com comportamentos agressivos [relativamente a jovens entre os 12 e 16 anos]. Na lei tutelar educativa está prevista uma medida que é possível de aplicar a um jovem que comete um crime são programas educativos e não existem. Isso é também uma grande necessidade”</p> <p>“Acho que falta também uma rede de cuidados paliativos ao domicílio.”</p> <p>“Estas necessidades também não são só em Leiria, mas no país”</p>	
<i>Que medidas é que, na sua opinião, a Rede Social tem tomado para combater essas problemáticas? Considera que têm sido as adequadas?</i>	<p>(Comentários sobre o pouco envolvimento:</p> <p>“De facto temos pena de não estar mais presentes na Rede Social, mas é humanamente impossível” [aqui relativamente ao fluxo de trabalho, que é muito elevado e impacta a pouca presença na Rede e nas reuniões da Rede])</p>	Enquanto técnica, não tem visibilidade do programa em detalhe.
<i>Diria que estas medidas estão a ser operacionalizadas?</i>	-	Enquanto técnica, não tem visibilidade do programa em detalhe
<i>Na sua opinião, os objetivos estabelecidos estão a ser cumpridos?</i>		Enquanto técnica, não tem visibilidade do programa em detalhe
<i>Considera que estes resultados se refletem como um todo na resolução das problemáticas identificadas?</i>		Enquanto técnica, não tem visibilidade do programa em detalhe
<i>Comparando com outras problemáticas, acham que algumas que estão a obter mais resultados do que outras? Quais? Porquê?</i>	<p>“Ao nível da Família há, por exemplo, um projeto interessante que é relacionado com as questões parentais e que tem sido muito útil”</p>	
<i>Qual diria ser o papel das parcerias para o funcionamento da rede? Acredita terem um papel importante para a integração de grupos vulneráveis?</i>	<p>“Temos (...) um trabalho muito próximo com as instituições para colocar pessoas que trabalham para pagar multas ou para evitar ir para a prisão e fazem trabalho comunitário. Tem funcionado muito bem”</p> <p>“Eu sou uma defensora das parcerias”</p>	Reflexão muito interessante sobre o que é a parceria

	<p>“A parceria é logo à partida o sucesso de um projeto. Quando nós conseguimos envolver vários pareceres num projeto para mim já é logo à partida um sucesso”</p> <p>“As parcerias são fundamentais, para dar credibilidade aos projetos, para dar sustentabilidade (...), para melhorar até a intervenção do ponto de vista científico, em que cada um na sua área dá o seu contributo”</p> <p>“As parcerias são essenciais. Não consigo ver uma intervenção social estruturante sem o envolvimento de vários parceiros”</p> <p>“Claro que por vezes os serviços do estado, mais ao nível central, têm alguma dificuldade no envolvimento, principalmente se envolver algum tipo de apoio financeiro. Mas ao nível técnico estamos sempre muito disponíveis para participar”</p> <p>“O trabalho de parceria tem de ser o hábito, não pode ser a exceção”</p> <p>“Vejo mais dificuldades ao nível da intervenção. Acho que as instituições trabalham a sua área para si e há poucos projetos em coparceiras”</p> <p>“Quanto à intervenção diria que ainda estamos todos muito a olhar para dentro, para nós próprios e por vezes temos uma certa dificuldade em encontrar formas de atuação mais integradas e ainda barramos um bocadinho com algumas burocráticas. Isso nos serviços públicos ainda é mais evidente porque há sempre questões que importa acautelar”</p>	
<p><i>A Pandemia do Covid-19 teve impacto no trabalho da Rede Social? Se sim, como e em que aspetos?</i></p>	<p>“A pandemia condicionou algumas ações, mas acho que também houve uma capacidade de adaptação”</p> <p>“As redes sociais e a tecnologia permitem minimizar o impacto da pandemia nomeadamente ao nível de reuniões, formações” [deixou a nota de que apesar de considerar que não é a mesma coisa, houve esta capacidade de adaptação]</p>	

Tabela 23 - Entrevista a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais Equipa. Pinhal Litoral

Pergunta	Frases Chave / Citações	Observações
<p><i>A Rede Social é um programa que visa a promoção da coesão social. O que é para si a coesão social?</i></p>	<p>“O Programa da Rede Social foi um marco fundamental (...)” “Esta ideia da intervenção tendo em conta o território, tendo em conta a coesão social, ou seja, (...) uma dinâmica local de respostas integradas para que as políticas sociais sejam implementadas num determinado território para que haja um desenvolvimento sustentável nas várias áreas (...) não passa só pela ação social, passa pelo desenvolvimento, que é também económico, cultural, social e portanto todas as instituições que estão presentes pretendem promover essa figura da coesão social numa perspetiva de desenvolvimento integrado e sustentável de uma determinada comunidade, sendo que está na base e sustentado pelas políticas sociais que vão sendo criadas quer a nível nacional, mas depois territorial, daí a rede social ter tido um impacto tão grande”</p>	
<p><i>Quais são, na sua opinião, as grandes problemáticas que afetam a CS o concelho?</i></p>	<p>“Aquilo que fizemos foi, não só, dividir por problemáticas (...), mas integrar os temas (...) criamos grupos mais específicos tendo em conta os temas, mais do que tínhamos no diagnóstico anterior – as questões da multiculturalidade (...)” “O concelho (...) foi aumentando as suas necessidades porque também houve algum desenvolvimento, e ainda bem. Porque quando existe alguma qualidade vão surgindo [estes temas]” “Tentámos dar respostas mais completas (...) os temas globais clássicos mantêm-se, mas depois tentámos ir mais ao pormenor, criando grupos específicos, com necessidades específicas e criando acima de tudo respostas integradas. O facto de fazermos grupos de trabalho e depois partilharmos as necessidades ajuda muito”</p>	<p>Deu nota de que estão a atualizar o DS CRI enquanto coordenador do grupo “Saúde/Doença Mental e Dependências”</p>
<p><i>Que medidas é que, na sua opinião, a Rede Social tem tomado para combater essas problemáticas? Considera que têm sido as adequadas?</i></p>	<p>“Aquilo que houve sempre preocupação nesta rede apesar de ser um concelho que é grande, (...) de em cada grupo de trabalho estarem as entidades que são importantes para o desenvolvimento das tais medidas” “O que tentamos foi estabelecer medidas, algumas delas mais macro (...) que são estruturais e que não vai depender de nenhum de nós que está na rede social, mas que tem de ser identificado para que as políticas nacionais e políticas sociais depois se possam adequar. Por isso é que o papel da rede também é dar pareceres” “Há também uma priorização das necessidades fundamentais, mas também ter este nível: o macro, sobre o qual às vezes não temos controlo, mas que tem de continuar a ser identificado, e depois os níveis mais micro em que implicam um diagnóstico de maior pormenor e que implicam um maior envolvimento de todos” “Este ano também vai haver uma novidade, que vai incluir pessoas (...) é ouvir a comunidade. Nós técnicos temos uma perceção da realidade tendo em conta a nossa intervenção. É preciso ter em conta o que é a voz da comunidade”</p>	
<p><i>Diria que estas medidas estão a ser operacionalizadas?</i></p>	<p>“Com a pandemia houve muitos que ficaram pendentes, por isso é que é necessária esta atualização” “Tivemos um cuidado (...) definimos também responsáveis”</p>	
<p><i>Na sua opinião, os objetivos estabelecidos estão a ser cumpridos?</i></p>	<p>“Tem vários níveis de execução. Se falarmos, por exemplo, de haver poucas respostas de cuidados continuados, continua a não a ver. Mas por exemplo relativamente à questão dos sem-abrigo, que muitos deles são nossos utentes”</p>	

<p><i>Considera que estes resultados se refletem como um todo na resolução das problemáticas identificadas?</i></p>	<p>“No diagnóstico social o facto de termos estas pessoas identificadas [sem abrigo], sabermos quem são e onde estão ajudou-nos imenso a continuar o resto”</p> <p>“Quanto estamos a falar de um território as ações devem ser as mais específicas possíveis para serem concretizadas. Claro que em Portugal ainda temos uma pouca dinâmica (...) a avaliação ainda é feita de uma forma muito pouco científica (...) contratualizar avaliação. Nós não conseguimos fazê-lo, eu faço do que a minha intervenção. Mas é uma pena, porque permitia um maior desenvolvimento”</p>	<p>Lembrou também a criação do NPISA e do programa Housing First – Morada Certa, programas e projetos criados recentemente para dar resposta ao tema dos sem-abrigo no concelho</p>
<p><i>Comparando com outras problemáticas, acham que algumas que estão a obter mais resultados do que outras? Quais? Porquê?</i></p>	<p>“Há áreas em que funciona melhor que outras, por tudo, tem que ver também com o macro sistema. Na área dos idosos (...)” [perceção de que funciona melhor].</p> <p>“Tem sido difícil trazer alteração de forma mais significativa [ao grupo da saúde/doença mental e dependências”</p>	
<p><i>Qual diria ser o papel das parcerias para o funcionamento da rede? Acredita terem um papel importante para a integração de grupos vulneráveis?</i></p>	<p>“Se não houver uma boa integração depois os resultados também não são aqueles que desejaríamos ou implicam por vezes um esforço maior, gastos maiores e menor eficácia” (Coordenadora do CRI)</p> <p>“As parceiras são fundamentais”</p> <p>“Ter uma parceria implicaria ter um compromisso e um trabalho em rede”</p> <p>“Uma coisa é termos parceiros, e eles fazem parte da rede social, outra coisa é quando precisamos de mobilizar os parceiros e a resposta que o parceiro está disposto a dar ou sente que não é sua” / “Uma coisa é dizer que temos 80 parceiros, outra coisa é dizer que eles articulam e trabalham entre si.”</p> <p>[É preciso trabalhar no] “sentido comunitário de desenvolvimento sustentável”</p> <p>“Entre coordenadores quem verbalizou mais foram (...) dos idosos [grupo que precisou de mais apoio na altura da pandemia]”</p> <p>“[É necessário] Continuar a dinamizar estas respostas mais informais”</p> <p>“O trabalho em rede tem de ser motivado e (...) é necessário promover mais ações de sensibilização junto dos parceiros” [referência ao facto de nem todos estarem no mesmo “pé de igualdade” e de existir alguma falta de sensibilidade até entre os temas dos parceiros]</p> <p>“A ideia é que é um programa onde estão todos os parceiros que dá resposta a esta área e que cada vez que há uma necessidade identificada são os parceiros que em conjunto definem qual é a resposta, portanto a operacionalização é facilitada. A Rede Social é o espaço em que podemos fazê-lo. Claro que uma rede com a de Leiria que tem 80 ou mais parceiros... estamos a falar daqueles que são fundamentais.”</p> <p>“No início reunimos apenas os coordenadores dos grupos de trabalho e depois vamos discutindo e debatendo e alinhando as prioridades (...) dá uma visão diferente e permite-nos dar a nossa contribuição”</p>	
<p><i>A Pandemia do Covid-19 teve impacto no trabalho da Rede Social? Se sim, como e em que aspetos?</i></p>	<p>“A pandemia teve aqui um duplo impacto: por um lado levou-nos a todos para casa, com uma sensação de impotência e nós aqui na saúde, com poucos recursos tivemos de dividir equipas, etc. Mas depois quer com as necessidades que foram surgindo quer com a dinâmica entre parceiros acho que aconteceu precisamente uma janela de oportunidade que temos de agarrar e que conseguir consolidar. As necessidades eram tantas e tão urgentes – porque havia poucos parceiros no terreno – que se criou uma dinâmica entre os parceiros de terreno para dar essa resposta, a autarquia teve também um papel fundamental – todas no país, na sua generalidade”</p>	

Tabela 24 - Entrevista a CRI

Pergunta	Frases Chave / Citações	Observações
<i>A Rede Social é um programa que visa a promoção da coesão social. O que é para si a coesão social?</i>	<p>“Acho que tem a ver com a criação de sinergias entre instituições e pessoas que trabalham para uma mesma sociedade, comunidade, de forma que essa sociedade/comunidade tenha maior acesso a direitos, seja mais desenvolvida, mais coesa”</p> <p>“Acho que tem a ver com esse trabalho em rede de pessoas que trabalham num mesmo território para que aquela sociedade tenha um maior bem-estar e uma maior qualidade de vida no geral”</p>	[falou de comunidade, ao contrário dos restantes parceiros que se focaram apenas nas sinergias para dentro]
<i>Quais são, na sua opinião, as grandes problemáticas que afetam a CS o concelho?</i>	<p>“Dentro da área que me é mais próxima [deficiência e incapacidade], há falta de instituições, de respostas, nomeadamente de centros prescritores para produtos de apoio, que não existe em Leiria”</p> <p>“A questão dos sem-abrigo”</p> <p>“A área dos idosos, que é transversal a toda a comunidade. Temos uma população cada vez mais idosa, com maior longevidade, e ainda bem, mas ao mesmo tempo temos aqui um problema grande que é a falta de respostas”</p> <p>“A pobreza”</p> <p>“A área da toxicod dependência (...) vê-se muito pessoas com adição a álcool”</p> <p>“A área da habitação – as rendas nos últimos anos em Leiria explodiram”</p> <p>“Com a pandemia houve muita gente a perder o emprego e a ficar sem poder de compra.</p>	
<i>Que medidas é que, na sua opinião, a Rede Social tem tomado para combater essas problemáticas? Considera que têm sido as adequadas?</i>	<p>Julgo que a Rede está debruçada sobre isto” [o tema dos centros prescritores]</p> <p>[No caso das pessoas em situação de sem-abrigo] “nos últimos anos (...) o CLAS tem dado apoio nas respostas para essa questão”</p> <p>“Nós aqui na instituição (...) estivemos meses a fazer uma resposta que não era a nossa que era a distribuição de cabazes e foi muito forte para algumas famílias, estes meses sem trabalho. Julgo que a Rede aí também foi essencial porque surgiram com respostas de emergência para estes temas” [relativamente aos problemas sociais que aumentaram durante a pandemia]</p> <p>“Na questão da habitação, a Câmara tem criado algumas respostas de emergência”</p> <p>“Acredito que as medidas foram de acordo com um questionário exaustivo a quem está no terreno para perceber o que é que falta, o que é que falha, para podermos perceber o que podemos fazer para melhorar”</p>	
<i>Diria que estas medidas estão a ser operacionalizadas?</i>	<p>“Sim, penso que sim. Há coisas muito específicas que têm de ser as próprias instituições e que a Rede não pode mexer muito. Também há coisas que têm a ver com leis e aí não dá (...)”.</p>	A entrevistada revelou que não tem essa visibilidade sobre o tema, mas tentou dar um comentário na mesma
<i>Na sua opinião, os objetivos estabelecidos estão a ser cumpridos?</i>	<p>“Consigo perceber nas reuniões de plenário que isto e aquilo foi feito (...), mas não é uma coisa presente no meu dia a dia (...) surge pontualmente”</p> <p>“Nos plenários vejo muitas vezes ir à votação pareceres (...) [nota de que nunca viu respostas a não serem aprovadas e relevância do CLAS neste sentido]</p>	A entrevistada revelou que não tem essa visibilidade sobre o tema, mas tentou dar um comentário na mesma
<i>Considera que estes resultados se refletem como um todo na resolução das problemáticas identificadas?</i>	-	A entrevistada revelou que não tem essa visibilidade sobre o tema
<i>Comparando com outras problemáticas, acha que algumas que estão a obter mais resultados do que outras? Quais? Porquê?</i>	<p>“Se calhar também tem a ver com a própria dinâmica das instituições. (...) Aparece menos vezes não quer dizer que faça menos e às vezes ao contrário o mesmo se aplica, aparece mais vezes não quer dizer que faça mais”</p>	A entrevistada revelou que não tem essa visibilidade sobre o tema, mas tentou dar um comentário na mesma
<i>Qual diria ser o papel das parcerias para o funcionamento da rede? Acredita terem um</i>	<p>“Foram criados grupos de trabalho específicos. Somos todos de áreas muito diferentes e dentro de uma mesma</p>	

<p><i>papel importante para a integração de grupos vulneráveis?</i></p>	<p>área há diferenças (...) temos todas perspectivas muito diferentes.”</p> <p>“Imagino que uma rede que trabalha diferentes áreas, é difícil às vezes estar a ter um entendimento da realidade do outro. Mas por isso é que a Rede tem sido importante – às vezes aparece-me aqui um pedido de uma problemática diferente e eu já sei quem trata ou para quem encaminhar.”</p> <p>“Na minha experiência, por exemplo, deu-me uma oportunidade - conhecer outros agentes no terreno”</p> <p>“(…) Eu saber com quem é que posso falar se precisar de apoio nas áreas (...) é fundamental. Ter diferentes perspectivas (...)” [deu vários exemplos de situações em que é importante esta complementaridade de perspectivas]</p> <p>“Trabalhamos todos muito especializados nas nossas áreas e quando há essa troca acho que é muito importante”</p>	
<p><i>A Pandemia do Covid-19 teve impacto no trabalho da Rede Social? Se sim, como e em que aspetos?</i></p>	<p>“Tivemos que alterar a nossa forma de reunir, houve atrasos. Acho que toda a gente estava mais ocupada, com mais coisas”</p> <p>“Não houve reuniões presenciais, passaram a ser online (...). Na minha perspectiva não acho que seja assim tão negativo, mas é diferente e isso exige um tempo de adaptação das pessoas.”</p> <p>“Para além dos atrasos acho que não houve assim muito. A Rede continuou a trabalhar, a ter pareceres (...)”</p>	

Tabela 25 - Entrevista a APPC

Pergunta	Frases Chave / Citações	Observações
<i>A Rede Social é um programa que visa a promoção da coesão social. O que é para si a coesão social?</i>	“A coesão social é um conjunto de indicadores e de normativos que sugerem uma relação imbricada com aquilo que é um objetivo comum entre várias entidades”	
<i>Quais são, na sua opinião, as grandes problemáticas que afetam a CS o concelho?</i>	[Exemplo de um problema transversal a muitos países] “A questão da pirâmide demográfica (...), leva-nos a elevados desafios para os quais não estamos preparados. Preocupa-me também a desresponsabilização do poder público em encontrar alternativas a este desafio.” “Nós, portugueses, temos um problema com a população idosa (...) A rede também não foge à regra [na dificuldade geral de relação com as pessoas idosas]” “Falência do sistema educativo. O facto de a parceira entre o poder concelhio e as entidades de promoção da educação formal estarem um pouco arredadas daquilo que é a coesão social, leva-nos que estas duas entidades, nomeadamente, rumem para locais bastante distintos e seria fundamental procurar um ponto de balanço entre estes” “A desorganização da defesa da nossa ‘casa’ – as questões ecológicas, de garantia das boas condições em termos de promoção de um bom território. Peca muito pela ausência [no caso concreto de Leiria] de uma estratégia consolidada e concertada ao nível ambiental da nossa cidade”	
<i>Que medidas é que, na sua opinião, a Rede Social tem tomado para combater essas problemáticas? Considera que têm sido as adequadas?</i>	“Acho que a atuação da rede é muito discreta, nomeadamente no concelho de Leiria, e diria um pouco por todo o país. Os movimentos são muito tímidos, a organização é bastante tímida, não se vê de forma sólida aquilo que é a atuação da Rede Social. Vêm-se ações ou atividades pontuais, mas depois em termos concretos não consigo concretizar aquilo que a Rede Social faz pela monotonia da sua atuação” “Diria que nada se altera por decreto e o que acontece com a Rede é que existe uma série de medidas que no papel são efetivamente bastante eloquentes, concretas, cirúrgicas, mas na realidade não consigo ver em que medida é que é, por quem ou quando é que é operacionalizável.” “Faz com que efetivamente a rede se torne um documento, pouco mais do que isso”	
<i>Diria que estas medidas estão a ser operacionalizadas?</i>	“Não consigo florear o que é a atuação da rede. (...) Há pouco tempo aconteceu um encontro via zoom com todos os parceiros de ação social do concelho e efetivamente existe uma série de evocações daquilo que é uma necessidade de mudança (...) o que está em falta e quais são as suas potencialidades, mas depois em termos concretos o manuscrito existe, mas depois não vejo concretização daquilo que são as forças e boas intenções não só dos parceiros, como da Rede” “A ser concretizado seria um projeto e uma iniciativa de louvar, mas depois peca pela ausência de mecanismos de operacionalização”	
<i>Na sua opinião, os objetivos estabelecidos estão a ser cumpridos?</i>	“Se os objetivos eram concretizados antes da pandemia? Creio que não eram. No decorrer da pandemia claro que o objetivo e o interesse em salvar vidas colocou para 2º plano ou para um plano bastante longínquo a operacionalização”	
<i>Considera que estes resultados se refletem como um todo na resolução das problemáticas identificadas?</i>	“Nem no campo abstrato, nem no campo concreto da gerontologia, a coisa é concretizável, objetivada e operacionalizada” [Relativamente à análise das medidas da rede social – notou que, por um lado, não foram concretizados e por outro lado “a ausência de valorização das pessoas idosas”, com algumas medidas “ocas e pouco	

	<p>ambiciosas”, outras não correspondem à realidade do terreno, e outras mostram-se “bastante ambiciosas, mas se as coisas mais simples (...) não é concretizado, quanto mais” outras medidas]</p> <p>“Em termos de resultados não consigo responder de forma clara e objetiva, mas diria que decorrente desta elevada ambição em alguns dos objetivos e da escassez de capacidade de operacionalização dos mesmos, os resultados não são concretizados, o que leva naturalmente à ausência de resolução das problemáticas”</p>	
<p><i>Comparando com outras problemáticas, acham que algumas que estão a obter mais resultados do que outras? Quais? Porquê?</i></p>	<p>“Parece-me que existe um trabalho mais estreito junto de outras dinâmicas, de outras áreas e campos de atuação”</p> <p>“Não consigo dizer em termos comparativos se atuam mais ou menos (...), mas como não vejo uma atuação concreta com as dinâmicas e ações relacionadas com a população idosa, presumo que estejam mais preocupados com outros grupos”</p>	
<p><i>Qual diria ser o papel das parcerias para o funcionamento da rede? Acredita terem um papel importante para a integração de grupos vulneráveis?</i></p>	<p>“Quando nós esperamos para que a Rede nos convoque novamente para que [se aborde] as potencialidades dos parceiros, e que se pegue ‘nisto’ para concretizar ‘nisto’, isso não acontece.”</p> <p>“Eu sou totalmente a favor das parceiras, do trabalho comum e da comunhão de objetivos para resolução das mesmas problemáticas ou de problemáticas semelhantes ou equiparadas”</p> <p>“Aquilo que se sente, no concelho de Leiria, é uma estratégia bastante enfraquecida naquilo que é o trabalho parceiro.”</p> <p>“Com uma atuação deste género, também a Rede sai enfraquecida. A própria filosofia de atuação das instituições, das entidades, é também ela virada para si própria (...) é muito difícil a sobrevivência da Rede Social”</p> <p>“São importantes, mas não existem”</p>	
<p><i>A Pandemia do Covid-19 teve impacto no trabalho da Rede Social? Se sim, como e em que aspetos?</i></p>	<p>“Antes da pandemia a rede já tinha bastantes fragilidades, sendo difícil e complexo operacionalizar e concretizar as medidas que a Rede definiu.”</p> <p>“A pandemia veio dar nota de uma fragilidade que já existia, mas que não era falada e provavelmente nunca vai ser falada. E desta ausência de rigor nestas medidas que são desenhadas ‘em papel’”</p> <p>“Se estivéssemos a falar de uma rede que fosse robusta, cirúrgica naquilo que é a sua atuação, mais do que propriamente aquilo que está em ‘decreto’, eu realmente diria que a pandemia veio destabilizar aquilo que é a atuação da Rede, mas não é o caso porque a Rede já é frágil por natureza”</p>	

Tabela 26 - Entrevista a parceiro da temática “Idosos”

Pergunta	Frases Chave / Citações	Observações
<i>A Rede Social é um programa que visa a promoção da coesão social. O que é para si a coesão social?</i>	<p>“A Rede Social é um programa que visa mobilizar a cooperação e articulação das diferentes entidades que atuam na área social e neste sentido, visa a promoção social. A coesão social implica a união de esforços para identificar e prevenir problemas e promover o desenvolvimento social.”</p> <p>“Considero que as Redes Sociais deviam voltar a explicar os princípios subjacentes ao modelo de planeamento e intervenção que o Programa da Rede Social preconiza.”</p>	
<i>Quais são, na sua opinião, as grandes problemáticas que afetam a CS o concelho?</i>	<p>“As pessoas que já eram vulneráveis que ficaram em situações ainda mais precárias (...) nomeadamente os migrantes foram os primeiros a ser despedidos e atualmente, apesar de já ser mais fácil arranjar trabalho tendem a estar em trabalho ainda mais precários ou paralelos à economia formal. Leiria é um concelho em que os níveis de desemprego são baixos, mas a pandemia também teve algum impacto”</p> <p>“Também a questão da habitação em que as famílias tiveram mais dificuldades”</p>	
<i>Que medidas é que, na sua opinião, a Rede Social tem tomado para combater essas problemáticas? Considera que têm sido as adequadas?</i>	<p>“Muitas destas questões estão agora a começar a ser trabalhadas no novo diagnóstico que estamos a desenvolver, mas muitas também foram interrompidas com a pandemia”</p> <p>“Por exemplo, relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo sinto que temos estado a tomar passos importantes e que temos estado a conseguir fazer um bom trabalho”</p>	
<i>Diria que estas medidas estão a ser operacionalizadas?</i>	<p>“Acho que é muito importante (...) termos a avaliação do que foi feito para conseguirmos perceber que problemas foram tratados e também se temos alguns problemas estruturais que não façam sentido ser trabalhados no âmbito da rede, mas fora dela”</p>	
<i>Na sua opinião, os objetivos estabelecidos estão a ser cumpridos?</i>		Reforçou a ideia de que é necessário fazer uma avaliação do que foi ou não realizado para se ter uma perspetiva mais transversal e precisa
<i>Considera que estes resultados se refletem como um todo na resolução das problemáticas identificadas?</i>		Reforçou a ideia de que é necessário fazer uma avaliação do que foi ou não realizado para se ter uma perspetiva mais transversal e precisa
<i>Comparando com outras problemáticas, acham que algumas que estão a obter mais resultados do que outras? Quais? Porquê?</i>	<p>“Certamente que sim, mas não tenho esses dados que permitam comprová-lo”</p>	Reforçou a ideia de que é necessário fazer uma avaliação do que foi ou não realizado para se ter uma perspetiva mais transversal e precisa
<i>Qual diria ser o papel das parcerias para o funcionamento da rede? Acredita terem um papel importante para a integração de grupos vulneráveis?</i>	<p>“Eu acho que é fundamental o papel da parceira”</p> <p>“Penso que seria importante apostar mais na formação [dadas pelo ISS a um nível central]– por exemplo sinto que seria importante haver novas formações sobre a Rede [falou dos novos parceiros também não saberem muito bem os objetivos da rede porque não estão desde o início e não têm essa noção]”</p> <p>“É um programa que passa de forma muito discreta e que talvez não esteja a ser aproveitado todo o seu potencial”</p> <p>“Seria também importante dar-lhe uma nova roupagem, por ser um programa já com 20 anos faria a diferença tentar reavivá-lo e também avançar com formações, workshops sobre o tema”</p>	

<p><i>A Pandemia do Covid-19 teve impacto no trabalho da Rede Social? Se sim, como e em que aspetos?</i></p>	<p>“Com a pandemia acabámos por estar muito mais focados no nosso trabalho individual e apesar de trabalharmos em parceria e com outras instituições a Rede acabou por ficar para segundo plano” “Também trouxe alguma facilidade para as reuniões [relativamente à elaboração do novo diagnóstico] e vejo que os grupos de trabalho estão a andar mais depressa do que antes e reunimos mais vezes [é mais fácil agendar reuniões pelo meio virtual]”</p>	
--	---	--

Tabela 27 - Entrevista a InPulsar

Pergunta	Frases Chave / Citações	Observações
<i>A Rede Social é um programa que visa a promoção da coesão social. Já conhecia o programa? Quando teve conhecimento?</i>	<p>“Normalmente ao nível de ação social a Câmara é que intervém”</p> <p>“O que tentamos fazer é dar condições às associações para fazerem o trabalho delas”</p> <p>“[A associação] confia na câmara e a Câmara é que trata disso”</p>	<p>Implicitamente compreende-se que não conhece a “Rede Social”, mas familiar com muitos programas de apoio da Câmara. Sentem o impacto no terreno.</p>
<i>A temática da habitação é identificada enquanto um dos temas de ação da Rede Social até 2021. Parece-lhe adequado? Se não, porque acredita ter sido escolhida?</i>	<p>“Tem havido falta de habitação, mas isso é em todo o lado. Então em rendas sociais ainda é mais”</p>	<p>A resposta não foi muito direta, no entanto, ainda sentem algumas questões no âmbito da necessidade de habitação.</p>
<i>Que tipo de medidas lhe parece terem sido tomadas para combater os problemas? Consideraria que são as mais indicadas?</i>	<p>“A requalificação [projeto para construção de um jardim e parque com um campo de futebol] e a construção da sede da associação”</p> <p>“Vamos trabalhando com a câmara para melhorar (...) não é tão rápido como queremos, mas vai sendo feito [referência a problemas na rega e a abatimento de alguns passeios feitos na requalificação]</p>	
<i>Considerando o período entre 2017 e o presente, sente que os possíveis problemas e dificuldades que sentiam estão a ser resolvidos?</i>	<p>“Requalificação do jardim [2017 e 2018] ajudou muito, ainda que haja pessoas que não respeitam [referência a problemas no jardim e falta de uso de alguns parques de estacionamento]”</p> <p>“Construção do espaço da associação também melhorou muito”</p> <p>“Faz [ainda] muita falta um parque de merendas”</p>	<p>2016 foi o ano em que foi formada a direção da Associação.</p>
<i>Sentiu que a pandemia do Covid-19 veio alterar as dinâmicas da Rede Social e do apoio que recebem? Se sim, de que maneira?</i>	<p>“[Os apoios] pararam, sim. Como deixámos de fazer a festa [que justifica a entrega de algum apoio monetário] deixámos de receber o dinheiro”</p> <p>“[Os programas e atividades que existem no bairro] também abrandaram, mas agora estão a voltar”</p>	

Tabela 28 - Entrevista a Associação de Moradores do Bairro Dr. Sá Carneiro

Pergunta	Frases Chave / Citações	Observações
<i>A Rede Social é um programa que visa a promoção da coesão social. Já conhecia o programa? Quando teve conhecimento?</i>	<p>“Não, não conheço a Rede Social. Funcionamos enquanto apoio direto aos sindicatos”</p> <p>“Nunca ouvi de facto falar disso e não temos informação”</p>	Com muito pouca visibilidade do programa, servindo enquanto ponto de ligação com os sindicatos
<i>A temática do emprego é identificada enquanto um dos temas de ação da Rede Social até 2021. Parece-lhe adequado? Se não, porque acredita ter sido escolhida?</i>	<p>“Não temos grande conhecimento de apoios sem ser os apoios normais do Centro de Emprego, [exemplo de apoios para desempregados de longa duração]”</p>	
<i>Que tipo de medidas lhe parece terem sido tomadas para combater os problemas? Consideraria que são as mais indicadas?</i>	<p>“Não temos grande feedback de medidas de incentivo ao emprego [local] (...) não estou a dizer que não há, mas [caso haja] não nos fazem chegar”</p> <p>“[Temos] Pouca noção das medidas, mas do que sabemos elas são implementadas”</p>	
<i>Considerando o período entre 2017 e o presente, sente que os possíveis problemas e dificuldades que sentiam estão a ser resolvidos?</i>	<p>“No pós-troika, em 2018 e 2019, houve um bom impulso na parte do emprego”</p> <p>“No último ano, com a situação covid (...) houve um certo aproveitamento para justificar algumas situações de desemprego a nível do concelho e de distrito”</p> <p>“De 2017 até ao início covid notámos um crescimento positivo, à semelhança do nacional”</p>	
<i>Sentiu que a pandemia do Covid-19 veio alterar as dinâmicas da Rede Social e do apoio que recebem? Se sim, de que maneira?</i>	<p>“Notámos que houve uma queda nessa curva”</p> <p>“Houve apoios, agora se foram suficientes, se não foram suficientes depende sempre do caso que estivermos a falar”</p> <p>“Mas sim, houve apoios que ampararam bastante”</p> <p>“[Quanto a contacto com a câmara] está igual ao que estava antes, que não era o ideal [risos]”</p>	

Tabela 29 - Entrevista a União de Sindicatos de Leiria

ANEXO V – Ficha de Entrevistas – Horizontal

Pergunta	Aménio	JaPhar	CAL (CSPPV)	AMIGrante	APPC	CRJ	DGRSP - Pinhal Litoral	CML	ISS	Observações	
A Rede Social é um programa que visa a promoção do coesão social. O que é para si coesão social?	"A coesão social é um conjunto de indicadores e de iniciativas que sugerem uma relação imbricada com aquilo que é um objetivo comum entre várias entidades"	"A Rede Social é um programa que visa mobilizar a cooperação e articulação das diferentes entidades que atuam na área social e neste sentido, visa a promoção social. A coesão social implica a união de esforços para identificar e prevenir problemas e promover o desenvolvimento social." "Considero que as Redes Sociais deviam voltar a espelhar os princípios subjacentes ao modelo de planeamento e intervenção que o Programa da Rede Social preconiza."	"Costumo dizer que é a solda" "Eu penso que a coesão social (...) isso, pretende-se que as mais valias de cada um possam ter um efeito comum. O que é que aquela pessoa/organização precisa" "Permite (...) avaliar o que é que localmente temos como mais valias, mas também o que é que temos como fragilidade" "Eu entendo a coesão social neste sentido: quando todos analisamos, vemos se está a dar resultados ou não, e podemos fazer mudanças, quer localmente quer a nível nacional" "A coesão permite uma leitura mais exata"		"Acho que tem a ver com a criação de sinergias entre instituições e pessoas que trabalham para uma mesma sociedade, comunidade, de forma que essa sociedade/comunidade tenha mais acesso a direitos, seja mais desenvolvida, mais coesa" "Esse trabalho em rede de pessoas que trabalham num mesmo território para que aquela sociedade tenha um maior bem-estar e uma maior qualidade de vida no geral"		"Uma dinâmica local de respostas integradas para que as políticas sociais sejam implementadas num determinado território e para que haja um desenvolvimento sustentado nas várias áreas (...) não passa só pela ação social, passa pelo desenvolvimento, que é também económico, cultural, social" "Todas as instituições que estão presentes pretendem promover essa figura da coesão social numa perspectiva de desenvolvimento alargado e sustentável de uma determinada comunidade"	"[Em relação à Rede Social] Contribuiu para haver um melhor conhecimento entre todos e este ser mais uniforme entre as instituições" "Facilita os debates e a troca de informação entre instituições e entre territórios e de resposta ao que são os problemas sociais do concelho de Leiria" "Facilita a articulação" "Acho que aí ainda temos um grande trabalho pela frente"	"No que diz respeito à rede, é implementar uma estratégia para potenciar aquilo que é um determinado território" "É (...) uma agregação de esforços no sentido em que todas as entidades implicadas em território (...) e realmente haver esta capacidade de unir aquilo que é um território e de resposta ao que são os problemas sociais do concelho de Leiria" "E nós podemos investir e ter a capacidade de responder a uma determinada problemática que certamente irá também influenciar todas as outras áreas de intervenção"	"É o resultado do trabalho conjunto das entidades públicas, privadas, individuais e coletivas com vista a garantir a todos os cidadãos o acesso aos seus direitos, no sentido de construir uma sociedade mais justa e equilibrada"	<i>Na sua generalidade, as respostas foram muito ligadas à Rede Social e o seu papel e não tanto à conceptualização de coesão social</i> <i>Havei um parecer que detinha e papel da comunidade</i> <i>Algumas parcerias acabam também em pontos importantes de coesão de coesão social</i> <i>Um dos parcerias alterna logo que seria importante numa formação neste sentido</i> <i>Um parecer não se sentiu construtivo e responder</i>
Quais são, na sua opinião, as grandes problemáticas que afetam a CS e o concelho?	"A questão da pirâmide demográfica (...) leva-nos a elevados desafios para os quais não estamos preparados. Preocupa-me também a desresponsabilização do poder público em encontrar alternativas a este desafio." "Nos, portugueses, temos um problema com a população idosa (...) A rede também não fugiu a regra (na dificuldade geral de relação com as pessoas idosas)" "Faltância do sistema educativo." "A desorganização da defesa da nossa "casa" - as questões ecológicas de gestão das boas condições em termos de promoção de um bom território. Foca muito pela ausência (no caso concreto de Leiria) de uma estratégia consolidada e concertada ao nível ambiental da zona cidade"	"As pessoas que já eram vulneráveis que ficaram em situações ainda mais precárias (...) nomeadamente os imigrantes foram os primeiros a ser depostos e atualmente, apesar de já ser mais fácil arranjar trabalho tendem a estar em trabalho ainda mais precários ou parciais e económica formal. Leiria é um concelho em que os níveis de desemprego são baixos, mas a pandemia também teve algum impacto" "Também a questão da habitação em que as famílias vivem mais dificuldades" "Respostas de vagas compartilhadas no âmbito da 3ª idade", "necessidade de alargamento de acolher", "vulneráveis também trabalham"	"Saúde mental" - "sempre tivemos essa grande dificuldade", "há-se muito, mas coexistem-se pouco e a intervenção não é concertada", "costa-se muito na saúde (...) enquanto tem de ser também prevenção, e depois o tratamento." "muitos dos semi-abrigo estão associados a questões de saúde mental ou de comportamentos aditivos." "Prevenção da infância", "percebe-se que não há respostas nas IPSS [Necessidade de]" "Parentalidade positiva" - "novid veio profundar alguns conteúdos que as famílias já tinham" "A questão da violência doméstica também é transversal" "O semi-abrigo" "Prevenção à família", "Respostas de vagas compartilhadas no âmbito da 3ª idade", "necessidade de alargamento de acolher", "vulneráveis também trabalham"		Devido da área que me é mais próxima [deficiência de incapacidade], há falta de instituições, de respostas, nomeadamente de centros prescritores para produtos de apoio, que não existe em Leiria" "A área dos idosos, que é transversal à toda a comunidade. Temos uma população cada vez mais idosa, com maior qualidade de vida surgindo [mais temas]" "A pobreza" "A área da toxicodependência (...) há-se mais pessoas com adição a álcool" "A área da habitação - as tendas nos últimos anos em Leiria explodiram" "Com a pandemia houve muita gente a perder o emprego e a ficar sem poder de compra."		"Aquilo que fizemos foi, não só, dividir por problemáticas (...) criamos grupos mais específicos tanto em conta os temas, mas do que tínhamos no diagnóstico anterior - as questões da multivulnerabilidade (...) aumentando as suas necessidades porque também houve algum desenvolvimento (...) quando existe alguma qualidade, vão surgindo [mais temas]" "Tentámos dar respostas mais complexas (...) os temas globais clássicos mantêm-se, mas depois tentámos ir mais ao pormenor, criando grupos específicos, com necessidades específicas e criando acima de tudo respostas integradas. (O facto de fazermos grupos de trabalho e depois partilharmos as necessidades ajudou muito)"	"Saúde mental" - "Acho que há poucas respostas necessárias ao nível da saúde mental, seja para crianças, jovens, adultos. Penso que essa é a maior necessidade"; "Nos vários aqui (...) questões de saúde mental que não são devidamente trabalhadas. A psiquiatria do hospital também não tem capacidade de resposta (...)". "Uma outra [ligado à área] é a falta de realização de programas formativos para jovens que têm problemáticas crónicas nomeadamente com comportamentos agressivos [relativamente a jovens entre os 12 e 16 anos]. Na lei nuclear educativa está prevista uma medida que é possível de aplicar a um jovem que contém um crime: são programas educativos e não excecion. Isso é também uma grande necessidade." "Acho que falta também uma rede de cuidados paliativos ao domicílio."	"A questão de Saúde Mental" - "Não tenho dividida que a área da saúde mental será certamente uma área que temos voltar a abordar"; "Tem que haver um grande investimento nesta área [por parte dos serviços de saúde]" "A diminuição da capacidade financeira das famílias, face também ao agravamento com a pandemia" "Saúde mental, que é um dos temas mais difíceis de trabalhar no concelho"; "na saúde mental depende de um plano nacional de saúde mental e cuja estratégia também depende de algumas questões que são difíceis de ultrapassar" "Temos outras, que não cito a nível de saúde mental" [enumero os temas "idosos", "das crianças da comunidade cigana, dos imigrantes e também o emprego - enquanto tema que não é muito falado, mas que também existe, não tanto no desemprego, mas nos salários]"	<i>Nesta questão surgiram temáticas muito distintas</i> <i>Algumas das preocupações são fruto do trabalho diário dos técnicos nas suas instituições, outras surgiram de facto de uma reflexão sobre problemas que afetam a CS e o concelho</i> <i>As questões que foram mais transversais: saúde mental, prevenção da infância e jovens, a habitação, a preparação idosa e as pessoas em situação de semi-abrigo; a precariedade/pobreza surgiu também em alguns das parcerias</i>	

Pergunta	Anônimo	InPubar	CAL / CSPPV1	AMIGrante	APFC	CRI	DGRSP - Final Literat	CML	ISS	Observações
<p>Que medidas é que, na sua opinião, a Rede Social tem tomado para combater essas problemáticas? Considera que têm sido as adequadas?</p>	<p>"Acho que a atuação da rede é muito discreta, nomeadamente no concelho de Leiria e um pouco por todo o país. Os movimentos são muito tímidos, a organização é bastante tímida, não se vê de forma sólida aquilo que é a atuação da Rede Social. Vêm-se ações em atividades pontuais, mas depois em termos concretos não consigo concretizar aquilo que a Rede Social faz pela inexistência de uma estratégia".</p> <p>"O acontece com a Rede é que existe uma série de medidas que no papel são extremamente importantes e que, na realidade, não são conseguidas, concretas, cirurgias, mas na realidade não consigo ver em que medida é que, por que em quando é que é operacionalizável".</p> <p>"Faz com que efetivamente a rede se torne um documento, pouco mais do que isso".</p>	<p>"Muitas destas questões estão agora a começar a ser trabalhadas Social. Vêm-se ações em atividades pontuais, mas depois em termos concretos não consigo concretizar aquilo que a Rede Social faz pela inexistência de uma estratégia".</p> <p>"O acontece com a Rede é que existe uma série de medidas que no papel são extremamente importantes e que, na realidade, não são conseguidas, concretas, cirurgias, mas na realidade não consigo ver em que medida é que, por que em quando é que é operacionalizável".</p> <p>"Faz com que efetivamente a rede se torne um documento, pouco mais do que isso".</p>	<p>"As medidas são sempre vistas no momento que são aplicadas".</p> <p>"Tá a ser feita a grande avaliação é não podemos reformular".</p> <p>"As vezes embora numa coisa essencial: o cabimento organizacional".</p> <p>"(Praticada da infância) criou um apoio, mas não tem recursos (...) para que possam (monstrar necessidades) necessitamos resposta urgente".</p> <p>"Na questão da habitação, a Círculo tem criado algumas respostas de emergência".</p> <p>"Onde a Rede Social ao longo dos anos tem evoluído, tem mudado as estratégias - os nomes e afins".</p> <p>"Relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo em condição de sem-abrigo" ("Criado o NPSA Leiria", "criada a ser resposta, mas não temos resposta na realidade, que não está no terreno para perceber o que é que falta e que é que podemos fazer para melhorar".</p>	<p>"No geral, sinto que não tem estabelecidas, mas não é fácil".</p> <p>"A Rede Social ao longo dos anos tem evoluído, tem mudado as estratégias - os nomes e afins".</p> <p>"Relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo em condição de sem-abrigo" ("Criado o NPSA Leiria", "criada a ser resposta, mas não temos resposta na realidade, que não está no terreno para perceber o que é que falta e que é que podemos fazer para melhorar".</p>	<p>Julgo que a Rede está debilitada sobre isso" (o tema dos centros prescricionais)</p> <p>[No caso das pessoas em situação de sem-abrigo] "Nos últimos anos (...) o CLAS tem sido muito mais resposta para essa questão".</p> <p>"Julgo que a Rede (...) foi essencial porque surgiram com respostas de emergência para estes temas".</p> <p>[relativamente aos problemas sociais que aumentaram durante a pandemia e necessitamos resposta urgente]</p> <p>"Na questão da habitação, a Círculo tem criado algumas respostas de emergência".</p> <p>"Onde a Rede Social ao longo dos anos tem evoluído, tem mudado as estratégias - os nomes e afins".</p> <p>"Relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo em condição de sem-abrigo" ("Criado o NPSA Leiria", "criada a ser resposta, mas não temos resposta na realidade, que não está no terreno para perceber o que é que falta e que é que podemos fazer para melhorar".</p>	<p>"Acho que a Rede está debilitada sobre isso" (o tema dos centros prescricionais)</p> <p>[No caso das pessoas em situação de sem-abrigo] "Nos últimos anos (...) o CLAS tem sido muito mais resposta para essa questão".</p> <p>"Julgo que a Rede (...) foi essencial porque surgiram com respostas de emergência para estes temas".</p> <p>[relativamente aos problemas sociais que aumentaram durante a pandemia e necessitamos resposta urgente]</p> <p>"Na questão da habitação, a Círculo tem criado algumas respostas de emergência".</p> <p>"Onde a Rede Social ao longo dos anos tem evoluído, tem mudado as estratégias - os nomes e afins".</p> <p>"Relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo em condição de sem-abrigo" ("Criado o NPSA Leiria", "criada a ser resposta, mas não temos resposta na realidade, que não está no terreno para perceber o que é que falta e que é que podemos fazer para melhorar".</p>	<p>(Comentários sobre o pouco envolvimento: "De facto temos, pena de não estar mais presente na Rede Social, mas é humanamente impossível")</p> <p>[relativamente ao fluxo de trabalho, que é muito elevado e impacta a pouca presença na Rede e nas reuniões da Rede]</p> <p>"Este ano também vai haver uma novidade, que vai incluir pessoas (...) é a nível de comunidade. Nós tivemos uma perceção da realidade usando em conta a nossa intervenção. É preciso ter em conta o que é a voz da comunidade".</p>	<p>"Infância", "a dificuldade que as famílias têm de integrar as crianças em creches nomeadamente da rede solidária".</p> <p>"Habitação", "a dificuldade que as famílias tinham de assumir encargos de renda no mercado privado de arrendamento - os valores de rendas em leiria de facto são muito elevados e muito empolados".</p> <p>"Uma estratégia que temos tido (...) é fazer a análise SWOT de cada município".</p> <p>"A criação de equipas específicas para trabalhar (...) [ao nível dos técnicos menciono a criação de uma equipa criada para trabalhar o isolamento]"</p> <p>"Sempre que conseguimos perceber se estamos a fazer bem, se é preciso aprofundar algumas coisas".</p> <p>"O que se passou em termos de resposta e depois em devida tempo temos a fazer essa avaliação".</p>	<p>"Quando nos preocupamos em analisar os documentos de planeamento (...) já estamos a pensar nas questões que são necessárias responder e aquilo que são estratégias para as solucionar, ou (...) minimizar".</p> <p>"O município tem uma maior necessidade na criação de medidas mais específicas (do que o nacional) e tem sido criada medidas de apoio ao arrendamento, no apoio às famílias em certas situações básicas como a aquisição de medicação e depois também aquilo que é o envio de documentos (...) [ao nível dos técnicos menciono a criação de uma equipa criada para trabalhar o isolamento]"</p> <p>"Sempre que conseguimos perceber se estamos a fazer bem, se é preciso aprofundar algumas coisas".</p> <p>"O que se passou em termos de resposta e depois em devida tempo temos a fazer essa avaliação".</p>	<p><i>Esta questão não teve respostas muito uniformes; alguns pareceres foram exemplos de casos em que têm sido tomadas medidas para resolução das problemáticas, mas outros pareceres, por um lado, o pouco envolvimento, e por outro, que estes medidas são muito pontuais e não têm grandes resultados</i></p> <p><i>Uma ponto interessante foi a referência à inclusão de "comissões para avaliar os documentos, enquanto também importante para uma percepção da realidade que não seja feita pelos pareceres - no entanto, apenas 2 dos pareceres referiram esta questão e que pode ter vários significados (desenvolvimento por parte dos outros pareceres, esta metodologia só está a ser utilizada por um grupo de trabalho e apenas esta questão não ser particularmente importante para perceber se estamos a fazer bem, se é preciso aprofundar algumas coisas)".</i></p>
<p>Dizem que estas medidas estão a ser operacionalizadas?</p>	<p>"Não consigo flexionar o que é a atuação da rede (...) Há pouco tempo aconteceu um encontro via zoom com todos os municípios do concelho e efetivamente existe uma série de evocações daquilo que é a necessidade de mediana (...) o que está em falta e quais são as suas potencialidades, (...) o manifesto existe, mas depois não vejo concretização daquilo que são as forças e boas intenções não só dos pareceres, como da Rede".</p> <p>"A ser concretizado seja um projeto e uma iniciativa de lutar, mas depois não vejo concretização de mecanismos de operacionalização".</p>	<p>"Acho que é muito importante (...) termos a avaliação do que foi feito para conseguir perceber que problemas foram tratados e também se temos algum problema estrutural que não foram tratados e não fazem sentido ser trabalhados no âmbito da rede, mas fora dela".</p>	<p>"O que eu sinto desde do que eu sinto da rede social é que há sempre um eixo".</p> <p>"Claro que eu sinto no local por aí não pode mudar tudo".</p> <p>"Desde que eu sinto na rede social que tem sido um peso importantíssimo na mudança das medidas das intervenções".</p>	<p>"Sim, dentro do que é possível. Mas tem muita burocracia".</p>	<p>"Sim, penso que sim. Há coisas muito específicas que têm de ser as próprias instituições e que a Rede não pode mexer muito. Também há coisas que têm a ver com lei e tal não dá (...)".</p>	<p>"Com a pandemia houve muitas que ficaram perdidas, por isso o que é a necessidade de atualização".</p>	<p>"Sim, na generalidade sim".</p> <p>"Na área da infância - a cidade nunca pegou nesse assunto e criou um programa de apoio às famílias (para resolver este tema)".</p> <p>"Na área da habitação".</p> <p>"Teremos criado o apoio ao isolamento".</p> <p>"O que importa efetivamente quando temos um documento como o diagnóstico social, que identifica no fundo determinados problemas, temos também ter a humildade de perceber que não vamos, sem as entidades parceiras não conseguem resolver todos os problemas, mas pelo menos aqueles que não estruturais e que são estratégicos do concelho, pelo menos esses obviamente que fazemos um esforço para dar resposta".</p>	<p>"Acho que sim, mas acho (...) nem sempre é possível (...) muitas vezes também dependemos de mecanismos legais (...) há outros mecanismos não tão fáceis de acionar, mas aquilo que depende dos pareceres é de atuação dos pareceres, ou seja que resulta a intervenção".</p> <p>"As questões de saúde mental que são muito difíceis de ultrapassar e uma problemática que não conseguimos perceber se estamos a fazer bem, se é preciso aprofundar algumas coisas".</p> <p>"O que se passou em termos de resposta e depois em devida tempo temos a fazer essa avaliação".</p>	<p><i>Nota: esta questão foram várias as entidades que não responderam de forma a esta questão; alguns admitiram não ter conhecimento, outros responderam "não há capacidade de operacionalização das medidas".</i></p> <p><i>A resposta de CML, foi a que mais deu a conhecer medidas que foram efetivamente operacionalizadas, ainda assim, três entidades afirmaram que esta operacionalização está a acontecer</i></p> <p><i>Alguns pareceres destacaram que o relatório em questão foi alusivo pelo pandemia</i></p> <p><i>Foi destacado o tema de haver várias condições externas: lei, burocracia, ...</i></p>	
<p>Na sua opinião, os objetivos estabelecidos estão a ser cumpridos?</p>	<p>"Se os objetivos eram concretizados antes da pandemia? Certo que não eram. No decorrer da pandemia claro que o objetivo é o interesse em salvar vidas colocando para 2º plano os para um plano bastante linguajar operacionalização".</p> <p>[Relativamente à análise das medidas da rede social - não foram concretizados e por outro lado, a ausência de validação das pessoas idosas", com algumas medidas "você e pouco ambicionar", outras não correspondem à realidade do terreno, e outras mostram-se bastante ambiciosas, mas se as coisas mais simples (...) não é concretizado, quanto mais outras medidas].</p>	<p>Reflexo a ideia de que é necessário fazer uma avaliação do que foi ou não realizado para se ter uma perspectiva mais transversal e precisa</p>	<p>"Houve coisas que não se conseguiram concretizar, mas isso foi mundial".</p> <p>"Esses planos tinham sido e conseguiu tudo (...) mas o facto de fazerem um estudo e uma concretização do que é o nosso concelho, acho que é a primeira para conseguirmos fazer alguma coisa".</p> <p>"Claro que se vai sempre avaliar o que se conseguiu e não conseguimos fazer".</p>	<p>"Vamos tentar fazer isto, mas também tem de existir o outro lado - haver a procura e a necessidade".</p> <p>"Num ponto geral tem-se tido aquilo que é pensado".</p>	<p>"Consigno perceber nos reuniões de planeamento que isto e aquilo foi feito (...) mas não é uma coisa presente no meu dia a dia (...) surge muitas vezes a necessidade".</p> <p>"Nos pareceres (...) [isto é que nunca vi resposta e não serem aprovadas a relevância do CLAS neste sentido]</p>	<p>"Tem vários níveis de concretização de cuidados continuados, continua a não a ver. Mas por exemplo relativamente à questão dos sem-abrigo, que muitos deles são nossos utentes".</p>	<p>"Depois temos fazer a nossa avaliação se foram atingidas e se foram atingidas os nossos objetivos".</p> <p>"Depois temos fazer a nossa avaliação se foram atingidas e se foram atingidas os nossos objetivos".</p>	<p>"Não também temos essa experiência, de que muitas vezes quando estamos a fazer a avaliação dos documentos, não firmamos esta ação, mas entre os pareceres com esta outra atividade conduziu o cumprimento do objetivo objetivo".</p> <p>"Não tendo dados concretos da avaliação (...) mas em acho que esta preocupação de (...) trabalhar os resultados de mediana, fu-se concluído que sim, há objetivos que conseguimos cumprir".</p> <p>"Mas claro, um plano é um plano e ele pode ser alterado".</p>	<p><i>A questão da avaliação surgiu por vários pareceres, ainda que não fosse diretamente abordada pelo questionário; alguns afirmaram que essa avaliação é feita enquanto outros afirmaram que não se fez, mas falta e a capacidade de criar essa avaliação e de terem conhecimento do que correu bem</i></p> <p><i>Houve pareceres que notaram não ter conhecimento do cumprimento destes objetivos</i></p> <p><i>A avaliação surgiu novamente enquanto falta importante para o não cumprimento</i></p>	
<p>Considera que estes resultados se refletem em um todo na realidade das problemáticas identificadas?</p>	<p>"Nem no campo abstrato, nem no campo concreto da nossa área, a coisa é concretizável, objetiva e operacionalizável".</p> <p>"Um terreno de resultados não consigo responder de forma clara e objetiva, mas diria que de decorrente desta eleição aliá mudança em alguns dos objetivos e da escassez de operacionalização do mesmo, os resultados não são concretizados, o que leva naturalmente à ausência de validação de problemáticas".</p>	<p>Reflexo a ideia de que é necessário fazer uma avaliação do que foi ou não realizado para se ter uma perspectiva mais transversal e precisa</p>	<p>"Sim, por exemplo, o fact de criarmos um NPSA em Leiria, significa que não estamos em realidade com (...) uma expressão mais elevada da cidade".</p> <p>"O simples facto de não estarmos no tempo de pandemia (...) significa que não sentimos que temos um problema (...) que afeta muitos setores".</p> <p>"Continuo a achar que a Rede Social, pouco embora não consigo ser "quem manda", porque tem poder consultivo, mas não decisório, sempre tem propostas que faz".</p> <p>"É acreditar que sempre que nos unimos por um bem maior conseguimos sempre ter algum sucesso, algo que seja útil para a sociedade e para a comunidade".</p>	<p>"Não diagnóstico social é facto de termos estas pessoas identificadas (sem abrig) submetem quando do e onde estão apoiados (...) em Portugal (...) ainda temos uma pouca dimensão (...) a operacionalizar (...) construíramos os resultados no terreno e que (...) implementamos os projetos que tinham impacto efetivo".</p> <p>"Alguns documentos estratégicos têm de sofrer alterações. Um dos pontos mais importantes que a Rede Social tem de cumprir parecece (...) é os documentos que estão associados (...) estão um pouco desatualizados (...) porque ainda</p>	<p>"Este ano implementamos o NPSA de Leiria (...) o projeto Housing First (...) já conseguimos retirar da sua cerca de 12 pessoas e conseguimos continuar a fazer esse trabalho".</p> <p>"Acho que pretendemos, mas conseguimos o diagnóstico é que (...) se operacionalizarmos os resultados no terreno e que (...) implementamos os projetos que tinham impacto efetivo".</p> <p>"Alguns documentos estratégicos têm de sofrer alterações. Um dos pontos mais importantes que a Rede Social tem de cumprir parecece (...) é os documentos que estão associados (...) estão um pouco desatualizados (...) porque ainda</p>	<p>"Quando delibermos algumas medidas achamos que temos de levar aquilo lá para o final, mas não, se calhar não temos conhecimento de como é o processo de implementação e verificamos que não é (...) aquele formato que pretendemos, mas conseguimos chegar lá - porque háo algum financiamento que alteramos, alguma medida que não é implementada (...) a implementação não é nacional (...) depois também dependo de documentos externos".</p> <p>"Se eu verifico que o objetivo que se defini (...) que se constrói a determinada atividade, não foi possível materializar (...) mas foi possível a uma certa que teve no seu resultado global o impacto</p>	<p><i>Novamente, surge o tema de avaliação e se de importância de esta poder ser feita por um "órgão externo e imparcial</i></p> <p><i>A criação do NPSA Leiria surge enquanto um passo importante para a resolução de problemáticas de pessoas em condição de sem-abrigo em Leiria</i></p> <p><i>Vários pareceres não se sentiram confortáveis a responder a esta questão, afirmou que não têm esta visão</i></p>			

Pergunta	Habituação	Trabalho	Observações
	Associação de Moradores do Bairro Dr. Sá Carneiro	USL	
A Rede Social é um programa que visa a promoção da coesão social. Já conhecia o programa? Quando teve conhecimento?	<p>“Normalmente ao nível de ação social a Câmara é que intervém”</p> <p>“O que tentamos fazer é dar condições às associações/organizações para fazerem o trabalho delas”</p> <p>“[A associação] confia na câmara e a Câmara é que trata disso”</p>	<p>“Não, não conheço a Rede Social. Funcionamos enquanto apoio direto aos sindicatos”</p> <p>“Nunca ouvi de facto falar disso e não temos informação”</p>	<p><i>Apesar de não ser possível retirar elações conclusivas sobre o conhecimento da comunidade relativamente à Rede Social por ser um número muito reduzido, é possível compreender que nenhuma destas coletividades estão familiarizadas nem com a designação, nem com o tipo de trabalho/objetivos/organização da Rede</i></p>
A temática da habitação/emprego é identificada enquanto um dos temas de ação da Rede Social até 2021. Parece-lhe adequado? Se não, porque acredita ter sido escolhida?	<p>“Tem havido falta de habitação, mas isso é em todo o lado. Então em rendas sociais ainda é mais”</p>	<p>“Não temos muito essa noção”</p>	
Que tipo de medidas lhe parece terem sido tomadas para combater os problemas? Consideraria que são as mais indicadas?	<p>“A requalificação [projeto para construção de um jardim e parque com um campo de futebol] e a construção da sede da associação”</p> <p>“Vamos trabalhando com a câmara para melhorar (...) não é tão rápido como queremos, mas vai sendo feito [referência a alguns problemas que ainda não foram resolvidos]”</p>	<p>“Não temos grande feedback de medidas de incentivo ao emprego [local] (...) não estou a dizer que não há, mas [caso haja] não nos fazem chegar”</p> <p>“[Temos] Pouca noção das medidas, mas do que sabemos elas são implementadas”</p>	
Considerando o período entre 2017 e o presente, sente que os possíveis problemas e dificuldades que sentiam estão a ser resolvidos?	<p>“Requalificação do jardim [2017 e 2018] ajudou muito, ainda que haja pessoas que não respeitam [referência a problemas no jardim e falta de uso de alguns parques de estacionamento]”</p> <p>“Construção do espaço da associação também melhorou muito”</p> <p>“Faz [ainda] muita falta um parque de merendas”</p>	<p>“No pós-troika, em 2018 e 2019, houve um bom impulso na parte do emprego”</p> <p>“No último ano, com a situação covid (...) houve um certo aproveitamento para justificar algumas situações de desemprego a nível do concelho e de distrito”</p> <p>“De 2017 até ao início covid notámos um crescimento positivo, à semelhança do nacional”</p>	
Sentiu que a pandemia do Covid-19 veio alterar as dinâmicas da Rede Social e do apoio que recebem? Se sim, de que maneira?	<p>“[Os apoios] pararam, sim. Como deixámos de fazer a festa [que justifica algum apoio monetário] deixámos de receber o dinheiro”</p> <p>“[Os programas e atividades que existem no bairro] também abrandaram, mas agora estão a voltar”</p>	<p>“Notámos que houve uma queda nessa curva”</p> <p>“Houve apoios, agora se foram suficientes, se não foram suficientes depende sempre do caso que estivermos a falar, mas sim, houve apoios que ampararam bastante”</p> <p>“[Quanto a contacto com a câmara] está igual ao que estava antes, que não era o ideal [risos]”</p>	

Tabela 31 - Quadro comparativo das entrevistas às coletividades de cidadãos